



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO  
CURSO DE MESTRADO**

**BRUNO CÉSAR CORDEIRO DE ARAÚJO**

**EMBATES DA FÉ: CONFLITOS RELIGIOSOS ENTRE  
CONGREGACIONAIS E CATÓLICOS NO SERTÃO DA PARAÍBA  
(1930-1940)**

Recife, 2020



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO  
CURSO DE MESTRADO**

**BRUNO CÉSAR CORDEIRO DE ARAÚJO**

**EMBATES DA FÉ: CONFLITOS RELIGIOSOS ENTRE  
CONGREGACIONAIS E CATÓLICOS NO SERTÃO DA PARAÍBA  
(1930-1940)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco.

Linha de pesquisa: Tradição e Experiências Religiosas, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques.

Recife, 2020

[Ficha catalográfica]

BRUNO CÉSAR CORDEIRO DE ARAÚJO

**EMBATES DA FÉ: CONFLITOS RELIGIOSOS ENTRE  
CONGREGACIONAIS E CATÓLICOS NO SERTÃO DA PARAÍBA  
(1930-1940)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco, discutida e aprovada pela seguinte Banca Examinadora:

Recife, 30 de junho de 2020

Prof. Dr. **Luiz Carlos Luz Marques**  
Orientador

Prof. Dr. **Carlos André Silva de Moura**  
Avaliador externo - UPE

Prof. Dr. **Newton Darwin de Andrade Cabral**  
Avaliador interno

*Para todos quantos lutaram, lutam e lutarão  
por um mundo mais tolerante e respeitoso na  
comunidade dos homens.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus Todo-Poderoso, Pai, Filho e Espírito Santo, razão de minha existência e força de minha vida. A Ele honra, glória e todo o louvor hoje, e pelos séculos dos séculos!

À minha amada esposa, Maria Rita Ramos de Araújo, que tem sido paciente e altruisticamente encorajadora durante toda minha caminhada acadêmica, a você todo meu amor e gratidão.

Ao meu filho Caio César, por me ajudar a não conviver somente com os livros, mas mostrar-me a necessidade de, vez por outra, assistir às tartarugas ninjas e ao homem-aranha.

À minha querida Mãe, Alzenir Maria Cordeiro da Silva, por ser um instrumento de Deus para que eu fosse quem sou. Por todos os esforços empreendidos em minha criação, por todo sofrimento e luta pela sobrevivência, por ser uma grande guerreira, obrigado Mãe!

À Primeira Igreja Congregacional de Santa Cruz do Capibaribe-PE, comunidade onde sirvo como Pastor, por todo apoio e financiamento para minha pesquisa no mestrado. Graças por poder servir como ministro entre vocês. A todos, meu muito obrigado.

Ao Conselho da Primeira Igreja Congregacional de Santa Cruz do Capibaribe, meus companheiros de Ministério, graças por todo apoio e incentivo que sempre recebi de cada um de vocês para que houvesse continuidade em meus estudos.

Ao meu orientador nessa pesquisa, Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques, por toda orientação fornecida, sem a qual esse trabalho seria por demais prejudicado. Muito obrigado, professor!

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco, pelas aulas preciosas e ricas etapas de pesquisas e aprendizados mútuos vivenciados que me foram proporcionados.

Ao Rev. Armando Valdevino de Araújo, ministro da Igreja Congregacional de Catolé do Rocha-PB, por todo o apoio recebido. Por me receber carinhosamente em sua casa com sua adorável esposa Cibele. Obrigado por gastar tempo comigo me conduzindo aos principais pontos dos conflitos religiosos entre os protestantes congregacionais e católicos romanos no Sertão Paraibano das décadas de 1930 e

1940. Sou grato pelo acesso às atas da Igreja Congregacional de Catolé do Rocha. Muito obrigado Armando e Cibele, sem o apoio de vocês não seria possível concluir esse trabalho. Obrigado pelo carinho e amizade.

A Erika Helgen, professora assistente na *Yale Divinity School* em New Haven, EUA, por ter compartilhado comigo o Processo Criminal e inquérito policial do conflito de que trata essa dissertação, o que me poupou o trabalho de ter que ir ao Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Muito obrigado querida Erika pelo seu espírito de pesquisadora.

Ao Rev. Edinaldo Alves da Silva, ministro protestante servindo na Igreja Congregacional de Brejo dos Santos há quase três décadas. Obrigado Rev. Edinaldo por me abrir as portas de sua casa, pelas emocionantes histórias e memórias bondosamente compartilhadas comigo e pelo acesso às atas da Igreja de Brejo dos Santos.

À secretaria da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios de Catolé do Rocha-PB. Agradeço por toda gentileza e presteza em me ajudar nesse trabalho, permitindo-me pesquisar no primeiro Livro de Tombo da Matriz. O acesso a esse importante documento da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios foi de grande importância nessa pesquisa, preencheu várias lacunas fornecendo informações que só foram encontradas nele, pelo que sou imensamente grato pelo privilégio de ter lido o Livro de Tombo.

Ao Rev. Sandro Paiva, ministro protestante servindo na Igreja Congregacional de Patos-PB. Agradeço ao pastor Sandro pelo acesso às Atas da Igreja de Patos, Igreja que foi responsável pela abertura do Processo Criminal que aqui analisamos. Obrigado Rev. Sandro, pela gentileza.

Aos revisores Adelmo Teotônio da Silva e Márcia Pereira Gomes Silva, pelos momentos de participação na apreciação da leitura da dissertação e pelo aprendizado mútuo.

*“Porque Dele, e por meio Dele, e para Ele são todas as coisas. A Ele, pois, a glória eternamente. Amém!”*

Apóstolo Paulo

## RESUMO

Esse trabalho teve por objetivo investigar os conflitos de natureza religiosa protagonizados por protestantes congregacionais e católicos romanos no Sertão da Paraíba, durante as décadas de 1930 e 1940. Com a chegada dos congregacionais no Sertão Paraibano em fins da década de 1920, fortes tensões começaram a se configurar no Alto Sertão e, como resultado desses conflitos, religião e violência deram passos de mãos dadas na Cidade de Catolé do Rocha e em várias outras regiões sob sua jurisdição, como é o caso dos conflitos observados nos Sítios do Cajueiro, Cajazeirinhas e Brejo dos Cavalos (hoje, Brejo dos Santos). Vários documentos foram examinados para que fosse possível preparar o caminho no sentido de reconstruir a história dos referidos conflitos religiosos e das comunidades neles envolvidas. Os instrumentos utilizados, para esse trabalho de ressurreição da memória, vão desde documentos eclesiásticos, como Livros de Tombo e de Atas das comunidades envolvidas, tanto católicas como congregacionais; jornais da época; inquérito policial e Processo Criminal que resultaram dos embates travados naquele período. Apresentamos também, no texto ora entregue, uma breve abordagem da inserção do protestantismo no Sertão da Paraíba, processo que se deu através das atividades missionárias da Igreja Congregacional. Várias imagens valiosas do ponto de vista histórico, fotografias dos principais atores envolvidos nos atos conflituosos na região sertaneja da Paraíba, bem como mapas explicativos, tanto da geografia física quanto da geografia dos embates, são fornecidos ao longo do trabalho como instrumentos para facilitar a melhor compreensão do leitor.

**Palavras-chave:** Estado. Igreja. Poder. Movimentos de resistência. Congregacionalismo.

## ABSTRACT

This work aimed to investigate conflicts of a religious nature carried out by congregational Protestants and Roman Catholics in the Hinterland of Paraíba, during the 1930s and 1940s. With the arrival of the congregants in the Hinterland of Paraíba in the fins of the 1920s, strong tensions set up in the High Sertão and, as a result of these conflicts, religion and violence take steps hand in hand in the City of Gato da Rocha and in several other regions under its jurisdiction, as is the case of conflicts observed in Sítios do Cajueiro, Cajazeirinhas and Brejo dos Cavalos (today, Brejo dos Santos). Several documents were examined so that it was possible to pave the way towards reconstructing the history of the referred religious conflicts and the communities involved in it. The instruments used, for this work of resurrection of memory, range from ecclesiastical documents, such as Books of Tombo and Minutes of the communities involved, both Catholic and congregational; periodicals; police inquiry and Criminal Proceedings that resulted from the clashes in that period. We also present, in the text now delivered, a brief approach to the insertion of Protestantism in the Sertão da Paraíba, a process that took place through the missionary activities of the Congregational Church. Several valuable images from the historical point of view, photographs of the main actors involved in the conflicting acts in the hinterland region of Paraíba, as well explanatory maps, of both physical geography and the geography of the clashes, are provided throughout the work as tools to facilitate the better understanding of the reader.

**Keywords:** State. Church. Power. Resistance movements. Congregationalism.

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Microrregião do Sertão (versão ampliada e mapa do Estado da Paraíba, nos Apêndices).....	<b>14</b>
<b>Figura 2:</b> Primeira Igreja de Catolé do Rocha, de 1773.....	<b>79</b>
<b>Figura 3:</b> Nova Igreja Matriz, ainda sem a torre, de 1875.....	<b>79</b>
<b>Figura 4:</b> Atual Igreja Matriz.....	<b>80</b>
<b>Figura 5:</b> Pastor H. Briault e esposa.....	<b>81</b>
<b>Figura 6:</b> Atual Igreja Congregacional do Sítio do Cajueiro, construída próxima ao local da destruída, em 1932.....	<b>81</b>
<b>Figura 7:</b> Pe. Luiz Gomes Vieira.....	<b>84</b>
<b>Figura 8:</b> Pe. Manoel Otaviano de Moura Lima.....	<b>91</b>
<b>Figura 9:</b> Igreja Evangélica Congregacional de Catolé do Rocha, PB.....	<b>98</b>
<b>Figura 10:</b> Sr. José Alves e esposa.....	<b>105</b>
<b>Figura 11:</b> Pe. Américo Maia.....	<b>107</b>
<b>Figura 12:</b> Ruínas das igrejas citadas no Processo Criminal.....	<b>109</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 O PROTESTANTISMO CONGREGACIONALISTA .....</b>	<b>26</b>
2.1 As Origens do Congregacionalismo na Inglaterra .....	26
2.2 O Congregacionalismo Norte-Americano .....	33
2.3 A Chegada do Congregacionalismo no Brasil .....	37
2.3.1 O Dr. Robert Reid Kalley e o Congregacionalismo no Brasil Império.....	41
2.3.2 A Inserção do Congregacionalismo no Nordeste do Brasil .....	45
2.3.3 Congregacionalismo: Continuidades e Descontinuidades.....	51
<b>3 O SERTÃO PARAIBANO ATÉ AS DÉCADAS DE 1930-1940 .....</b>	<b>57</b>
3.1 A situação política .....	59
3.2 A situação econômico-social .....	61
3.3 A situação religiosa .....	64
3.4 Embates ideológico-religiosos entre católicos e congregacionais.....	65
<b>4 CONGREGACIONAIS E CATÓLICOS NO SERTÃO PARAIBANO .....</b>	<b>77</b>
4.1 A inserção do protestantismo no Sertão Paraibano .....	80
4.2 A primeira fase dos conflitos .....	87
4.3 A segunda fase dos conflitos.....	91
4.4 A terceira fase dos conflitos .....	96
<b>5 REFLEXÕES CONCLUSIVAS.....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>118</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>124</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>127</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Após duas tentativas sem êxito, por parte dos calvinistas, de se estabelecerem no Brasil, a primeira entre 1555 e 1560 com os franceses, e a segunda entre 1630 e 1654 com os holandeses, o país só contará com uma presença significativa do cristianismo reformado, a partir do início do século XIX, como resultado da pressão imposta a Portugal, por parte da Inglaterra, que levou à abertura dos portos em 1810 e à concessão de privilégios aos protestantes ingleses. Mas essa foi uma decisão que teve sólidas raízes no passado de relações entre Portugal e Inglaterra.

Na verdade, dado seu início titubeante como rei, a partir de dezembro de 1640, o católico D. João IV de Bragança assinou, já em 11 de julho de 1654, com o governo do então *Lorde Protetor* Oliver Cromwell – um puritano independente –, um tratado que garantia privilégios aos comerciantes ingleses não-católicos, residentes em territórios portugueses, em troca de apoio diplomático e militar contra Espanha e Holanda. Esses foram assim sintetizados: *liberdade religiosa, justiça civil própria e liberdade de comércio* com diminuição de taxas (BERCÉ; MOLINIER; PÉRONNET, 1991, p. 51, grifo nosso)<sup>1</sup>.

Tal decisão de 1810, que em princípio valia só para os membros da Igreja da Inglaterra, acabou por facilitar a vinda de outros grupos reformados para o país, os luteranos, por exemplo. No decorrer do século XIX, outros missionários, cujos propósitos, *a priori*, não eram os de fortalecer as relações comerciais entre as coroas portuguesa e inglesa, acabaram desembarcando no Rio de Janeiro.

O protestantismo que, inicialmente, aqui chegou, por meio de tal expediente, não proporcionou ocasião para a divulgação de sua fé, não pôde esboçar quaisquer interesses propagandistas em relação à população brasileira, sendo esse tipo de protestantismo, por questões circunstanciais, forçado a sobreviver sob uma dimensão essencialmente imigratória. O que se conseguiu nesse protestantismo, no que tange à esfera religiosa, foi apenas a manutenção ou preservação da fé daqueles que haviam desembarcado nas terras brasileiras durante as primeiras décadas do século XIX.

Isso porque, essa forma de protestantismo, não desfrutava das condições necessárias para que pudessem empreender a atividade propagandista no que se refere a sua fé livremente. Dessa maneira, as restrições impostas ao protestantismo

---

<sup>1</sup> No Tratado, em seu Art. 14, está escrito, falando dos ingleses: "that they shall not be troubled on account of their religion, or for having English Bibles, or other boohs in their possession, and have a burial-ground, etc. ("que eles não devem ser incomodados por causa de sua religião, ou por terem Bíblias inglesas ou outros livros em seu poder, e ter um cemitério etc. *Tradução do autor*). (WALTON, 1831, p. 32-33).

nesse período, pela Constituição brasileira (como exemplos: não construir prédios com características de templo religioso e, principalmente, não fazer propagandas de sua fé aos cidadãos brasileiros, buscando persuadi-los a aderirem aos princípios protestantes, entre outros), dão conta de que, mesmo esse aparecimento inicial do protestantismo, já era encarado como uma ameaça no campo religioso dominado pela Igreja estabelecida, a Católica Apostólica Romana.

Some-se a essas dificuldades o fato de que, a atividade inicial desses primeiros imigrantes protestantes, na primeira metade do século XIX, era voltada para o trabalho na terra, razão primária que financiou sua vinda ao país. Eles mesmos, também, muitas vezes sofriam alguma demora no envio de ministros protestantes para atuarem em suas comunidades. Esse conjunto de fatores não lhes favoreciam o envolvimento com a agenda missionária que requer significativa atenção e preparação logística para sua realização.

Isso justifica a informação dada pelo estudioso do protestantismo no Brasil, Antônio Gouvêa, em seu livro produzido em conjunto com Velasques Filho, “Introdução ao Protestantismo no Brasil”, de que:

A população brasileira só foi diretamente afetada pela presença de cristãos não-católicos quando começaram a chegar no Brasil, nos anos de 1850, os primeiros missionários protestantes que vieram com a finalidade explícita de propagar a sua fé. Esse segundo impulso responde pela inserção no país do que chamamos aqui de “Protestantismo Missionário”. Através dele instalaram-se no Brasil a Igreja Congregacional, a Presbiteriana, a Metodista, a Batista e a Episcopal (1990, p. 12).

Já a partir do estabelecimento do protestantismo na segunda metade do século XIX, quando preocupações e intenções mais firmemente propagandistas começaram a ser esboçadas, os primeiros embates já deram sinais de que muitos conflitos seriam deflagrados, no campo religioso brasileiro. Em 1859, apenas alguns meses após, o Dr. Robert Reid Kalley, responsável pelo estabelecimento do Congregacionalismo no Brasil, ter realizado o primeiro batismo aqui, recebeu o recado das autoridades ligadas à Igreja Católica de que “a tolerância religiosa garantida pela Constituição Brasileira não é tão plena que admita a propaganda de doutrinas contrárias à religião do estado” (LÉONARD, 1981, p. 510).

Mas, foi na então Região Norte, hoje chamada Nordeste<sup>2</sup>, que os Congregacionais vivenciaram um forte embate com a Igreja Católica. Na verdade, a região foi palco de grandes conflitos entre várias vertentes do protestantismo e do catolicismo como bem lembra o historiador do protestantismo brasileiro Émile-Guillaume Léonard:

Embora tão lamentáveis quanto sejam, estes incidentes foram, por muito tempo, esporádicos e sem grande gravidade; duas regiões, entretanto, o Estado do Rio e o Nordeste foram particularmente vítimas, criando-se nelas uma atmosfera de tensão progressiva. E que nessas regiões houve o choque de elementos caracteristicamente ofensivos, tanto do lado católico como do protestante, aos quais se aliaram personagens políticas transformando as discussões religiosas, muitas vezes, em lutas políticas (1981, p. 112).

Neste estudo, entretanto, procurou-se examinar apenas os conflitos religiosos entre os Congregacionais e a Igreja Católica, no Estado da Paraíba, durante o período de 1930 a 1940. O que se buscou com a observação dos referidos conflitos foi compreender qual a razão que levou o Congregacionalismo, quando de seu aparecimento no Sertão do Estado da Paraíba, a ser objeto de insatisfação e de inquietação por parte da Igreja Católica.

A pesquisa procurou explicar que tipo de ameaça esse movimento podia oferecer à Igreja estabelecida, estando esse majoritariamente à margem da sociedade, bem como discutir as razões para as perseguições protagonizadas pela Igreja Católica em relação aos protestantes congregacionais. Outra preocupação foi demonstrar como reagiram os congregacionais em face da perseguição religiosa encabeçada pela Igreja Católica por ocasião do processo de inserção do protestantismo congregacionalista no Sertão Paraibano.

Este trabalho foi beneficiado com uma vasta documentação de embates entre comunidades locais da Igreja Católica e comunidades congregacionais, no Sertão do

---

<sup>2</sup> É preciso explicar o que se entende por Nordeste, no período abordado por essa pesquisa. A primeira proposta para uma divisão regional do Brasil ocorre em 1913, e foi elaborada pelo geógrafo Delgado de Carvalho. Essa divisão fomentou muitos debates e, várias outras, foram propostas na década de 1930. Foi, contudo, em 1938 que se fez necessário escolher uma dessas divisões para compor o Anuário Estatístico do Brasil. Na divisão adotada pelo Ministério da Agricultura, a partir de 1938, o Nordeste do Brasil contava com os seguintes Estados: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Já, na década de 1950, o Maranhão e o Piauí foram integrados ao Nordeste e, em 1970, foi a vez dos Estados da Bahia e Sergipe, estabelecendo dessa maneira, a formação atual da região nordestina (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ, s.d.). Manteremos a palavra Nordeste, de agora em diante, porque é a atualmente usada. No entanto, nas nossas fontes, a palavra Norte comparece, por exemplo, no jornal "O Norte Cristão".

Estado da Paraíba, entre os anos de 1930 e 1940. Portanto, dada a riqueza da documentação encontrada, como se verá adiante, examinamos apenas os conflitos que se processaram no município de Catolé do Rocha que, na época, incluía a pequena cidade de Catolé, o lugarejo chamado Brejo dos Santos (ou dos Cavalos), e os Sítios de Cajazeirinhas e do Cajueiro. Reservamos a maior parte da documentação para um eventual, futuro, doutorado.

**Figura 1:** Microrregião do Sertão (versão ampliada e mapa do Estado da Paraíba, nos Apêndices).  
**Fonte:** Seabra (2014, p. 169).



Sendo o Congregacionalismo pioneiro no Brasil e no Nordeste, no que se refere ao trabalho missionário no século XIX, lamentamos o fato de que ainda não se tenha considerado essa importante parcela do protestantismo histórico com a merecida justiça. Mendonça e Velasques Filho (2002, p. 61) espantam-se com a negligência e imperícia da historiografia secular com relação ao protestantismo, a tal ponto que, mesmo na década de 1990, "(...) a historiografia da inserção do protestantismo no

Brasil tem sido feita tradicionalmente com desconhecimento da cultura brasileira e da Igreja Católica”. Se essa crítica procede com respeito ao Protestantismo em geral, o que se pode dizer de seu pioneiro, Congregacionalismo, em particular?

Não se pode negar a importância do estudo do campo religioso brasileiro, mais precisamente a do protestantismo no Brasil, objeto dessa pesquisa, como sendo fundamental para alcançarmos uma melhor compreensão de nossa sociedade. Portanto, entendemos que uma pesquisa que se proponha a explicar um pouco mais sobre a atuação dos congregacionais no Nordeste brasileiro, por mais modesta que seja, trará consigo alguma contribuição. A partir disso, entende-se que essa pesquisa se justifica.

O presente trabalho utilizou-se da técnica de pesquisa documental/bibliográfica, seja buscando exaustivamente a documentação original do conflito, conservada no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, as Atas e demais livros, como os de Tombo, das igrejas envolvidas; seja com a pesquisa nos jornais da época, conservados no Arquivo Jordão Emerenciano, de Pernambuco; e consulta aos estudos históricos que, de alguma forma, abordaram o assunto relacionado ao protestantismo em geral, como também ao Congregacionalismo em particular.

Como principal teórico, que nos forneceu ferramentas para organizar e interpretar o material, escolhemos Pierre Bourdieu. Seu conceito de campo, aplicado ao que chamamos campo religioso brasileiro, foi fundamental para a presente pesquisa. Bourdieu entende que todo o cenário social pode ser interpretado como “um campo de lutas” em que os agentes sociais se enfrentam para conservar ou transformar seu capital social e expandir o seu domínio. Assim, “os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições” (BOURDIEU, 2004, p. 29).

Dentro dessa perspectiva, o conceito de campo de Bourdieu nos ajudou a entender melhor como foram construídas estrategicamente relações de poder pelos diversos agentes sociais na formação de um espaço social. Este, por sua vez, marcado por novas ideias políticas, religiosas e, principalmente, com relação ao espaço da Igreja Católica, em face de um novo agente no campo religioso do Sertão Paraibano, o Congregacionalismo.

É necessário compreender que o espaço social se configura como um campo de poder capaz de transformar, consolidar e redefinir o que é ou não interessante para a

construção da hegemonia de uma elite dirigente, mesmo que sejam afastados aqueles que se contrapõem a esta hegemonia. Bourdieu, quando pensa o espaço social, considera-o como um espaço multidimensional, formado por um conjunto aberto de campos relativamente autônomos.

Há, inevitavelmente, um claro conflito em todo tipo de campo e, portanto, dentro das suas possibilidades, em que cada um procura legitimar e assegurar suas posições, alianças e oposições, construindo, dessa maneira, um espaço social marcado pela lógica dos interesses de cada grupo. O espaço social é formado por campos que possuem sua própria lógica. Para Bourdieu, o campo é tanto um “campo de forças”, como, ao mesmo tempo, uma estrutura que constrange os agentes nela envolvidos, é também um “campo de lutas”, onde os agentes atuam conservando ou construindo a sua estrutura.

A instituição religiosa é, portanto, uma organização humana composta por agentes, que tanto produzem quanto consomem o capital simbólico religioso, atuando em um campo no qual brotam sistematicamente conflitos de poder. Nesta instituição, há uma – ou eventualmente, mais de uma – liderança pensante, que em algumas ocasiões age de forma autoritária ou consensual, e, por sua vez, detém o poder sobre o capital simbólico religioso, capaz de legitimar e de qualificar, bem como de deslegitimar ou desqualificar determinados agentes produtores de capital simbólico, a fim de manter o controle do campo.

Pode-se verificar que a Igreja Católica Apostólica Romana, na região sertaneja do Estado da Paraíba, contribuiu para a manutenção da ordem política-religiosa que lhe favorecia, mediante o reforço simbólico das divisões desta ordem. Nesta sua tarefa de manutenção, a Igreja naturalmente lançou mão de vários instrumentos, tanto de defesa quanto de ataque, para que em nada seu capital simbólico religioso fosse de alguma maneira prejudicado. Com isso, os desdobramentos de tais ações procuramos compreender ao longo dessas páginas que ora apresentamos.

Como mencionado, essa pesquisa foi significativamente beneficiada com uma riqueza de documentação que jamais pensávamos que pudéssemos ter acesso. A intensão inicial era trabalhar os embates religiosos entre congregacionais e católicos romanos em toda a região do Nordeste do Brasil durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Mas, com as descobertas dos documentos e, muito particularmente, diante das reflexões de meu orientador, o Dr. Luiz Carlos Luz Marques, com quem me relaciono desde a época de minha graduação no curso de

História na Universidade Católica de Pernambuco, os rumos da pesquisa começaram por ganhar outras dimensões.

Ficou estabelecido que, nossa ambição de dar conta de todo o Nordeste do Brasil, ao longo de cinco ou seis décadas, não era um empreendimento muito aconselhável. O trabalho ainda concentraria sua atenção sobre os embates religiosos travados entre os congregacionais e os católicos romanos, contudo, o recorte temporal e geográfico teria que sofrer uma considerável alteração.

Como palco para os embates a serem analisados entre essas duas vertentes da religiosidade brasileira, foi escolhida apenas a região do Sertão Paraibano, mais especificamente, a cidade de Catolé do Rocha que, àquela época, aglutinava em seus domínios: Brejo dos Cavalos (hoje Brejo dos Santos, município desde 1965); o Sítio Cajazeirinhas e o Sítio do Cajueiro. O recorte temporal abandonou a antiga pretensão de examinar várias décadas de conflitos para se concentrar na observação dos embates ocorridos na década de 1930. E foi dessa forma que, como estudante do curso de mestrado, comecei a entender que, em pesquisa séria, o poço é fundo, mas a corda, na maioria das vezes, é curta.

Uma vez definido os rumos da pesquisa, era hora de cair em campo em busca de tudo o que fosse possível encontrar para a produção do trabalho, o que começamos a fazer primeiramente mapeando as igrejas congregacionais envolvidas nos conflitos do Sertão Paraibano. Viajei em duas ocasiões para Catolé do Rocha, localidade que dista do Recife cerca de 450 Km.

Em terras sertanejas na Paraíba, não perdi a oportunidade, visitei a antiga Brejo dos Cavalos, o Sítio do Cajueiro e o Sítio de Cajazeirinhas. Todas essas localidades foram palco de terríveis conflitos diretamente ligados ao tema dessa pesquisa. Foi uma experiência bastante rica para mim ao visitar os templos protestantes de Cajazeirinhas e do Sítio Cajueiro, comunidades carentes da zona rural de Catolé do Rocha que mantêm viva e em plena atividade suas práticas de culto por todas essas décadas.

Uma curiosidade interessante é a mudança no nome do lugarejo de Brejo dos Cavalos para Brejo dos Santos. Há várias versões dando conta das razões para a mudança: alguns dizem que foi uma determinação do Padre Joaquim de Assis que, com o êxodo dos congregacionais em 1939, depois da segunda derrubada de seu templo, foram embora da cidade. O Padre teria dito que “como os cavalos foram embora, agora só ficaram os santos”, portanto, a Cidade passaria a ser chamada Brejo dos Santos (CARNEIRO, 2006, p. 35). Outros alegam que o nome foi mudado em

homenagem aos protestantes congregacionais que passaram pela perseguição naquele lugar (OLIVEIRA, 1987, p. 113). De qualquer maneira, o que sabemos é que a mudança do nome de Brejo dos Cavalos para Brejo dos Santos, de alguma forma, está relacionada à presença protestante naquela região sertaneja do Estado da Paraíba.

Uma vez, no Sertão Paraibano, conversei com pessoas indiscutivelmente acolhedoras, filhos, netos e parentes dos protestantes que estiveram envolvidos nos conflitos das décadas de 1930 e 1940. Entrei em casas, vi fotos, tomei café, ouvi histórias extraordinárias que me fizeram refletir sobre o lugar que a religiosidade pode ocupar no coração e na memória de um povo. Diante de tudo isso, a sensação que comecei a experimentar foi de dívida para com aquelas pessoas e aquelas histórias.

Durante aqueles dias eu só conseguia pensar que aquilo tudo precisava ser historiado, alguém precisava contar criticamente aquela saga! Era simplesmente inacreditável que a inserção do protestantismo no Sertão Paraibano, com todas as dores que aquele processo gerou, estivesse às portas de completar um século de existência e a importância dessa história, até então, estava sendo violentamente sonogada para prejuízo da história e da memória, que são os elementos fundamentais na construção e preservação da religiosidade de nosso povo. Foi de posse desses pensamentos e sentimentos profundamente perturbadores que alegremente me lancei ao trabalho de produzir essa pesquisa.

Foi o Rev. Armando Valdevino, pastor da Igreja Congregacional de Catolé do Rocha, Igreja confederada à União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil quem, carinhosamente, nos recebeu e nos apresentou aos locais dos principais focos dos conflitos dos anos 30 do século passado. Através do Pastor Armando Valdevino, tivemos acesso irrestrito aos Livros de Atas da Igreja Congregacional de Catolé para que pudéssemos procurar possíveis menções aos conflitos que ocorreram naquela época. Por meio do Pastor de Catolé, também fomos apresentados ao Rev. Edinaldo Alves da Silva, que é o Ministro protestante servindo na Igreja Congregacional de Brejo dos Santos, comunidade que enfrentou os mais violentos ataques na época dos conflitos, em 1938 e 1939.

O Pastor Edinaldo Alves, atua como Ministro protestante a cerca de 30 anos, a maioria dos quais, assumindo o pastorado da Igreja de Brejo dos Santos. Seu pai foi testemunha ocular dos acontecimentos do final da década de 1930. O pastor de Brejo dos Santos, portanto, é descendente direto dos Congregacionais que travaram os embates com os católicos romanos entre 1938 e 1939. Tivemos preciosos momentos

de conversa com o pastor Edinaldo e sua família, que nos prestou vários esclarecimentos sobre a história da Igreja que pastoreia.

O templo da Igreja possui uma localização privilegiada na cidade, visto que foi o primeiro templo religioso a ser erguido na antiga Brejo dos Cavalos. Foi construído antes mesmo que houvesse uma capela católica no lugarejo, sendo, esse fato, mais uma razão para as disputas religiosas ocorridas naquela região. Recebemos do Pastor Edinaldo Alves o acesso ao primeiro Livro de Atas da Igreja Congregacional de Brejo dos Cavalos que data dos anos de 1935 a 1945. Recebemos também a permissão para digitalizar esse importante documento histórico dos congregacionais de Brejo dos Santos, o que para nós foi, evidentemente, uma grande alegria. Foi de fato uma contribuição de inestimável valor para nossa pesquisa.

Outro importante documento que tivemos oportunidade de acessar foi o Livro de Atas da Igreja Congregacional da Cidade de Patos no Sertão da Paraíba. A Igreja de Patos foi fundada em meados de 1932, e é desse mesmo ano seu primeiro Livro de Atas. Tivemos acesso a esse material graças a uma particular gentileza do Rev. Sandro Paiva, Pastor titular daquela Congregação. A Igreja de Patos foi responsável, como veremos mais adiante, pelo Processo Criminal que foi movido para responsabilizar os autores dos atos de violência e intolerância que ocorreram em maio de 1939 que, juntamente com episódios da mesma natureza ocorridos em junho de 1938, deixaram um forte rastro de destruição ao patrimônio físico e religioso dos protestantes congregacionais que chegaram ao Sertão Paraibano a partir do ano de 1926. Ofereceremos, logo a seguir, mais informações sobre esse importante achado para nossa pesquisa.

Enquanto eu recolhia esses Livros de Atas para futuras análises e fazia o percurso dos conflitos ocorridos por toda aquela região, uma nova personagem cruza minha caminhada acadêmica. Erika Helgen, estudante da Universidade de Yale em New Haven, Connecticut, EUA, estava, na época, concluindo a sua tese de doutorado, pesquisando conflitos entre protestantes e católicos romanos no Nordeste do Brasil. Em seu trabalho de pesquisa, a doutoranda da universidade de Yale esteve no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e descobriu um importantíssimo documento para a história do protestantismo no Nordeste do Brasil.

Tratava-se do Processo Criminal que foi movido pela Igreja Congregacional de Patos, por intermédio de seu Pastor, o Rev. Harry George Briault, ainda em 1939, contra os responsáveis pelas perseguições religiosas que culminaram com a

destruição de todos os templos congregacionais na região de Catolé do Rocha. O Processo denuncia mais de 50 pessoas envolvidas nos acontecimentos dos anos de 1938 e 1939, com uma denúncia que levou a algumas prisões, condenações e indenizações. Graças ao espírito de pesquisadora, altamente aguçado da Éricka Helgen, tivemos acesso não apenas ao número, mas aos arquivos do Processo que serviram para enriquecer grandemente o nosso trabalho de pesquisa, pelo que agradecemos com toda a sinceridade o apoio recebido por parte dessa colega pesquisadora.

O Processo contém mais de 190 páginas, pois também conta com o inquérito policial que foi anexado às suas páginas. Todo o caderno processual foi digitalizado, mas, dado o tempo, já estava bem apagado, tornando bastante sofrível e trabalhosa a leitura do documento. Para que se pudesse ter um acesso mais tranquilo no exame do Processo, contei com o auxílio inestimável da Maria Rita, minha querida esposa. Rita gastou meses lendo e digitando vagarosa e pacientemente todo o Processo Criminal, para que minha leitura fosse dinamizada e pudesse ganhar mais tempo. Em breve pretendemos colocar esse importante documento a disposição do público, a fim de que a vida de futuros pesquisadores e pesquisadoras da história do protestantismo, da ciência da religião e de tantas outras áreas de interesse, seja facilitada.

Ao retornar de minha primeira viagem a Catolé do Rocha, continuei minhas buscas por mais fontes que pudessem compor meu trabalho e me conduzir no processo de reconstrução da história do Congregacionalismo no Sertão da Paraíba. Em conversas informais com vários amigos pesquisadores do protestantismo no Brasil, descobri que os congregacionais possuíam, aqui no Nordeste, um periódico bem organizado sob o título de “Norte Christão”. Esse jornal tinha uma circulação mensal e ao que nos parece, circulou no Nordeste do Brasil durante as décadas de 1920 e 1930, e não sabemos se durou mais tempo. Pesquisando no Arquivo Público de Pernambuco, tivemos a felicidade de encontrá-lo por lá. No Arquivo Público, temos preservados números que vão de 1926 a 1935, digitalizamos todos os números que estavam à disposição para consulta.

O “Norte Christão” foi um periódico produzido por protestantes congregacionais para facilitar a comunicação com as diversas igrejas espalhadas pelo Nordeste do Brasil. Era, de fato, um jornal bem redigido e bem eficiente na divulgação sobre como iam a vida e o trabalho dessas igrejas. Em cada edição havia uma coluna denominada “Notícias do Nosso Campo”. Era onde ficavam disponibilizadas todas as informações

do que estava acontecendo com os congregacionais de várias partes do Nordeste brasileiro. As notícias do trabalho protestante em Catolé do Rocha ocuparam aquelas páginas desde o ano de 1928, pouco tempo após a chegada do Congregacionalismo no Sertão Paraibano.

Até onde sabemos, a continuidade do periódico “Norte Christão” foi interrompida pela falta de recursos necessários para que pudessem mantê-lo em circulação. O próprio jornal fazia vários apelos em suas edições na tentativa de angariar os recursos necessários à sua manutenção através do patrocínio das Igrejas Congregacionais espalhadas não só pelo Nordeste, mas por todo o Brasil. O uso desse periódico muito nos ajudou na reconstrução do contexto e da compreensão no progresso dos conflitos entre os católicos e os congregacionais nas terras sertanejas da Paraíba.

Em nossa caminhada encontramos também registros de filhos da terra, tanto de Catolé como de Brejo dos Santos. Foram pequenos textos que tributam a memória de sua terra e igreja, como no caso do escritor Osmar de Lima Carneiro, com sua obra “Fotografando o Amor, Histórias de uma Igreja Perseguida”, cujo propósito é apresentar ao leitor uma visão de sua terra e da vida comunitária da Igreja de Brejo dos Cavalos. Temos também o texto da escritora Maria Guedes de Figueiredo “Catolé do Rocha, Berço da Evangelização do Sertão da Paraíba”, que, em sua maior parte, é um tributo à vida e obra do Pastor Antônio Francisco Neto que trabalhou na Igreja Congregacional de Catolé e suas redondezas por mais de quatro décadas.

Descobrimos, finalmente, durante todo esse processo, que a Igreja Católica Apostólica Romana possui, em cada paróquia, um documento denominado Livro de Tombo. Trata-se de uma obra de produção eclesiástica que possui valor histórico. O Livro de Tombo é uma importante peça na elaboração de relatórios de atividades para efeito de prestação de contas que cada pároco, por dever de seu ofício, terá que fazer com certa regularidade. Nesse importante documento constam várias observações internas referentes à paróquia, entre as quais: seu estado de conservação, mobília encontrada, registros de como o pároco a recebeu e como a entregou, como também um registro dos principais eventos e acontecimentos em torno de sua jurisdição eclesiástica. Em um “*insight*”, logo imaginamos que poderíamos encontrar algo, talvez alguns relatos da parte dos Padres que assumiram a Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios durante os anos dos conflitos. Imediatamente, viajamos mais uma vez a Catolé do Rocha, na esperança de que pudséssemos encontrar mais fontes para nossa pesquisa.

Não posso continuar minha narrativa sem registrar a destacada sensibilidade e presteza do atual administrador da Matriz de Catolé do Rocha, Frei Roberto Alexandre da Silva, O. Cap., que em absoluto nos foi solícito, abrindo as portas da Paróquia para que tivéssemos acesso ao seu primeiro Livro de Tombo, com registros desde fins do século XIX até os anos de 1955. Também minha gratidão aos funcionários da secretaria, pela gentileza com que nos receberam e nos forneceram os documentos deixando-nos os mais confortáveis possíveis para a realização do nosso trabalho.

De posse do Livro de Tombo, da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios em Catolé do Rocha, passamos a digitalizá-lo cuidadosamente para que pudéssemos examiná-lo posteriormente com toda calma. Todo esforço valeu a pena. Encontramos várias referências feitas pelos punhos de diferentes Padres que assumiram a direção da Matriz de Nossa Senhora dos Remédios durante os anos do conflito.

Essas referências nos ajudaram a esclarecer várias dúvidas e a montar complicados quebra-cabeças, coisa que certamente não seria possível sem a posse desse documento. O Livro de Tombo também proporcionou à pesquisa um importante equilíbrio na maneira de se relatar a história dos conflitos, já que representa o olhar das autoridades da Igreja Católica sobre a presença protestante no Sertão. Sua contribuição para essa pesquisa é, sem dúvida alguma, de valor inestimável.

Como podemos observar, foram vários caminhos, diferentes pessoas e diversas instituições que contribuíram para a concretização dessa pesquisa, e cada uma delas merece esse reconhecimento. Se portas não se abrem, o pesquisador não escreve, não produz, não avança, não contribui.

Um dos propósitos perseguidos nesse trabalho foi familiarizar seu leitor com o protestantismo de tradição congregacionalista. O protestantismo, como bem sabemos, possui várias vertentes que se expressam em tradições específicas oriundas do movimento de Reforma do século XVI. Faz-se necessário, portanto, que o estudioso do campo da História ou da Ciência da Religião, possua o mínimo de compreensão dessas tradições antes de se aventurar a discutir qualquer uma delas, a fim de que erros grosseiros sejam evitados. Por isso, o presente trabalho, dedicou o seu segundo capítulo ao esforço de contextualizar os leitores no que diz respeito a essa importante expressão do protestantismo histórico reformado, conhecido como Congregacionalismo.

Nesse segundo capítulo, iniciamos por fazer uma apresentação do Congregacionalismo, começando por suas origens na Inglaterra do final do século XVI

e início do XVII. Vimos algo das lutas que o protestantismo enfrentou para se estabelecer na Inglaterra e, uma vez estabelecido, observamos as divergências dentro do próprio partido protestante inglês. Descrevemos, ainda que brevemente, o surgimento do movimento puritano já no final do século XVI e, a partir dali, as origens do Congregacionalismo. Esse movimento congregacionista, apesar de ter surgido na Inglaterra, não ficou restrito ao território britânico. Quando ventos de intolerância religiosa e perseguição começaram a soprar nas ilhas britânicas nas últimas décadas do século XVI, protestantes de convicções congregacionistas migraram para países, como a Holanda, que se mostravam mais tolerantes com as diferenças dentro do movimento protestante. E, por volta da década de 1620, rumaram para o que se chamava à época de novo mundo ou Nova Inglaterra e, dessa forma, aqueles antigos congregacionais lançaram as bases do que viria a ser o que hoje conhecemos como sendo os Estados Unidos da América.

Em meados do século XIX, mais especificamente em 19 de agosto de 1855, desembarcava em terras brasileiras um bem-sucedido médico escocês, o Dr. Robert Reid Kalley. Tratava-se de um protestante com fortes convicções calvinistas, e que marcaria para sempre a história do protestantismo brasileiro, juntamente com sua segunda esposa, Sara Polton Kalley.

O Dr. Kalley seria o responsável pela inserção, aqui no Brasil, do que ficou conhecido na história como “protestantismo de missões” e pelo estabelecimento do Congregacionalismo em nossa pátria, e, com isso, sua instalação no Nordeste, quando organizou, na cidade do Recife, em 1873, a primeira Igreja protestante de fala portuguesa em Pernambuco. O protestantismo chega ao Nordeste em língua vernácula, pela tradição Congregacional. Evidentemente, não houve uma transposição radical do Congregacionalismo Inglês para as terras brasileiras, por outro lado julgamos perigoso afirmar que o Congregacionalismo que temos aqui, nada tem a ver com o que aconteceu nos séculos XVI e XVII nas terras da Coroa Britânica, de maneira que procuramos mostrar que houve continuidades e discontinuidades no que se refere ao modelo inglês.

O terceiro capítulo da presente pesquisa buscou situar o leitor no que se refere à situação do Sertão Paraibano, nas décadas de 1930 e 1940. Uma rápida abordagem da história da Paraíba foi oferecida, bem como do processo de ocupação das terras sertanejas cujas lutas para sua conquista tiveram início já no último quartel do século XVI. Uma vez oferecidas as informações sobre os primeiros acontecimentos, no que

tangem ao início da ocupação daquela região, procuramos contextualizar o leitor sobre a situação política do Sertão Paraibano dos anos 30 do século XX.

Com um rápido olhar sobre as lutas pela conquista e manutenção do poder que ocorreram nas paragens sertanejas, procuramos considerar igualmente as informações sobre o estado econômico e social daquelas terras tão sofridas. Vimos algo sobre seu modo de produção de alimentos, sua cultura, os constantes perigos enfrentados pelo homem do Sertão, como a fome, a seca, a exploração impiedosa em que era submetido pelos variados interesses das elites dominantes ou as constantes disputas pelo poder que sempre estiveram presentes na região, mas que nunca proporcionaram quaisquer benefícios para o sertanejo, sejam do ponto de vista social ou econômico. Apesar de tudo isso, verificamos que, antes de tudo, o homem desse território é um ser ligado ao sagrado, alguém cuja alma possui uma constante abertura para o divino. Jamais será possível compreender o sertanejo se o separarmos de sua fé. Por isso, verificamos que:

A religião também se tornou um dos pilares da sociedade sertaneja, reunida em torno da capela e de seus santos padroeiros, ainda hoje festejados como acontece com Santo Antônio, no mês de junho em Piancó, Nossa Senhora da Guia, no mês de setembro em Patos e Nossa Senhora do Rosário, também todos os anos em outubro em Pombal. Não raro, como em Santa Luzia, esses oragos ensejavam cruzeiros onde se celebram promessas a devoções na parte mais alta da povoação. Isso acontece porque, por toda parte, o terço do missionário seguiu o trabuco do conquistador (MELLO, 2014, p. 79).

Registramos também em nossa pesquisa que, desde muito cedo, o Sertão e outras regiões do Estado da Paraíba, e do Nordeste, já vinham sendo palco de vários embates ideológico-religiosos entre protestantes congregacionais e católicos romanos. Esses embates, posteriormente, chegaram ao Sertão e trouxeram consigo, indescritíveis prejuízos, de maneira que, o que aconteceu no Sertão Paraibano na década de 1930, não foi algo isolado que apareceu do nada, antes foi um real desdobramento do que já vinha acontecendo em outras partes do Nordeste do Brasil e que se estenderam, também, com um caráter extremamente violento àquela região sertaneja.

Por fim, o quarto e último capítulo do presente trabalho procurou apresentar uma abordagem que pudesse tornar o leitor ciente de como aconteceu o processo de inserção do Congregacionalismo no Sertão da Paraíba, em meados de 1926. O capítulo traça a história da chegada do protestantismo no Sertão por meio dos esforços

de missionários congregacionais. Apresenta uma descrição dos locais e dos principais personagens envolvidos no processo de implantação das crenças congregacionais na região.

Nesse capítulo foram abordados os principais conflitos que foram deflagrados entre os católicos romanos e os congregacionais durante o período de inserção do protestantismo no Sertão. Essa parte da pesquisa buscou mostrar que os conflitos foram progredindo, de meros embates ideológicos até culminarem em graves e violentos confrontos físicos que desembocaram na destruição de todos os templos protestantes existentes na região pesquisada. Foram examinadas, neste capítulo, as várias fases dos conflitos deflagrados na década de 1930, especialmente a última e mais violenta de todas, que teve lugar nos anos de 1938 e 1939. Foi nessa fase dos conflitos que três dos quatro templos protestantes espalhados pelo Município de Catolé do Rocha foram destruídos.

Também nesse último capítulo de nossa pesquisa examinamos os vários documentos primários a nossa disposição. Foram utilizados na construção dessa parte do trabalho os Livros de Atas da Igreja Congregacional de Catolé do Rocha e da Igreja Congregacional de Brejo dos Cavalos, com uma ressalva ao Livro de Atas da Igreja do Sítio Cajazeirinhas que foi perdido durante a destruição. Fizemos uso do Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, que é a Igreja Matriz de Catolé do Rocha. Buscamos também o inquérito policial e o Processo Criminal movido contra o grupo que participou dos atos de intolerância e perseguição religiosa que desembocaram na destruição dos templos congregacionais e outros prejuízos que o leitor poderá tomar conhecimento durante a leitura do trabalho. Esperamos que, com essas páginas iniciais, tenhamos conseguido despertar a atenção e curiosidade do leitor afim de que o resto da obra seja consultada.

## **2 O PROTESTANTISMO CONGREGACIONALISTA**

Antes de iniciarmos nossa trajetória, propositando compreender e interpretar os acontecimentos relacionados aos embates religiosos entre Congregacionais e Católicos Romanos no Sertão Paraibano, por volta dos anos de 1930 a 1940, nos é imperativo o dever de apresentar algumas definições e explicações de termos que não são tão óbvios em uma primeira leitura, como por exemplo: Congregacionalismo, Congregacionalista, Congregacional. É preciso compreender que realidade foi essa que se chocou com as formas e os ritos religiosos tradicionalmente estabelecidos em solo brasileiro. Será realmente importante entender as origens dessa expressão religiosa que chega ao Brasil, por volta de 1855, e que se tornou pioneira naquilo que, para os estudos do protestantismo no Brasil, a historiografia clássica passou a denominar “protestantismo de missão”.

Não se pode desprezar a história. A história é o fio da identidade coletiva, assim como a memória é o fio da identidade individual. História é memória, nesse sentido: “A perda da memória não apresenta apenas ausência de ‘fatos’; ela é a perda de identidade pessoal, família e amigos, na verdade de todo o complexo do sentido da vida. É muito difícil, se não impossível, funcionar na sociedade se não sabemos quem somos e como chegamos onde estamos” (LINDBERG, 2001, p. 14). Por isso, nossa trajetória é buscar por significado, buscar pela compreensão dos elementos que, nos ajudarão a interpretar melhor a história dos conflitos no Sertão Paraibano. História essa com a qual estamos curiosamente envolvidos e, portanto, vamos começar explicando o que queremos dizer com Congregacionalismo.

### **2.1 As Origens do Congregacionalismo na Inglaterra**

As origens do Congregacionalismo Inglês remontam à agitada Inglaterra do século XVI. O rei Henrique VIII, que assume o trono em 1509 para comandá-lo até 1547, casara com Catarina de Aragão, viúva de seu irmão mais velho Artur, tudo fruto de arranjos articulados pelo seu pai, Henrique VII, com o propósito de assegurar a sobrevivência da dinastia Tudor.

Ocorre que, por volta dos idos de 1527, o rei começou a se perturbar, questionando a legitimidade do casamento que lhe fora arranjado por seu pai. Tudo

isso, porque lera Moisés dizer no livro de Levítico 20:21 que: “Se um homem tomar a mulher de seu irmão, imundícia é; descobriu a nudez de seu irmão; ficarão sem filhos”. Acresça-se a isso o agravante fato de que o rei apaixonara-se nesse mesmo ano por Ana Bolena, uma bela dama de sua corte que era irmã de uma de suas amantes, Maria Bolena. Evidentemente há de se considerar, conforme Walker o fez que: “Em todo caso, os motivos de Henrique não eram meramente sensuais. Se fossem, ele poderia muito bem ter se contentado com suas amantes” (2006, p. 567).

A grande questão era que o rei pretendia ter um herdeiro, um homem que assegurasse o futuro da casa Tudor no trono inglês. Henrique achava que apenas um herdeiro homem poderia salvaguardar sua memória no governo da Inglaterra. Como Catarina não lhe oferecia essa possibilidade, ele começa a enxergar seu casamento como se estivesse debaixo de maldição. O rei decide solicitar ao papa a anulação de seu matrimônio, o que Clemente VII poderia ter concedido se não fosse por um significativo detalhe, Catarina era sobrinha de Carlos V, imperador do Sacro Império Romano Germânico. Carlos foi um imperador poderosíssimo, especialmente por “ter sob seu domínio a Espanha, a Borgonha e a Áustria” (LINDSAY, 1912, p. 15).

A recusa do papa irritara Henrique que, com apoio de alguns teólogos do reino e do parlamento inglês, tem seu casamento declarado ilegal, ficando livre para contrair novas núpcias com Ana Bolena, o que o faz em janeiro de 1533 (NOLL, 2000, p. 184). A segunda esposa de Henrique será mãe de Isabel I, que se tornará rainha mais tarde. O rei inglês subirá ao altar mais quatro vezes e sua amada Ana Bolena, acusada de adultério, será decapitada. No mesmo mês da execução de Ana Bolena, o rei desposa a sua terceira esposa, Jane Seymor, mãe do futuro rei Eduardo, quando Seymor acaba falecendo poucos dias após o nascimento do tão esperado herdeiro.

A quarta esposa de Henrique VIII, Anne Of Cleves, cunhada de Frederico da Saxônia, famoso príncipe protetor de Lutero e da reforma na Alemanha, fora escolhida depois de muita insistência dos conselheiros do rei para agradar os protestantes e fortalecer os laços com a Alemanha. Cleves teve seu casamento com o rei anulado, o motivo foi a não consumação do ato conjugal por falta de interesse do rei causada pela pouca beleza física por parte da pretendente. Sua quinta esposa, Catherine Howard, também acusada de adultério foi decapitada. A sexta esposa, Catherine Parr, sobreviveu ao rei, porque este morreu antes dela (HULSE, 2004, p. 31).

Em 1534, Henrique dá um passo, entre tantos outros, significativo em direção à quebra da comunhão entre a Igreja da Inglaterra e Roma, promulga o Ato de

Supremacia. Segundo Bettenson, os registros mostram que, “em 1531, as convocações tinham reconhecido a Henrique como chefe supremo da Igreja da Inglaterra, ‘até onde permite a lei de Cristo’ – e elas tinham feito isso pelo silêncio. O Ato de Supremacia tirou essa cláusula restritiva” (2001, p. 332). Carlos Jeremias Klein lembra que, por esse ato, Henrique VIII passava a ter plenos poderes para “examinar, reprimir, restaurar, reformar e corrigir quaisquer faltas, heresias, abusos, ofensas e irregularidades que devessem ser reformadas, quer pela autoridade legal, quer pela espiritual” (2007, p. 224).

A resposta do papa Paulo III, à tamanha ousadia, é apresentada através da publicação da bula *Eius qui immobilis* contra o rei, datada de 30 de agosto de 1535. Contudo, sabe-se que “esta bula não foi publicada em 1535 e é duvidoso se em algum tempo chegou a ser promulgada, porque o papa teve dificuldades em encontrar qualquer príncipe disposto a levá-la a cabo” (BETTENSON, 2001, p. 333). De qualquer maneira, a sorte estava lançada e o rei inglês, apesar de católico romano por convicção, preferia remover a autoridade do pontífice romano, para estabelecer a sua própria. A morte do rei Henrique VIII se deu em 28 de janeiro de 1547, quando Eduardo, seu filho, sobe ao trono da Inglaterra para governar com o rei Eduardo VI.

Eduardo, filho de Henrique, ocupa o trono ainda infante, com cerca de nove anos. Por esse período, o partido que defendia a causa protestante estava em verdadeira ascensão. O novo rei fora criado como protestante, recebendo grande influência do movimento reformado e gerando grandes expectativas para a causa protestante na Inglaterra e em toda a Europa.

De fato, muitas reformas começaram a ter ocasião e espaço no reino inglês sob o governo de Eduardo: o culto às imagens foi interrompido, a obrigação do celibato para clérigos foi abolida, o sacramento era dado ao povo sob as duas espécies, o culto agora passaria a ser celebrado no vernáculo e, em 1549, o Livro de Oração Comum foi produzido para governar os ritos litúrgicos da “nova” Igreja do reino. Além disso, o arcebispo Thomas Cranmer, que liderava a obra de reforma na Inglaterra, elaborou, com auxílio de outros bispos, os 42 artigos de doutrina, para expressar a nova confissão de fé da Igreja. Esses artigos eram fortemente influenciados pelas doutrinas calvinistas que, a essa altura, já influenciavam toda a Europa.

Cranmer também cuidou de importar teólogos reformados de grande envergadura, a exemplo de Martin Bucer, para as universidades da Inglaterra, a fim de que ajudassem no programa de reforma instruindo e formando uma nova geração de

ministros para Igreja. Mas a obra de reforma na Igreja da Inglaterra sofreria uma interrupção com a morte prematura do rei Eduardo VI que governou por apenas seis anos. Sua saúde frágil pôs um fim em sua vida e às expectativas do partido protestante da Inglaterra: o trono seria ocupado por outro soberano, ou soberana.

Com a morte de Eduardo, sobe ao trono Maria que teve um curto reinado, seu governo durou de 1553 a 1558. Filha de Catarina de Aragão, primeira esposa do rei Henrique VIII, Maria era católica fervorosa e ferrenha opositora da causa protestante. Não podia ser diferente, fora o partido protestante que apoiara a decisão do rei, que trouxe grande humilhação e sofrimento à sua mãe. Conforme Latourette:

A filha de Henrique VIII e Catarina era extremamente leal à memória de sua mãe. Durante grande parte de sua vida, ela sofreu indignidades por causa do seu nascimento, e pela anulação do casamento entre sua mãe e seu pai e sérias dúvidas foram geradas sobre sua legitimidade embora o testamento de seu pai houvesse declarado que ela e Elizabeth eram bastardas, ele tomou providências para que no caso de Eduardo VI morrer, sem qualquer questão, elas deveriam subir ao trono em ordem de nascimento (2006, p. 1094).

Uma vez coroada, a rainha cuidou de imediatamente restaurar a autoridade do papa e a fé católica em seus domínios, revogou o ato de supremacia, o Livro de Oração Comum e todos os atos do governo de Eduardo que favorecessem a causa protestante. Maria se aliou com a Espanha católica casando-se com Filipe II, que era filho do imperador Carlos V. Esse ato foi extremamente impopular e criticado no reino, já que os ingleses não viam com bons olhos a possibilidade de interferência estrangeira em suas terras. Muitos clérigos, comerciantes e gente do povo recusaram-se a se submeter às mudanças introduzidas pela rainha e isso deu ocasião a fortes conflitos no reino ao ponto de:

Cerca de 800 clérigos ingleses recusaram-se a acatar as mudanças e perderam suas paróquias. Os clérigos foram forçados a fugirem para Genebra e Frankfurt, para não sucumbirem diante da perseguição desencadeada por Marias Tudor. Mais de 275 pessoas, principalmente das regiões do comércio e do sul da Inglaterra, foram martirizadas por sua fé: os principais deles foram Cranmer, Hugh Latimer e Ridley (CAIRNS, 2008, p. 300).

Com a morte da rainha Maria Tudor, em 1558, morrem também seus sonhos e projetos de tentativa de recatolicização do reino da Inglaterra. Uma nova era está para surgir, não sem conflitos, mas com maior e mais significativa estabilidade para o reino inglês. Em 1558, sobe ao trono como soberana da Inglaterra, Isabel I, com apenas 25 anos de idade. Apesar de jovem, era bastante culta, além de sua língua materna, sabia

falar francês, latim e italiano, lia grego e era bem habilidosa em discursos (LINDBERG, 2001, p. 387). Ela será a soberana da casa Tudor que governará por maior espaço de tempo o povo inglês, 45 anos, e seu reinado durará até 1603.

Sabe-se que uma das razões para a rainha Maria abraçar a causa do partido católico e rejeitar o protestante consistia no fato de que Roma a considerava herdeira legítima da coroa inglesa, enquanto que o partido protestante a tinha na conta de filha de um casamento ilegítimo e, portanto, sem legitimidade para o trono. Com Isabel era justamente o contrário. Ela recebia o apoio do partido protestante, já que o papa havia declarado nulo o casamento de seu pai, rei Henrique VIII, com sua mãe, Ana Bolena. Para Roma, ela não era em nada recomendável ao trono da Inglaterra.

Dessa forma, a nova rainha inglesa não poderia pender para nenhuma outra causa senão aquela na qual ela teria verdadeiro apoio, o protestantismo. Isabel foi mais cautelosa e sensível na administração dos conflitos da nação, não era tão religiosa quanto habilidosa para conduzir seu reino a um período de relativa estabilidade após anos turbulentos. Isso não quer dizer, todavia, que ela estivesse disposta a abrir mão de seu direito de exercer sua soberania sobre o poder secular ou sobre o poder eclesiástico. No ano de 1559, sob seu governo:

o parlamento aprovou a nova lei de supremacia, mas sob forte oposição dos bispos marianos na Câmara dos Lordes. Por essa lei eram rechaçados a autoridade do papa e todos os pagamentos e apelos a ele. Porém, foi feita uma mudança de título significativa por insistência da própria Isabel. Em lugar do antigo “Supremo Cabeça”, tão desagradável aos católicos e mui pouco aceitável aos protestantes militantes, ela seria agora designada “Governadora Suprema” da Igreja da Inglaterra – expressão muito menos censurável mas que, na prática, significava a mesma coisa (WALKER, 2006, p. 581).

Isabel restaurou muitas das medidas introduzidas sob o reinado de Eduardo, com as modificações que ela julgava necessárias. Ainda em 1559, depois da Lei da Supremacia, ela promulgou a Lei da Uniformidade. Por esse ato, foram revisados os 42 artigos, quando a própria rainha, exercendo sua autoridade, participou ativamente dessa revisão. Foi exigido que todos os ministros da Igreja se conformassem às novas formas, ao Livro de Oração Comum e aos paramentos, ou vestes clericais.

Isso desembocou em uma série de críticas e resistências por parte de muitos ministros da Igreja. Alguns clérigos não aceitavam as imposições da rainha, consideravam tudo aquilo e, muito especificamente, as vestes clericais (a sobrepeliz e as capas), como vestígios de Roma. Muitos desses clérigos tinham se refugiado em

Frankfurt e em Genebra e testemunhado as práticas das Igrejas reformadas do continente, especialmente sob a liderança de Calvino, reformador francês que atuava em Genebra. Os revoltosos começaram a clamar por uma reforma completa na Igreja, pois, para eles, a Igreja da Inglaterra havia estacionado em algum lugar entre Roma e Genebra e, para alguns, muito mais perto da Sé Romana do que qualquer outra coisa. A rainha resistiu e ordenou que todos se conformassem, com isso muitos membros da Igreja deixaram de frequentar os cultos, o governo reagiu com pesadas multas para quem ficasse em casa. A rainha entendeu que:

A sua posição como governadora da Igreja a auctorizava a proceder a contínuos inqueritos ao modo como era conduzido o culto público nas paróquias da Inglaterra. Nomeou commissarios reais para inspeccionar e dar-lhes as necessarias informações, e esses agentes de Isabel vieram a constituir o Tribunal da Alta Comissão, que se tornou um instrumento de tyrannia ecclesiastica nos reinados de seus sucessores. Por esses commissarios foi Isabel informada da existencia dos não-conformistas, e insistiu n'uma submissão as práticas estabelecidas (LINDSAY, 1912, p. 193)<sup>3</sup>.

Alguns clérigos passaram a protestar, exigindo uma igreja que tivesse, na perspectiva deles, um culto mais puro, um governo mais puro e uma teologia mais pura. Em face disso, passaram a ser identificados como “puritanos”. Segundo Martin Lloyd-Jones, até por volta da década de 1570, os puritanos “eram pessoas que podem ser descritas como membros da Igreja da Inglaterra incessantemente críticos e ocasionalmente rebeldes, e que desejavam alguma modificação no governo da Igreja e no culto” (LLOYD-JONES, 1993, p. 161). Já para os estudiosos do assunto, Joel R. Beeke e Randall J. Pederson:

O termo *puritano* foi empregado pela primeira vez na década de 1560, com referência aqueles protestantes ingleses que consideravam as reformas feitas sob o reinado da rainha Elizabeth incompleta e clamavam por uma “purificação” (da palavra grega *katharos*, “puro”). Sua conotação negativa é derivada do fato de ser uma tradução do termo latino *catharus* (puritano) ou *cathari* (puritanos, de *katharos*), título dado aos hereges medievais (2010, p. 33-34).

Podemos falar de uma tríplice divisão desse movimento puritano na Inglaterra do século XVI. Havia os puritanos conformistas, aqueles que tinham se conformado ao Ato de Uniformidade e às transformações da Igreja da Inglaterra. Pode-se dizer que

---

<sup>3</sup> Em todas as transcrições de obras escritas antes da entrada em vigor do Novo Acordo Ortográfico, de 1990, mantivemos a grafia original dos textos.

desejavam mudanças, mas esperavam que essas fossem feitas pelo Estado. Havia os puritanos separatistas, esses faziam parte de um grupo que queria uma reforma radical, sem esperar por ninguém, não reconheciam a Igreja da Inglaterra como Igreja verdadeira e reprovavam aqueles que nela permaneciam.

Os separatistas fundaram algumas Igrejas na Inglaterra nas décadas de 1570 e 1580, mas foram perseguidos, alguns foram mortos e, então, buscaram refúgio na Holanda. Alguns dos principais líderes dentre os puritanos separatistas são: Robert Browne; Henry Barrowe; John Greenwood; John Penry, dentre outros. Houve também, os puritanos não-conformistas, o grupo dos que reconheciam que a Igreja da Inglaterra era uma Igreja verdadeira, mas que ainda precisava de Reforma. Dois grandes representantes do não-conformismo são os puritanos Thomas Cartwright que, em suas críticas à Igreja da Inglaterra, desenvolveu convicções presbiterianas para o governo da Igreja, e o puritano Henry Jacob, que veio a desenvolver ideias congregacionais a respeito do governo da Igreja.

Os congregacionais, a rigor da palavra, não eram separatistas, embora seja possível pensar nos puritanos separatistas, como ancestrais espirituais dos posteriores congregacionalistas (LATOURETTE, 2006, p. 1104). É interessante notar que, segundo Latourette, “embora às vezes, os puritanos independentes fossem chamados de Brownistas, tem sido questionado se ele realmente foi um deles” (2006, p. 1104). É importante atentar para as observações de Walker que, no início do século XVII:

uma nova posição puritana foi lapidada por Henrique Jacob (1563-1624), que fora membro da congregação de Robinson, em Leyden; por Guilherme Ames (1576-1633), eminente teólogo exilado na Holanda; e por Guilherme Bradshaw (1571-1618), um dos principais escritores puritanos. Esses homens formaram os princípios da posição congregacional independente ou não separatista, da qual provém diretamente o moderno congregacionalismo. Empenhados em evitar a separação da igreja da Inglaterra, trabalharam em favor de um sistema nacional de igrejas congregacionais dentro da igreja estabelecida. Henrique Jacob fundou uma igreja em Southwark em 1616, a primeira igreja congregacional a existir continuamente (2006, p. 646-647).

Ao que nos parece, os congregacionais ou independentes ingleses, seguidores de Henry Jacob, não eram contrários a uma Igreja Nacional (LLOYD-JONES, 1993, p. 162). O que eles desejavam era a separação entre igreja e estado e, em seguida, a adoção do sistema de governo congregacional para a Igreja (CAIRNS, 2008, p. 304). Segundo Cairns, o grupo de congregacionais ingleses que adotou as ideias de seu ilustre representante, Henry Jacob (1563-1624), “não tendiam ao separatismo como os

seguidores de Robert Browne, que, por sua vez, enfatizava o pacto eclesiástico como o vínculo que mantinha unidos os cristãos” (2008, p. 304-305). Muito embora, ramos separatistas e não separatistas estiveram presentes na plantação do Congregacionalismo nos Estados Unidos, o último foi que se estabeleceu com maior força e sucesso naquele país. Portanto, é nesse movimento Inglês, chamado puritanismo, que os congregacionais têm sua origem.

## 2.2 O Congregacionalismo Norte-Americano

O cristianismo foi transportado da Europa para as Américas, quer em sua expressão católica ou protestante. O protestantismo realizou várias tentativas de exportação para o novo mundo nos séculos XVI e XVII. Huguenotes tentaram sem muito sucesso estabelecer uma colônia por volta de 1562 na Flórida, mas foram eliminados pela coroa espanhola em 1565, que, no lugar dos franceses, estabeleceu seu próprio posto em Saint Augustine. Vinte anos após o referido episódio com os franceses, os ingleses fazem sua primeira tentativa e, em homenagem à rainha Elizabeth, considerada a “rainha virgem”, sua primeira colônia será chamada de Virgínia.

Mas essa primeira colônia não logrará nenhum sucesso, e outra tentativa será realizada em 1607. Desta feita, o empreendimento receberá o nome de “Jamestown” para homenagear o rei James I que é o soberano da Inglaterra à época. A nova colônia se estabeleceu na Virgínia, mas não foram encontrados ali vestígios do antigo assentamento. Por isso, Mcgrath assevera que “a história do protestantismo nos Estados Unidos é tradicionalmente vinculada ao ano de 1620, quando o navio *Mayflower* aportou na nova Inglaterra” (2012, p. 154).

Ao fugirem dos conflitos religiosos e políticos de sua terra natal, muitos puritanos foram espalhados por várias partes do mundo, Frankfurt, Genebra, Holanda, para citar apenas alguns desses destinos. Segundo Karnal et al., “a perseguição religiosa era uma constante na Inglaterra dos séculos XVI e XVII. A América seria também um refúgio para esses grupos religiosos perseguidos” (2007, p. 46). É bom ter em mente que esses puritanos ingleses não viajavam em busca de melhores condições econômicas, sem dúvidas, havia outros grupos que eram movidos por tais interesses. Os puritanos ingleses estavam em busca de liberdade para que pudessem praticar sua religião de acordo com suas consciências.

Por volta de 1620, pouco mais de 100 peregrinos deixaram a Inglaterra rumando para os Estados Unidos no navio *Mayflower*. Segundo Cairns, “esses colonos eram Congregacionais puritanos, ou talvez, anglicanos com inclinações para o Congregacionalismo antes de deixarem a Inglaterra” (2008, p. 248). De maneira que, o referido navio com:

(...) 102 peregrinos a bordo, se fez à vela, alcançando a 10 de novembro as praias de Cap Cod. A 20 de dezembro mudaram-se para um porto mais abrigado, a que deram o nome de Plymouth, em lembrança do último porto inglês que haviam deixado. A bordo, os peregrinos haviam assinado um pacto, relativo à colônia que iriam fundar e a fidelidade com que se conduziriam em relação a Deus e uns aos outros. Na base desse pacto foi organizada a primeira comunidade congregacionista na América, como extensão da Igreja de Scrooby, emigrada da Holanda (PORTO FILHO, 1997, p. 15).

Esses peregrinos criam firmemente que eram forasteiros em terra estranha e, enquanto estavam errantes pelas nações do continente, aspiravam por possuir a terra prometida. Encarnaram a história bíblica do povo de Israel como se fosse sua própria história, consideravam-se como o verdadeiro Israel de Deus. Essa mentalidade os fortalecia e os encorajava em tempos de fortes adversidades como perseguições, privações, crises econômicas e pessoais das mais intensas. Para serem habilitados a enfrentarem todas essas vicissitudes:

Tinham em altíssima conta a ideia de que constituíam uma “nova Canaã”, um novo “povo de Israel”: um grupo escolhido por Deus para criar uma sociedade de “eleitos”. Em toda a Bíblia procuravam as afirmativas de Deus sobre a maneira como Ele escolhia os seus e as repetiam com frequência. Tal como os hebreus no Egito, também eles foram perseguidos na Inglaterra. Tal como os hebreus, eles também atravessaram o longo e tenebroso oceano, muito semelhante à travessia do deserto do Sinai. Tal como os hebreus, os puritanos receberam a indicação divina de uma terra e, como veremos adiante, são frequentes as referências ao “pacto” entre Deus e os colonos puritanos. A ideia de povo eleito e especial diante do mundo é uma das marcas mais fortes na constituição da cultura dos Estados Unidos (KARNAL et al., 2007, p. 47).

Na verdade, não havia divisão do secular e do sagrado para esse grupo, suas ideias e crenças governavam todas as suas ações. Compreender isso é fundamental para entender o período puritano com suas práticas e procedimentos considerados estranhos por muitos. Rémond nos oferece uma interessante abordagem para entendermos a perspectiva puritana e como suas crenças governaram suas ações nas comunidades:

Esses não-conformistas abraçaram em geral seitas derivadas da reforma calvinista. Dispensaram a existência de um episcopado; seus ministros dependiam dos notáveis da comunidade; suas pequenas igrejas estavam habituadas a administrarem-se livremente. Os habitantes transferiram para suas vidas de cidadãos seus hábitos de fiéis; discutiam entre si os interesses do Burgo, tal como deliberavam em comum sobre os da Igreja. Esse pacto celebrado entre os passageiros do Mayflower já estipulava expressamente a subordinação de preferências pessoais aos interesses da comunidade (1989, p. 6).

Entrementes, os anos de 1620 e 1630 testemunharam uma configuração notável na história dos primórdios do protestantismo nos Estados Unidos. A maior parte das comunidades puritanas faz uma escolha preferencial pelo Congregacionalismo em detrimento do Presbiterianismo. A política Congregacional para o governo da igreja passa a ser oficialmente adotada. Gonzalez lembra que os puritanos independentes ingleses “sentiam que a organização da igreja no novo testamento era congregacionalista, e que o presbiterianismo, portanto, era apenas uma concessão” (2004, p. 298).

De fato, o Congregacionalismo tornou-se a forte expressão do protestantismo norte-americano. Os habitantes da nova Inglaterra, em forte reação às rígidas estruturas hierárquicas da eclesiologia estatal europeia, decidiram-se pelo Congregacionalismo, onde as igrejas locais poderiam tomar suas decisões livremente, sem estruturas de autoridades centralizadoras, como dioceses ou presbitérios. Contudo, é preciso um pouco de cautela aqui nesse aspecto. Não se deve exagerar muito a ponto de colocar essas duas expressões do não-conformismo norte-americano demasiadamente distantes uma da outra. Havia significativo diálogo entre as duas tradições e, até mesmo, certa mistura entre elas. É necessário considerar a afirmativa de Hahn sobre o fato de que, em algumas ocasiões no século XVII:

(...) de fato, era difícil distinguir congregacionalismo e presbiterianismo nessa situação fronteiriça em que amiúde igrejas congregacionais, por razões sociais e de amizade, tornavam-se presbiterianas, enquanto que igrejas presbiterianas eram dirigidas segundo as linhas congregacionais (2011, p. 127-128).

No ano de 1630, houve um significativo fluxo migratório, o que levou ao estabelecimento de várias igrejas na Baía de Massachusetts. Essas igrejas foram dirigidas por famosos teólogos puritanos, à época, figuras tidas em alta conta nas colônias puritanas. Eram alguns deles, John Cotton (1584-1652), Richard Mather

(1596-1669), Thomas Hooker (1586-1647), John Davenport (1597-1670). É importante notar que:

Esses homens eram clérigos da igreja inglesa estabelecida. Não simpatizavam com o separatismo. Mas, como vigorosos puritanos, consideravam a Bíblia como única lei para a organização eclesiástica, e criam firmemente que ela ensinava a política congregacional. Foram capazes de fazer na nova Inglaterra o que seus companheiros congregacionalistas não separatistas aspiravam fazer na velha Inglaterra - firmar seu sistema congregacional sob a lei do estado como única igreja estabelecida (WALKER, 2006, p. 650-651).

Isso explica o porquê de quando a igreja anglicana foi instituída por lei em alguns estados do sul, mesmo permitindo-se a dissidência, o que causou enorme revolta à maioria puritana. McGrath explica que, por volta de 1770, “os ministros congregacionais pregavam relutantemente sobre o tema da liberdade religiosa e política, ligando as duas coisas à resistência à tirania inglesa” (2012, p. 162).

A revolução americana teve, além de fatores político-econômicos e sociais, fortes motivações religiosas. A religião movia muitas das ações do puritanismo norte-americano e a comunidade movimentava-se em torno da religião. Não há como divorciar as ações políticas do ser religioso dos habitantes da nova Inglaterra do período que ora estudamos.

O Congregacionalismo, entretanto, nos últimos dois séculos e meio, vem sofrendo transformações na Europa e nos Estados Unidos, que tem contribuído para descaracterizá-lo com sérios riscos para sua sobrevivência. Em início do século XIX, nos Estados Unidos, uma espécie de união com a igreja presbiteriana fez com que, em algumas décadas, cerca de 2000 igrejas Congregacionais se presbiterianizassem (PORTO FILHO, 1997, p. 17).

Mudanças semelhantes, no final do século XIX e durante o século XX, têm levado milhares de igrejas Congregacionais a fundirem-se com outras organizações afastando-se de suas raízes históricas e até teológicas. Apesar destas constatações, permanece o fato de que a tradição congregacional tem, sem dúvida alguma, sua marca e influência no país dos pais peregrinos. E essa influência que o Congregacionalismo exerceu sobre os Estados Unidos:

Cresceu tanto que influenciou vários campos sociais, dentre eles o da educação. Os puritanos sabiam que a educação era a base para a compreensão das Sagradas Escrituras. As universidades de Harvard, Yale e Dartmouth, inicialmente, foram estabelecidas para treinar os futuros pastores e missionários dessa denominação, e, ao longo de todos esses anos, mais de 50

faculdades e universidades foram fundadas por esse grupo denominacional (SILVA JÚNIOR, 2015, p. 69).

Na verdade, as contribuições do Congregacionalismo naquele país são as mais variadas possíveis, não apenas na educação, mas na sólida democracia, na luta pela liberdade religiosa e pelos direitos individuais, para citar alguns. A tradição congregacionalista é, de fato, um movimento que ainda tem muito o que ser estudado dada a posição que ocupa na história do protestantismo, seja europeu, americano ou brasileiro.

### **2.3 A Chegada do Congregacionalismo no Brasil**

O Congregacionalismo chega ao Brasil através dos esforços missionários do casal Robert Reid Kalley e sua esposa Sarah Poulton Kalley que desembarcou na Baía de Guanabara, em 10 de maio de 1855, com o propósito de compartilhar sua fé com brasileiros e portugueses. O Dr. Kalley ganhara experiência no trato com comunidades de fala portuguesa através de sua atuação na Ilha da Madeira, nos anos de 1838 a 1845, onde desenvolveu suas atividades missionárias de tal maneira que levou o Dr. Andrew Bonar a classificar sua atuação como “O maior acontecimento das missões modernas” (TESTA, 1963, p. 6).

De fato, Kalley desenvolveu atividades impressionantes na Ilha da Madeira, fundou uma eficiente rede de escolas para alfabetização de crianças durante o dia e adultos à noite. Assim, essa rede possuía dezenas de humildes estabelecimentos espalhados por toda a Ilha e usava a Bíblia para ensinar os madeirenses a ler. Kalley cuidou de distribuir Bíblias por toda a Ilha e, para se ter apenas uma ideia, a Rainha de Portugal, D. Maria II, em 1842, ordenou que fossem entregues 800 exemplares das Escrituras Sagradas para o uso do clero, porém, o missionário Inglês distribuiu entre o povo, de 1839 a 1845, mais de 3 mil exemplares do livro sagrado (TESTA, 1963, p. 32). Fundou também um hospital com cerca de 12 leitos para atender a população pobre por sua conta. A essa altura, é importante atentar para as afirmações de Souza e Silva, no sentido de que o trabalho realizado por Kalley:

(...) não enxergava uma relação dicotômica entre o corpo e o espírito. Ambos deviam ser trabalhados e cuidados. Por isso, ele concebe para seu ministério um olhar para a evangelização que considera também a ação social como parte dela de forma que, na Ilha da Madeira, Kalley antecipa uma forma de

missão eclesiástica que apenas um século depois, seria trabalhado conceitualmente (2019, p. 467).

Todos esses esforços o levaram a receber honrarias registradas nas atas da câmara do governo municipal da cidade de Funchal, em 25 de maio de 1841. Seu trabalho foi realizado sem a participação de qualquer organização ou agência missionária, sem a cooperação da Igreja da Escócia – instituição a qual pertencia –, como também, sem parceria com qualquer igreja local. É de fato importante a observação de Testa quando afirma que “as dimensões e a eficiência do seu trabalho missionário na Madeira podem ser avaliadas pelas perseguições de 1844 e 1846, mais de dois mil ‘hereges calvinistas’ deixaram sua ilha natal, estabelecendo-se principalmente nas Antilhas e Illinois” (1963, p.5-6). Na Ilha da Madeira, o bom Dr. inglês, como era chamado, costumava falar sobre sua fé para grandes auditórios, pregava para públicos de 2 mil, 3 mil e até 5 mil pessoas (TESTA, 1963, p. 33). Na verdade, o fato é que ele:

Havia já conseguido milhares de adeptos quando uma violenta perseguição desencadeada pelo clero (1846-1847) obrigou-o a deixar a ilha acompanhado de seus prosélitos que não quiseram renunciar à nova fé. Cerca de dois ou três mil desses infelizes foram reunir-se em grande parte nos Estados Unidos, principalmente em Illinois, para onde foram também mais tarde, em 1853, outras centenas de refugiados que acabavam de abandonar a Madeira, onde continuava a perseguição (LÉONARD, 1981, p. 49-50).

Robert Reid Kalley nasceu em Mount Florida, no interior de Glasgow Escócia, em 8 de setembro de 1809. Como seus pais eram membros da Igreja Livre da Escócia (Presbiteriana), foi batizado nessa Igreja quando contava com apenas 38 dias de vida. Com menos de um ano perde seu pai, Robert Kalley, um rico comerciante de Glasgow e, cinco anos depois, sua mãe Jane também vem a falecer deixando o menino órfão tanto do lado paterno como materno, sendo agora criado pelo segundo esposo de sua mãe, David Kay.

Apesar dos tristes acontecimentos em sua vida, Kalley teve uma boa família, seu padrasto cuidou bem dele e de sua irmã, recebeu boa educação e, com apenas 20 anos, diplomou-se médico cirurgião pela Faculdade de Medicina da Universidade de Glasgow. Durante boa parte de sua juventude foi agnóstico e completamente desinteressado no que se refere à religião.

A década de 1830, contudo, trouxe ao médico escocês significativas transformações do ponto de vista religioso. Kalley teve contato com alguns de seus

pacientes cristãos que estavam acometidos de doenças em fase terminal, pessoas pobres e em grandes sofrimentos, mas que enfrentavam sua saga com impressionante serenidade apoiados em sua fé. Essas experiências o marcaram profundamente e, então, começou a investigar a natureza dessa fé pela leitura e pelo exame sistemático das Escrituras, processo que o levou a redescobrir e abraçar a antiga fé de seus pais.

Uma vez reconciliada a velha fé, começou a alimentar o desejo de atuar como médico missionário na China. Foi, então que, em 1836, escreveu à junta missionária de sua Igreja, a Igreja Presbiteriana da Escócia, oferecendo-se para atuar como missionário naquele país. A resposta foi negativa, a China não estava no programa missional da Igreja da Escócia, isso levou Kalley a fazer contato com a Sociedade Missionária de Londres (SML), que possuía atividades missionárias na nação chinesa.

Após os exames necessários e observadas as recomendações da SML, no que se refere à iniciação de estudos complementares em teologia, o Dr. Kalley foi admitido e recebeu instruções no sentido de que devia partir para as terras chinesas em 1839. Contudo, apenas dois meses após sua aprovação, Kalley decide ficar noivo de Margareth Crawford de Paisley, cuja saúde era em extremo frágil. Sua decisão contrariava as regras da SML que ele havia acatado antes. Ao compreender a situação, Kalley resolve pedir dispensa de seu compromisso feito com a Sociedade Missionária de Londres, comprometendo-se em compensar os custos que a agência teve consigo. Dessa forma, sua nomeação foi suspensa e casou-se com Margareth.

Preocupado com a saúde de sua esposa, em outubro de 1838, Kalley desembarca em Funchal que “era a capital da Madeira que possuía uma grande colônia de escoceses ligada à indústria do vinho” (SANTOS e LIMA, 2012, p. 19). Uma vez estabelecido na colônia portuguesa, dedica-se ao aprendizado da língua e inicia sua obra pioneira no que se refere à propagação da fé reformada.

Seu trabalho é interrompido com as grandes perseguições desencadeadas a partir de 1844. Os conflitos têm ocasião quando, definitivamente, se estabelece uma disputa para se conseguir a penetração de outra vertente religiosa, em um espaço que, tradicional e exclusivamente, era ocupado, até aquele momento, pelo catolicismo romano. A partir daí, expõe-se o grave problema da intolerância e perseguição religiosa tanto pela Igreja como pelo Estado. Evidentemente, toda a violência expressa nas perseguições aos protestantes madeirenses encontra explicação na preocupação em defender o espaço hegemônico ocupado, há séculos, pela religião do estado, perante a qual qualquer outra expressão religiosa torna-se uma *religio ilícita* e, sob

essa perspectiva, Kalley era de fato “um elemento perturbador da ordem” (FORSYTH, 2006, p. 51).

Em 1846, debaixo de forte perseguição, Kalley deixa a Ilha da Madeira com sua esposa Margareth. Com uma piora na saúde de sua esposa, Kalley viaja a outros países em busca de melhores ares para Margareth. O Dr. passou dois anos no Oriente Médio, se fixou em Beirute por causa do agradável clima que fazia bem a sua companheira e, apesar disso, Margareth morre em 15 de setembro de 1851. Kalley, então, empreende várias viagens explorando a Palestina, quando passou algum tempo em Safed, uma cidade carente dominada pela pobreza e miséria e, na qual, podia oferecer seus serviços e falar de sua fé.

Forsyth nos informa que, “quando foi embora da cidade, já havia organizado uma pequena congregação composta de muçulmanos, judeus e cristãos nestorianos” (2006, p.96). Ainda na Palestina, conhece Sarah Poulton Wilson, moça de família tradicionalmente protestante e Congregacional, os dois se apaixonam e casam-se na Inglaterra, em 14 de dezembro de 1852, na Igreja Congregacional de Toquay, onde Sarah era membro e atuava ativamente. Sarah era de família huguenote, seus ancestrais deixaram a França em tempos de perseguição religiosa para se refugiarem “na cidade de Nottingham, na Inglaterra, agregaram-se a Igreja Congregacional, identificando-se com a tradição puritana das igrejas não-conformistas, tornando-se líderes das mesmas” (CARDOSO, 2005, p. 37).

Sarah era descendente tanto do lado materno como do paterno, das famílias inglesas denominadas não-conformistas que estavam diretamente vinculadas ao movimento que, historicamente, tem sido identificado como puritanismo inglês. Seus familiares, os Morley e os Wilson, eram importantes empresários industriais do ramo têxtil ligados tradicionalmente ao movimento puritano e membros da Igreja Congregacional. Seu pai William Wilson foi membro do parlamento inglês e importante líder na Igreja Congregacional de Torquay. Em face disso, Cardoso lembra que “os ancestrais de Sarah se identificaram com o movimento não-conformista inglês, alinhando-se aos congregacionais, reduto tradicional dos puritanos” (2005, p. 45).

Sarah recebeu excelente instrução intelectual desde cedo; estudou em boas escolas para meninas; conhecia alemão, francês e teologia; tinha talento para pintura; era poetisa. Foi autora de várias dezenas de hinos; compilou junto com seu marido, e mais do que ele, uma coletânea de hinos, como o primeiro hinário protestante em solo

brasileiro, conhecido por Salmos e Hinos, que governou o canto das Igrejas protestantes no Brasil e em Portugal durante décadas.

Exerceu um papel proeminente na formação do protestantismo brasileiro: era professora, supervisionava a área da música na Igreja, liderava colportores, produzia sermões para os presbíteros da Igreja e para Kalley muitas vezes. É simplesmente inaceitável que lhe seja oferecido um lugar de mera coadjuvante na obra realizada por seu marido aqui no Brasil, uma vez que tomou parte absolutamente ativa nessa obra. Numa época em que as mulheres deviam estar escondidas e em silêncio, Sarah brilha, extraordinariamente, a despeito dos preconceitos da época na qual viveu.

A essa altura é relevante lembrar que “Sarah, como membro da elite da sociedade inglesa era uma pessoa formadora de cultura, isto é, trazia em sua experiência de vida e cosmovisão um projeto civilizatório protestante e anglo-saxão” (CARDOSO, 2005, p. 26). A influência dos congregacionais ingleses sobre Sarah é vista em seu método de evangelização pelo trabalho com a escola dominical que sempre acompanhou sua trajetória e que marcou, profundamente, o início do estabelecimento do Congregacionalismo no Brasil:

Desde pequena, Sarah participou da escola dominical. O movimento de escolas dominicais era muito forte nas Igrejas Congregacionais da Inglaterra, que possuíam, desde 1832, a *Associação de Publicações da Escola Dominical* que visava suprir a necessidade de literatura específica (CARDOSO, 2005, p. 86).

Sarah manteve sua tradição Congregacional e, assim fazendo, transmitiu um poderoso legado às futuras gerações de congregacionais em solo brasileiro. Hoje, mais de um século e meio depois, várias comunidades Congregacionais, espalhadas por todo o país, mantêm a herança deixada por sua mãe na fé.

### 2.3.1 O Dr. Robert Reid Kalley e o Congregacionalismo no Brasil Império

A cidade que acolheu Robert Reid Kalley e sua esposa Sarah Poulton Kalley, em 1855, era uma espécie de esquina do mundo à época. No Rio de Janeiro, em meados do século XIX, “praticamente todos os navios que partiam da Europa e dos Estados Unidos paravam antes de seguir para a Ásia, África e as terras recém-descobertas no Pacífico Sul” (GOMES, 2007, p. 153).

Por causa de sua localização geográfica privilegiada, o Rio de Janeiro era, provavelmente, àquela fase histórica, o porto mais bem localizado do mundo para o comércio. A chegada à cidade impressionava o viajante pela beleza das paisagens. Ao pisar em solo carioca, em 1832, o naturalista inglês, Charles Darwin, famoso autor da teoria da evolução das espécies, não poupa elogios:

Sublime, pitoresca, cores intensas, predomínio do tom azul, grandes plantações de cana-de-açúcar e café, véu natural de mimosas, florestas parecidas, porém mais gloriosas do que aquelas gravuras, raios de sol, plantas parasitas, bananas, muita água [...], as margens cheias de árvores e lindas flores” (GOMES, 2007, p. 154-155).

Essa bela impressão, todavia, se desvanecia quando o visitante se aproximava e penetrava a cidade adentro. O cenário era desolador, ruas sujas, repletas de ratos e moscas, malcheirosas e de uma imundície incomunicável, era o que aguardava o viajante que chegava à sede do Império. A construção de fossas sanitárias era proibida, já que os lençóis freáticos eram bem superficiais, de modo que o resultado dessa falta de planejamento era desastroso para a cidade. Os dejetos humanos acumulados durante toda a noite pela população eram carregados em toneis por escravos para despejá-los no mar. Evidentemente, parte dessa sujeira também seguia sendo derramada pelas ruas da cidade, deixando um mau cheiro insuportável. Some-se a isso, o fato de que toda essa falta de higiene, aliada ao forte calor com altas temperaturas, provocava várias epidemias e mortes na capital do Império.

É nesse cenário que o casal de missionários ingleses chega ao Rio de Janeiro, em 10 de maio de 1855, com o propósito de divulgar sua fé. O impacto foi imediato, o choque cultural foi tão grande que chegaram a questionar se deveriam permanecer no Brasil. Somos informados, pelo Dr. João Gomes da Rocha, sobre a perspectiva do olhar dos estrangeiros, que, segundo Rocha:

Não havia epidemia: na cidade faleceram apenas 14 pessoas, durante o dia – sendo 8 livres e 6 escravos. O hotel não era bom nem estava bem situado: a praia cheirava mal e o zunido das barcas Ferry não se harmonizava absolutamente com o ruído discordante da serraria vizinha. Mas que fazer? Suportar tudo isso durante 15 dias, nos quais a fé, a constância, a paciência e o amor ao Senhor foram postos à prova pelo caráter do lugar e pela índole do povo (ROCHA Vol. I, 2013a, p. 30).

Passados os primeiros momentos de tensão, concluíram que não se adaptariam à situação no Rio, quando puseram-se, então, a procurar um lugar onde pudessem

residir e iniciar suas atividades. Após procura exaustiva, conseguiram uma boa residência em Petrópolis, onde tanto o clima como a cidade eram em tudo mais agradáveis para eles. Uma vez instalados, deram início as suas atividades e entre os que acompanharam o casal de missionários estavam um jardineiro português e duas criadas alemãs que participavam todas as noites dos atos de devoção realizados pelo Dr. Kalley em sua casa.

E isso determinou o tímido começo de um impressionante movimento missionário, que promoveria os passos para o estabelecimento do Congregacionalismo no Brasil. Em 19 de agosto de 1855, Sarah instala a primeira escola dominical de existência continuada no país com a presença de cinco famílias inglesas. Para o doutor João Gomes de Rocha, antes da chegada de Kalley, em 1855, não houve trabalho missionário no Brasil, tinha-se apenas distribuição de Bíblia (ROCHA Vol. I, 2013a, p. 30).

Poucas semanas depois, Kalley, em suas atividades evangelísticas, já começa a voltar suas atenções para um grupo grandemente marginalizado, os negros, na verdade, “dois ou três domingos depois, o serviço já estava ampliado: o Sr. Dr. Kalley dirigia uma classe composta de homens de cor, com os quais conversava a respeito das Escrituras” (ROCHA Vol. I, 2013a, p. 33). O Dr. Kalley era de fato um homem a frente de seu tempo, durante todo o período no qual esteve atuando no Brasil.

Desde os primeiros momentos de sua chegada, mostra interesse pelos negros e defende a abolição da escravatura. O posicionamento do doutor era certamente bastante desafiador, pois o Brasil, dessa época, era profundamente dependente da mão de obra escrava. Para se ter uma ideia, “entre os anos de 1841 e 1850, 83% do total de africanos transportados para a América viriam para o Brasil, 12% iriam para Cuba e o restante se dividiria entre Porto Rico e os Estados Unidos” (SCHWARCZ, 2004, p. 102).

O posicionamento de Kalley sobre esse assunto influenciou, profundamente, a futura Igreja que seria plantada como resultado de seus esforços missionários. A Igreja Fluminense, desde cedo, contaria com membros negros, escravos e livres em seus quadros. Já em 1862, quando a Igreja Fluminense já estava organizada, o presbítero Francisco da Gama, em uma carta, dá a notícia de que: “Este domingo passado, tivemos a Ceia do Senhor: recebemos mais um membro. Foi batizada e sentou-se à mesa conosco Leopoldina, irmã do Félix: é escrava, porém tem dado testemunho de

que ama a Jesus e a Igreja julgou que era direito recebe-la” (ROCHA Vol. I, 2013a, p. 200).

Não é difícil imaginar o que isso representava para essas pessoas que, diariamente e por toda a vida, eram desprezadas, injustiçadas e marginalizadas. Em um contexto em que esses indivíduos eram espoliados de sua humanidade e reduzidos à categoria de “não-ser” de “não-pessoa”, encontrar uma comunidade onde fossem aceitos e reconhecidos era de fato um processo de empoderamento de uma nova realidade, uma realidade que os humanizava e que também os fazia enxergar humanidade nos outros. Somos informados que Kalley visitava senhores de escravos para aconselhá-los a emancipar seus escravos (ROCHA Vol. II, 2013b, p. 200).

A Igreja Fluminense mantinha reuniões de oração para socorro dos que sofriam, dos cristãos em perigo e pela libertação dos escravos, e isso nos idos de 1867 (ROCHA Vol. II, 2013b, p. 178). E, por fim, a Igreja chegou a excluir um membro que possuía escravos, mas se negava a libertá-los, passando a ter nenhuma tolerância para com os senhores de escravos.

O secretário da Igreja, que possuía escravos, logo tratou de libertá-los. Eram as consequências das ações que a Igreja estava tomando sob a influência de seu pastor. Na Assembleia da exclusão do membro que não quis libertar seus escravos, Kalley apresentou um sermão condenando a prática famigerada da escravidão. Segundo o doutor:

O escravo não é *filho* do seu proprietário; não trabalha *porque o ama* nem *porque quer ser generoso*, trabalha para ele como uma besta, sem obter recompensa de espécie alguma do seu trabalho: o escravo só trabalha, porque *teme* as *ameaças* de pancadas e castigos deshumanos, da parte de um roubador da liberdade alheia! O *senhor* que procede d’sse modo, é *inimigo de Christo*: não pode ser membro da Igreja de Jesus, d’ *quelle* Jesus que nos resgatou da maldição (Gal. 3:13) e da lei do pecado e da morte (Rom. 8:2) e *nos deu a liberdade*, fazendo-nos FILHOS DE DEUS (Rom. 8:15 e 16) (ROCHA, Vol. II, 2013b, p. 82).

De fato, essa postura da Igreja e de seu Líder contribuía para fazer com que negros, escravos e libertos se interessassem pelas atividades desenvolvidas por esse grupo. Por isso, Kalley e sua nova congregação, no Rio de Janeiro, atraíam os negros para ouvirem sua mensagem. Com frequência, Kalley ensinava que possuir escravos era um tropeço para a divulgação do evangelho.

Mas o cuidado e a atenção de Kalley não estavam apenas sobre os negros, mas também sobre os pobres e os enfermos. O doutor chegou a organizar na Travessa das Partilhas uma “Missão do Socorro”, cujo propósito era o de resgatar degenerados e criminosos (TESTA, 1963, p. 97). Foram muitas as contribuições deixadas pelo trabalho do médico inglês: sua luta pela liberdade religiosa; por direito ao casamento e enterro de protestantes; a batalha para que a Igreja alcançasse reconhecimento jurídico, podendo, dessa forma, possuir propriedades; sua contribuição para a liturgia no protestantismo brasileiro é indiscutível, uma vez que “O culto da Igreja Evangélica Fluminense serviu de matriz aos das demais igrejas protestantes instaladas no país” (CARDOSO, 2002, p. 51); dentre outras.

Foram contribuições que jamais devem ser olvidadas pelas comunidades protestantes no Brasil. Kalley suportou as violências das perseguições religiosas, travou enorme batalha com a imprensa, com o clero católico de mentalidade ultramontana, foi pioneiro em muitas dessas batalhas. Suas atividades no Brasil foram encerradas em 10 de julho de 1876, quando retornou para sua terra, a Escócia, mas deixou uma comunidade solidamente estabelecida litúrgica e teologicamente, um legado que deixam todas as tradições protestantes no Brasil em dívida.

Da Escócia continuou a se comunicar com as várias Igrejas frutos do seu trabalho no Brasil, em Portugal e Illinois e, finalmente, faleceu no dia 17 de janeiro de 1888. Sarah sobreviveria a ele por cerca de 20 anos. Ela gastou o resto de sua vida no trabalho missionário, criou uma agência para ajudar o trabalho missionário no Brasil que se chamava “*Help for Brazil*”. Através dessa missão continuou auxiliando a obra que seu marido iniciara em meados do século XIX no Brasil.

### 2.3.2 A Inserção do Congregacionalismo no Nordeste do Brasil

A inserção do protestantismo no Nordeste do Brasil é fruto da ansiedade do Dr. Kalley de ver sua fé sendo propagada nas importantes províncias de Pernambuco e Bahia. Recebemos do filho adotivo de Kalley a informação de que ele:

Tendo manifestado êste desejo ao Sr. Manuel José Viana, este se prontificou imediatamente em aceitar a incumbência e, 14 de agosto, despediu-se da Igreja e partiu para o Norte, onde esteve algum tempo. Em 1871, voltou para continuar o trabalho iniciado, em maior escala. O trabalho desse irmão foi tão abençoado por Deus, que, dentro de 5 anos (em 1873),

o Dr. Kalley fundava a Igreja Evangélica Pernambucana, de tão gloriosas tradições (ROCHA, Vol. III, 2015, p. 50).

Na verdade, desde 1865, dois membros da Igreja Fluminense, fundada e dirigida por Kalley, estavam vendendo Bíblias em Pernambuco. Eram eles, Antônio Marinho da Silva e João A. de Souza. Manuel José Viana, Diácono e Evangelista da Igreja iniciada por Kalley, chega a Pernambuco em 1868. Ao que nos parece, Viana não apenas trabalhava como colportor na venda de Bíblias e literaturas de cunho protestante, também se dedicava à propaganda de suas crenças compartilhando de sua fé sempre que a oportunidade surgisse. Posteriormente, quando Viana enfrentou problemas com as autoridades pernambucanas, criou dificuldades com a Sociedade Bíblica Britânica (SBB) que não aceitava que ele fizesse propaganda de suas crenças, mas apenas que vendesse as Bíblias. Agentes da SBB o repreenderam e avisaram que, em caso de prisão, não agiriam em seu favor.

O representante da Sociedade Bíblica ainda solicitou a Kalley que escrevesse a Viana aconselhando-o a parar de fazer propaganda do evangelho. De fato, o “Dr. Kalley escreveu realmente ao Sr. Viana, *mas não para dissuadi-lo de falar do Evangelho* e, sim, para dizer-lhe que, caso fosse processado, êle Dr. Kalley, estaria pronto a defendê-lo” (ROCHA, Vol. IV, 2017, p. 6). César dá a informação que já, em 1867, um ano antes da chegada de Viana, em casa de um empalhador de cadeira por nome de Braziliano Valdevino e que, posteriormente veio a ser um dos membros fundadores da Igreja Pernambucana, já havia um ajuntamento de algumas pessoas interessadas na leitura das Escrituras (1983, p. 49).

Em 1871, quando Viana retorna do Rio de Janeiro, começa reuniões com pessoas interessadas nas crenças protestantes. Em 1872, o Diácono Viana apresenta seu relatório para a Igreja Fluminense dando ciência àquela Igreja de que, em Pernambuco, há pessoas interessadas no Evangelho e que, portanto, ele deseja iniciar trabalhos de pregação em sua própria casa. A Igreja apoia completamente o empreendimento e Viana retorna a Pernambuco pronto para iniciar a sua obra. Somos informados que:

Em dezembro daquele ano Viana escreveu a Kalley, informando-lhe que tinha aberto um novo ponto de pregação à Rua Dias Cardoso. O primeiro serviço nesse novo salão de culto fora celebrado no domingo, dia 8 de dezembro de 1872. O missionário presbiteriano John Rockwell Smith, que conheceu Viana em fevereiro de 1873, escreveu que o grupo congregacional estava crescendo. Tinham cultos duas vezes aos domingos e às quartas-feiras à noite. O

madeirense tinha então cerca de 15 a 16 conversos esperando o batismo, e ele havia prometido à congregação uma visita do Dr. Kalley, em maio, quando o batismo seria administrado (VIEIRA, 1980, p. 336).

Em março de 1873, o trabalho congregacional sofre um duro golpe. A congregação com cerca de 30 pessoas, em sua maior parte mulatos, negros e mestiços, têm seu culto público interrompido por um grupo de fanáticos que são respaldados pelo delegado de polícia e seus soldados (EVERY-CLAYTON, 2004, p. 452). Sem sucesso, Viana apela para as autoridades e a ação gerou vários protestos na imprensa contra o notório caso de intolerância (ROCHA, Vol. IV, 2017, p. 23-25). Contudo, nenhum advogado surgiu para defender a causa daquele destemido protestante.

A suspensão de cerca de 5 meses só é encerrada graças à intercessão do missionário Norte-Americano, o presbiteriano John Rockwell Smith, que, desejando iniciar suas atividades de evangelização, em meados de agosto, apresentou-se às autoridades do Estado, ao próprio governador, e foi assegurado de que teria a liberdade garantida pela Constituição para a realização de seus cultos. Smith aproveitou a ocasião para interceder por Viana, que, imediatamente, recebe também autorização para dar continuidade a seus cultos (EVERY-CLAYTON, 1998, p. 27-28). Dessa forma, o trabalho congregacional, então, retorna as suas atividades novamente. Com a nova situação, Kalley é imediatamente comunicado para que venha a Pernambuco, o que faz sem vacilar.

O Dr. chega em Recife, em 28 de setembro de 1873, com a tarefa de organizar a Igreja, tarefa que empreende em um período de 7 semanas (ROCHA, Vol. IV, 2017, p. 63). Esse também não foi um período fácil, contudo, foi durante esse espaço de menos de dois meses que Kalley, ao chegar a Pernambuco, pregou, deu palestra para pessoas da alta sociedade recifense, realizou batismos, depois de examinar cuidadosamente os candidatos (ROCHA, Vol. IV, 2017, p. 45), celebrou casamentos, entregou notas para a imprensa, encarou severa perseguição do Estado e de parcelas da população influenciados pelo clero católico e, por fim, organizou, em 19 de outubro de 1873, a Primeira Igreja Protestante de Pernambuco, a Igreja Evangélica Pernambucana.

Essa comunidade protestante será a base para que a nova fé se espalhe pelo Nordeste. Logo, outras comunidades protestantes foram se espalhando no entorno de Recife como resultado dos esforços da Igreja Pernambucana, a exemplo dos trabalhos

iniciados em Tamarineira, Afogados, Água Fria. Em direção ao interior do Estado, a fé protestante e congregacionista foi levada a Jaboatão dos Guararapes, Vitória de Santo Antão. Também na região da Mata Norte, esforços de Viana e da Igreja Pernambucana fizeram com que as crenças protestantes fossem anunciadas em Timbaúba, Pirauá e Nazaré da Mata.

Em Caruaru, a presença do protestantismo foi inexistente até o ano de 1896. A mudança ocorrerá em abril de 1897, quando o casal de missionários, Charles W. Kingston e Ida Batchelar Kingston, ligado à Igreja Pernambucana, chega à, então, pequena cidade do Agreste pernambucano. No seu relatório, em julho de 1897, enviado à missão “*Help For Brazil*”, Kingston registra que:

Não há nenhum membro de nenhuma igreja evangélica aqui; numa população de umas 2.000 pessoas não há, no meu entender, ninguém que cuide de suas almas. Fiquei sabendo que um crente de Pernambuco [isto é, Recife] veio pra cá alguns anos atrás e pregou ao ar livre. Fora deste, ninguém... Caruaru é tido como um lugar sadio, situado entre as montanhas, e sempre com uma brisa boa (EVERY-CLAYTON, 1998, p. 9).

Kingston era médico e, à semelhança de Kalley, usava seus conhecimentos para tratar dos necessitados e para abrir portas a fim de que pudesse comunicar livremente a sua fé. Inicialmente, teve relativo sucesso em Caruaru. Como médico estrangeiro, residindo em uma pequena cidade de cerca de 2.000 habitantes no final do século XIX, passou a receber muitas visitas de pessoas importantes, inclusive do padre da cidade que, só depois, tomou conhecimento de sua pertença ao protestantismo. No jornal *O Cristão*, órgão oficial das Igrejas Congregacionais para veicular informações a seus membros, Kingston notificou, em outubro de 1897, que:

É com alegria que relatamos que agora HÁ CULTO EM CARUARU CADA DOMINGO À NOITE ÀS 18.30 HORAS. Nestes últimos três domingos temos tido uma boa frequência, e já se sabe por aí afora que “há culto na casa do Sr. Kingston”. Às janelas ficam as pessoas tímidas, e cremos que, dentro em breve, teremos que trocar a nossa sala por uma maior. Orem para que prossigamos corretamente, visto que, às vezes, ouvimos o bramido enraivecido do inimigo aqui bem próximo de nós (EVERY-CLAYTON, 1998, p. 11-12).

As atividades evangelísticas dos missionários protestantes não tardaram a enfrentar dificuldades com a intolerância religiosa esboçada nas perseguições sofridas. Ida Kingston relata que:

Estamos enfrentando perseguições. Estou admirada dela não ter começado antes... Umás três semanas atrás nos assustaram, jogando pedras pelas janelas, e agora o povo tem medo de vir. Tentamos continuar com as janelas fechadas, mas, mesmo assim, eles ficam com raiva. Decidimos suspender as reuniões por um período; parece melhor não ficar insistindo. Estou orando para que possamos ter os cultos outra vez, e que aquelas pessoas que já assistiram os mesmos nunca esqueçam daquilo que ouviram. Nós nos propomos a fazer visitas entre o povo e a ler nos seus lares. Sinto que dentro em breve nosso Deus há de levantar uma igreja neste lugar; o começo parecia tão perto antes dessa confusão. A gente fica a perguntar o porquê deste obstáculo – pois assim nos parece – mas Ele sabe, e confiamos nEle (EVERY-CLAYTON, 1998, p. 13-14).

Houve uma pequena pausa nos conflitos abertos ainda em 1897, e as atividades dos missionários continuaram com relativo sucesso a ponto de alugarem um novo local com capacidade para mais pessoas. Mas a tranquilidade demorou pouco tempo, logo, novos conflitos foram deflagrados e Kingston relata que passou a receber várias ameaças. Em fevereiro de 1898, o missionário da Igreja Pernambucana fez um registro sobre o que lhe aconteceu em um domingo após o culto, em suas palavras:

Às 19.30 horas uma turma de homens bem rudes entrou em nossa casa, mais ou menos uma hora depois do término do culto noturno. Imediatamente eles começaram a atacar minha esposa e a mim, bem como aos dois homens que se encontravam em casa conosco - um idoso, Sr. Bernardo, de Jaboatão, que é crente novo, e UM CARPINTEIRO DE CARUARU QUE PROFESSOU A FÉ RECENTEMENTE. Depois de termos recebido algumas pancadas, eles perguntaram entre si mesmos, 'quem é o homem?' alguém apontou para a minha pessoa e, na hora, uns quatro ou cinco deles dirigiram seus golpes contra mim, enquanto um tirou a faca para me matar. Minha esposa e os dois irmãos o impediram e, pela misericórdia de Deus, saí pela porta da cozinha com minha esposa que conseguiu fechar e trancar a porta. Na hora eu corri pelo quintal para o posto policial e, depois de falar com a polícia, fui-me embora para ver o prefeito. Ao retornar com minha esposa para a nossa própria casa, descobri que os dois irmãos haviam sido seriamente feridos... durante o episódio minha esposa recebeu uma forte pancada na cabeça, e ficou com um corte profundo; a ferida está sarando, embora muito devagar (EVERY-CLAYTON, 1998, p. 17-18).

O casal de missionários protestantes teve que deixar a cidade por causa das perseguições violentas que passaram a ser realizadas ali. Os cultos públicos, outrora realizados, começaram a dar lugar às reuniões tímidas e ocultas no interior de alguns lares. O pequeno rebanho seguia, todavia, sem a condução ou liderança de um ministro protestante. Fiéis que sabiam ler, o que era privilégio de poucos, reuniam-se nas casas dos que não sabiam para lerem seus novos testamentos condenados pela religião do Estado.

Uma nova tentativa para o retorno dos cultos públicos foi realizada, em fins de 1901, depois que Alexandre Telford, um obreiro da missão “*Help For Brazil*”, enviado para trabalhar a serviço da Igreja Pernambucana, interessou-se por Caruaru e, então, outras ondas de perseguição surgiram. Apesar dos conflitos, o protestantismo continuou sua marcha em Caruaru. Telford empreendeu vários esforços em Recife, a fim de que o direito de liberdade de culto, garantido pela Constituição, estivesse assegurado para os protestantes em Caruaru. O chefe de polícia da capital assegurou aos missionários da Igreja Pernambucana que seu direito de apregoar suas crenças seria defendido, e disponibilizou mais quatro soldados para Caruaru e, o sub-prefeito, que havia ameaçado os protestantes foi substituído (EVERY-CLAYTON, 1998, p. 29).

Apesar disso tudo, as perseguições continuaram e um fato, que marcou profunda e dolorosamente a inserção do protestantismo no Nordeste, foi o assassinato de um homem convertido à fé evangélica em Caruaru. O triste episódio ocorreu no domingo, dia 3 de novembro de 1901, e seria uma armadilha cujo propósito era assassinar o Rev. Alexander Telford.

O Sr. José Antônio dos Santos, que abraçara alegremente a fé protestante, pediu a sua esposa que lhe preparasse a melhor roupa, pois iria para o culto naquela manhã. Ao se dirigir ao local de adoração protestante, foi confundido com o missionário e assassinado a golpes de faca. A intolerância era tão absurda que lemos, com a mais absoluta incredulidade, a peça montada pelo advogado Dr. José Rufino Bezerra Cavalcante ao Júri de Caruaru para defender João Thiné, um dos assassinos do protestante José Antônio dos Santos. Deu-se assim a defesa:

Senhores jurados! Em toda a parte, o costume faz a lei. É costume em Caruarú dar-se surra nos evangelistas. Quatro, pelo menos, já foram dadas, sem que a polícia tomasse a mínima providência. Fundado nesse costume, meu constituinte, João Thiné, mandou o réo Francelino, dar uma surra no inglez evangelista e que o matasse se isso fosse preciso. O inglez é alto, alvo, barbado e usa óculos. Santos era um typo de Caruarú, moreno, baixinho e de bigodinho. Francelino deu uma punhalada em Santos e matou-o. Logo, João Thiné não pode ser responsável, como mandante, pelo acto de Francelino, que não deu uma surra no inglez, mas uma facada no brasileiro (ARAÚJO, 1906, p. 2).

Por fim, Araújo informa que João Thiné foi absolvido por 8 votos e a sentença foi confirmada no Superior Tribunal. Mesmo em meio a tantos conflitos, a Igreja Congregacional de Caruaru foi se estabelecendo, a força da perseguição com o tempo foi diminuindo e o número de protestantes aumentando. Finalmente, o protestantismo

congregacionalista se estabelece definitivamente em Caruaru e passa a alcançar outras regiões do interior, tais como Quipapá, Bezerros, Arcoverde, Belo Jardim, Santa Cruz do Capibaribe. Também a fé protestante será levada à Paraíba, chegará em Campina Grande, Patos, rumando para o Sertão paraibano, de modo que essa história veremos com maiores detalhes mais a diante.

### 2.3.3 Congregacionalismo: Continuidades e Descontinuidades

Discussões sobre a natureza da obra desenvolvida por Kalley e sua esposa Sarah têm sido levantadas e debatidas. Alguns estudiosos do protestantismo inclinam-se por defender que o trabalho realizado pelo doutor e sua esposa no Brasil nada tem a ver com o Congregacionalismo surgido, em fins do século XVI, como desdobramentos da reforma inglesa. Outros há que empenham-se na defesa de uma continuidade perfeita, completa e absoluta com o puritanismo inglês setecentista. É preciso compreender que a história é dinâmica e os tempos são únicos.

Dessa forma, se faz necessário perceber que o protestantismo fomentado pelos Kalley no Brasil não é e nem poderia ser uma simples transposição das tradições huguenotes, puritanas e pietistas que influenciaram a formação religiosa de ambos os missionários. Por outro lado, é impossível entender o protestantismo brasileiro em geral e da obra dos Kalley em particular, sem considerar essas influências. Portanto, no que se refere ao trabalho realizado por Kalley, é preciso compreender que “a análise de sua obra e de sua pessoa, porém, não pode prescindir em compreendê-lo dentro da conjuntura própria da segunda metade do Séc. XIX, assim como do protestantismo europeu por ele reintroduzido aqui”. (SANTOS, 2017, p. 60).

É preciso reconhecer que há continuidades e descontinuidades entre a tradição Congregacional puritana e o tipo Congregacionalismo estabelecido aqui pelo casal inglês. A continuidade pode ser atestada através dos vários elementos e ênfases da atuação ministerial de Kalley, ao falar, por exemplo, sobre a pregação do missionário escocês. Assim, Santos afirma que:

Kalley tinha uma pregação essencialmente teológica e doutrinária... trata-se de uma exposição que reunia traços da escolástica protestante, do puritanismo e do pietismo presentes nas ondas avivalistas europeias e norte-americanas. Ou seja, a verdade conhecida proposicionalmente e acompanhada de um sentimento específico, impunha-se à realidade de uma população em sua

maioria iletrada, marginalizada e de uma religiosidade mágica e lúdica (2017, p. 71-72).

A mentalidade de Kalley e de Sarah é fruto da herança reformada de seus antepassados puritanos e huguenotes, e essa realidade não pode ser desvinculada em termos absolutos do trabalho realizado por eles. Podemos dizer que houve uma significativa ligação entre Kalley e a tradição Congregacional. Ele se casou com uma legítima herdeira do Congregacionalismo em uma Igreja Congregacional. Antes disso, manteve laços estreitos com a Sociedade Missionária de Londres (SML), entidade estreitamente ligada à tradição Congregacional.

Antes de 1859, de cada 7 missionários enviados pela SML 6 eram congregacionais, e foi um Ministro da Igreja Congregacional, o Rev. John Ward, quem recomendou a aceitação de Kalley na SML. Sobre a ligação teológica de Kalley com a tradição Congregacional, somos informados que o missionário escocês, dedicando-se aos estudos de teologia como parte de seu preparo para ser enviado pela SML, é conduzido para uma instituição onde imperava a influência Congregacional:

O seminário na Escócia, *Glasgow Theological Academy*, sem dúvida onde Kalley estudou algumas matérias, foi muito usado pela SML, especialmente após 1830. Não havia prédio próprio, e os dois professores, o Revdo. Ralph Wardlaw, professor de teologia sistemática, e o Revdo. Greville Ewing, professor de criticismo bíblico, eram pastores congregacionais que acreditavam que a causa nascente do congregacionalismo na Escócia dependia para a sua sobrevivência da formação urgente de um ministério preparado (EVERY-CLAYTON, 1995, p. 50).

De fato, a orientação dessa escola teológica era totalmente calvinista, não aceitava arminianos, sendo exigido dos candidatos que subscrevessem a Confissão de Westminster, tradicional expressão do calvinismo puritano e verdadeiro baluarte do escolasticismo protestante. Outra postura sintomática de Kalley foi que, logo ao chegar à Ilha da Madeira, em 1838, uma de suas primeiras iniciativas foi iniciar um programa de leitura das obras de John Owen, o mais famoso e influente teólogo puritano Congregacional (EVERY-CLAYTON, 1995, p. 53).

Kalley foi ordenado pela imposição de mãos de 6 ministros em Londres, sendo a maioria deles congregacionais. Esses ministros agiram não como representantes de alguma igreja ou organização, mas com base em suas decisões particulares. Carl Joseph Hahn, que transcreve a ata de ordenação de Kalley, apressa-se em nos informar que “isso lembra alguns atos de Martinho Lutero e de João Wesley que, em

situações de emergência, procederam a ordenações. Fatos como esses aconteceram com muita frequência entre os presbiterianos ingleses no tempo de Cromwell” (HAHN, 2011, p. 153). A fala de outro estudioso da vida do médico escocês, a essa altura, é interessante.

Ao tratar sobre esse período da vida de Kalley, Forsyth nos fornece a informação que:

Dr. Kalley era presbiteriano de berço e de criação, mas no Brasil sua visão de política na igreja mudou; ele se tornara um congregacionista praticante. Muitas razões podem ser apresentadas para esta mudança em sua visão. O doutor era um independente declarado. Negava veementemente que fosse presbiteriano e se considerava um cristão, membro da Igreja de Cristo. Esteve em estreita aproximação com a Igreja Congregacionista, na Grã-Bretanha; foi um ministro Congregacional que se responsabilizou por seu pedido de inclusão na Sociedade Missionária de Londres, sendo Congregacionistas a maioria dos membros dessa sociedade; casou-se com uma mulher da família Wilson-Morley, tradicionalmente fiéis dissidentes congregacionais. Havia, no entanto, um fator muito importante de natureza prática: a maturidade espiritual e a integridade de caráter dos crentes da recém-fundada Igreja Fluminense; assuntos eclesiásticos poderiam ser deixados seguramente com eles (2006, p. 158).

O professor Antônio Gouvêa Mendonça descreve Kalley como sendo “o representante legítimo do puritanismo escocês” (1995, p. 176) e é de fato assim que tem sido interpretado pelos estudiosos atentos de sua trajetória. Lyndon de Araújo Santos, referindo-se a Kalley e seu trabalho, afirma que

Quando saiu do Brasil definitivamente em 1876, deixou o que seria um síntese teológica, bem a gosto do escolasticismo protestante confessional, presente nos *28 Artigos da Breve Exposição das Doutrinas Fundamentais do Cristianismo*, e uma eclesiologia congregacionista que consolidou-se a partir de sua experiência eclesial de vinte anos (2017, p. 47).

Dessa forma, é preciso discernir que fundamentos essencialmente reformados e puritanos estavam na gênese da teologia dos Kalley. É uma teologia reformada no que se refere ao conteúdo da fé, puritana na expressão eclesiológica e nas formas pública e privada de vivenciarem a sua crença. Para se ter uma ideia da eclesiologia praticada por Kalley, em uma de suas cartas enviadas ao missionário presbiteriano Rev. Blackford, em 17 de fevereiro de 1874, acerca de um membro de sua congregação que estava indo para a Igreja presbiteriana, revela a eclesiologia congregacional praticada em sua congregação.

Segundo Kalley, questões como admissão, exclusão ou transferência de membros jamais poderiam ser “o ato do pastor, ou do pastor e presbíteros, mas da igreja, incluindo é claro, seus oficiais, em sua reunião geral. Tendo buscado a orientação do SENHOR, ela determina o curso a ser seguido.” (EVERY-CLAYTON, 1995, p. 179). O missionário presbiteriano John Rockwell Smith, que conheceu Viana, em fevereiro de 1873, revela em suas observações que o trabalho realizado em Pernambuco era identificado como sendo congregacional. Ele observou que “o grupo congregacional estava crescendo. Tinham cultos duas vezes aos domingos e às quartas-feiras à noite. O madeirense tinha então cerca de 15 a 16 conversos esperando o batismo” (VIEIRA, 1980, p. 336).

Não parece muito adequado afirmar que não havia consciência de Congregacionalismo, na primeira fase da vida da Igreja Fluminense, e que o ato de assumir o Congregacionalismo é fruto de uma decisão denominacional tardia, no início do século XX. É preciso interpretar os acontecimentos históricos que envolveram os congregacionais no Brasil. O fato de o nome “Congregacional” só ter sido adotado pela denominação em maio de 1923 (CÉSAR, 1983, p. 21), evidentemente, não é uma prova de que não houvesse uma consciência da essência do Congregacionalismo por parte das igrejas, pelo contrário, parece que era muito comum, à época de Kalley, ter a Igreja Evangélica Fluminense como sendo Congregacional.

Em um documento desse período citado por Every-Clayton, encontramos a informação de que:

As verdadeiras igrejas evangélicas do Rio são a Fluminense, a Metodista, a Presbiteriana, a Batista e a Episcopal para os ingleses e alemães. Nós propriamente, filhos da Fluminense, somos congregacionistas (sic). A religião é uma só, havendo apenas diferença no ritual e na forma do governo eclesiástico. O nosso governo é congregacionista (sic), composto de pastor, presbíteros e diáconos (1995, p. 192).

É de fato uma violência histórica alegar que os primeiros protestantes alcançados pelo trabalho dos Kalley não desenvolveram, ao longo de sua caminhada, a consciência do seu ser Congregacional. Sobre o registro de um desentendimento entre os membros da Igreja Fluminense sobre a aquisição ou não de um órgão, a Igreja estava dividida entre os favoráveis e os contrários, uma vez que denuncia a consciência congregacionista que imperava na Igreja Evangélica Fluminense. Um texto publicado em 1904, por um defensor do uso do órgão, diz:

por que se reluta em adotá-lo (o órgão)? Se é por capricho da minoria, a igreja não pode, sob pena de perder os direitos de congregacionalista (grifo nosso) tolerar semelhante relutância”. O protagonista, Meirelles, insistiu que o “Dr. Kalley (...) organizou a nossa igreja no sistema congregacionalista (grifo nosso), isto é, que tudo deve ser resolvido em concílio por votos da maioria,” e em seu texto usou a palavra congregacional muitas vezes. Santos, o sucessor imediato de Kalley, ordenado em janeiro de 1875, também era congregacional: “Desde 1871 quando o conheci até 1904 ele era congregacional” (EVERY-CLAYTON, 1995, p. 193).

Apesar de não ter sido o Congregacionalismo introduzido no Brasil por qualquer denominação ou agência missionária estrangeira, não se pode negar que “as ideias congregacionalistas estavam mais enraizadas no pensamento e na prática ministerial de Kalley, que, de certa forma, acatou o legado dos independentes e separatistas ingleses” (SANTOS, 2011, p. 137). Evidentemente também houve descontinuidades na forma de congregacionalismo praticada em solo brasileiro. Kalley protagonizou muitos rompimentos com a tradição Congregacional e até presbiteriana que era seu berço. Por exemplo, em viagem à Terra Santa, em janeiro de 1851, Kalley batizou a sua primeira esposa Margareth, em Beirute. Forsyth relata que:

Por anos, ela teve o desejo de ser batizada como uma crente, convencida de que seu batismo quando criança não possuía o mesmo sentido do apresentado no Novo Testamento. Ela pretendia ser batizada em um ato público de testemunho, mas devido a seu péssimo estado de saúde teve de se contentar com uma cerimônia privada. Na terça-feira, 7 de janeiro de 1851 (...) o doutor batizou sua esposa por aspersão (2006, p. 94).

Esse ato do doutor representa um rompimento com a tradição reformada e puritana, que não praticava o rebatismo. Em sua teologia dos sacramentos, Kalley também se distanciou da tradição Calvinista, já que “sua teologia da ceia não era calvinista, como seria de esperar, dadas suas raízes presbiterianas e práticas congregacionais” (EVERY-CLAYTON, 1995, p. 172). Também sua compreensão acerca do pedo-batismo<sup>4</sup> sofreu alteração, conforme fica claro em uma de suas correspondências com seu famoso amigo Charles Spurgeon: “A igreja da qual sou pastor consiste de quase 200 membros quase todos decididamente anti-pedo-batistas (...) há na cidade uma igreja presbiteriana Americana, fortemente pedo-batista” (EVERY-CLAYTON, 1995, p. 176).

---

<sup>4</sup> Pedo-batismo é o termo utilizado para descrever a prática religiosa do batismo de crianças por parte de algumas tradições protestantes, no caso deste trabalho, especialmente a tradição calvinista.

Essa foi de fato uma mudança significativa e representou um profundo rompimento com a velha tradição puritana, seja Presbiteriana ou Congregacional. Como se pode observar, há continuidades e descontinuidades entre o Congregacionalismo aqui no Brasil e o movimento que se origina na reforma inglesa. Há também continuidades e descontinuidades com outras tradições protestantes que aqui se estabeleceram. Dogmatismo e intransigência, na abordagem dessa rica e complexa trajetória, nos levarão a produzir leituras prejudicadas e tendenciosas.

### 3 O SERTÃO PARAIBANO ATÉ AS DÉCADAS DE 1930-1940

Quando os séculos XV e XVI produziram uma onda de expansão marítima cujo propósito era alargar, pelo mundo, o domínio europeu de modo geral e, de maneira específica, o poderio de nações (como Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda), o Brasil e o Nordeste brasileiro sentiram de perto todo o impacto de tais empreendimentos. Segundo levantamentos de dados do IBGE (2007), por volta de 1500, o Brasil era habitado por um número que podia variar entre um milhão e cinco milhões de nativos.

É preciso lembrar sempre que o que se convencionou chamar de “descobrimento” foi, na verdade, uma violenta invasão, cujo propósito era explorar tanto as riquezas da terra quanto seus primeiros habitantes. Por isso, é imprescindível compreender que “o território invadido e apropriado pelos europeus não estava vazio. As terras foram tomadas dos seus habitantes que resistiram à ocupação durante 200 anos, e, ainda hoje, os descendentes lutam bravamente por seus direitos à terra e à vida” (SEABRA, 2014, p. 23).

A história da Paraíba também está inserida nesse contexto de invasão e violência. Nas primeiras décadas do século XV, o empreendimento português no Brasil não estava devidamente protegido. Com frequência, os franceses, que não reconheciam a legitimidade do Tratado de Tordesilhas, promoviam várias incursões na colônia portuguesa para extrair e comercializar o famoso pau-brasil. Os franceses também atacavam embarcações portuguesas, tudo isso com a ajuda de índios que, cansados dos maus-tratos impostos pelos invasores lusitanos, aliavam-se aos franceses para combater o inimigo português (SEABRA, 2014, p. 25).

A coroa portuguesa fatiou o Brasil em 14 capitanias hereditárias para facilitar a defesa de sua colônia. Segundo Giovanni Seabra, “as terras eram doadas, em caráter vitalício e hereditário, aos cidadãos pertencentes à pequena nobreza portuguesa, os donatários. Em contrapartida, os donatários eram obrigados a governar, colonizar, proteger e desenvolver a região com recursos próprios” (2014, p. 26).

O sistema de capitanias foi um fracasso, apenas as de Pernambuco e de São Vicente renderam lucros para a coroa. Eram grandes as dificuldades para governar, povoar e proteger esses imensos territórios sob o domínio de Portugal. O fraco desempenho econômico da capitania de Itamaracá, juntamente com outros fatores, provocará seu desmembramento e a subsequente formação da capitania da Paraíba.

Um fato de considerável importância, que marca a formação da referida capitania, foi o histórico massacre de Tracunhaém, em 1574, quando “o engenho de propriedade de Diogo Dias, próximo ao rio Goiana, na zona da Mata Norte de Pernambuco, foi atacado pelos índios Potiguara (...). O motivo do ataque deveu-se ao sequestro da filha do Cacique pelo senhor do engenho” (SEABRA, 2014, p. 28). Esse confronto deixou um saldo de cerca de 600 mortos entre familiares e agregados do senhor de engenho, inclusive o próprio Diogo Dias que tombou durante o conflito. Ao comentar esse episódio, Horácio de Almeida lembra-nos que:

Foi grande a carnificina. Afirma Maximiano Machado que morreram 600 pessoas, entre as quais se encontravam muitos índios domesticados, não incluídos nesse número os cadáveres do próprio senhor de engenho, duas filhas, um filho, um genro, irmão, cunhado e três netos. Com efeito, da infeliz família de Diogo Dias sobreviveram apenas dois filhos, que estavam fora, Boaventura Dias, em Olinda, e o menor Pedro Dias, estudando em Portugal. Os índios mataram bois e cavalos depois do que atearam fogo às casas, ao engenho, aos canaviais, deixando tudo reduzido a um montão de ruínas (1978, p. 53).

O massacre ocorrido em Tracunhaém gerou “uma sequência de expedições militares, para garantir aos portugueses a ocupação da área correspondente à capitania de Itamaracá e o controle sobre as terras restantes. Os territórios desmembrados constituem, posteriormente, o atual Estado da Paraíba” (SEABRA, 2014, p. 28).

O processo de conquista da Paraíba durou cerca de dez anos, em nada menos que quatro fases. A primeira expedição, sem muito sucesso, ocorre em 1574 e, depois, em 1575, com Luiz de Brito d’Almeida. A segunda expedição deu-se em 1579, sendo encabeçada pelo português Frutuoso Barbosa, também sem resultados positivos para a coroa portuguesa. Houve uma terceira expedição com Diogo Flores de Valdez e Frutuoso Barbosa, em 1584, mas, como nas outras tentativas, a resistência dos nativos frustrou também essa investida lusitana. Finalmente, a quarta expedição liderada por Martim Leitão, em 1585, foi vitoriosa.

Em todo o tempo, houve resistência dos nativos ao projeto colonizador dos invasores e, evidentemente, continuaria a haver. Mesmo com ocasionais tratados de paz, sempre houve fortes focos de resistência, uma vez que eram os povos indígenas lutando por sua terra, sua vida e sua liberdade. Essa luta permanece até hoje em face do grave problema do desmatamento e do desrespeito à cultura e ao espaço das comunidades indígenas no Brasil.

As terras do Sertão nordestino foram, inicialmente, ocupadas em meados do século XVII até metade do século XVIII. Já o povoamento das terras sertanejas no território da Paraíba foi ampliado por volta de 1680-1690, isso porque um número significativo de sertanejos começou a “requerer terras para o estabelecimentos de currais em todas as ribeiras até o piranhas - penetração de que resultaria, até o fim do século XVII, o povoamento das áreas de Catolé do Rocha, Sousa e Piancó na zona ocidental da Paraíba” (BRUNO, 1967, p. 80).

A área ocupada pela mesorregião do Sertão Paraibano corresponde a quase 40% das terras do Estado, o que é, evidentemente, uma extensão significativa de terras. Na verdade:

A região geocológica do Sertão ocupa a maior parte do território estadual e abrange as áreas interioranas com superfícies relativamente baixas, planas ou com colinas suaves e guarnecidas por superfícies serranas nas fronteiras com o Estado de Pernambuco, ao sul e o Rio Grande do Norte, ao norte (SEABRA, 2014, p. 167).

O Sertão Paraibano é considerado uma mesorregião composta pelas microrregiões de Cajazeiras, Catolé do Rocha, Itaporanga, Patos, Piancó, Serra do Teixeira e Sousa (SEABRA, 2014, p. 169, cf. acima mapa da Microrregião, à p. 14).

### **3.1 A situação política**

É sabido que, desde os primeiros anos da colonização brasileira, grupos familiares têm exercido o protagonismo nas estruturas do poder político e econômico na Paraíba. Portanto, pode-se dizer que a ocupação e conquista do território paraibano, sobretudo no Sertão, foram empreendimentos orquestrados como um negócio de família. O sistema sempre era estruturado de modo a assegurar o prestígio e conferir o direito de certos grupos familiares ao domínio das terras de determinadas localidades.

Por isso, Giovanni Seabra esclarece que “as estratégias de união e de formação das redes familiares emergiram no fim do século XVII, desenvolvendo-se no século XVIII, consolidando-se durante o século XIX e permanecendo até os dias atuais” (2014, p. 47). Essa realidade, do protagonismo de poderosos grupos familiares, estava espalhada por todo o território paraibano, pois até:

Na conquista do Sertão, o distanciamento e o isolamento geográfico, em relação ao poder metropolitano, concorreram para uma maior autonomia das famílias mais ricas, garantindo o monopólio político local e microrregional. As famílias opulentas sertanejas acumularam fortunas com a introdução da pecuária e o cultivo do algodão, caracterizando o ciclo gado-algodão do Sertão Paraibano (SEABRA, 2014, p.49).

Portanto, o jogo político no Sertão Paraibano, nas décadas de 1930 e 1940, era traçado por famílias abastadas que dominavam as terras sertanejas e que possuem seus descendentes atuando até hoje nas políticas local, estadual e até nacional. Muitas vezes, essas famílias se envolviam em verdadeiras guerras e, por essa razão, podemos afirmar que, “a disputa pela terra gerou, no Sertão, sociedade violenta que se prolongou no cangaço e lutas de família, até bem pouco visíveis em municípios como Catolé do Rocha, Teixeira, Misericórdia (atual Itaporanga) e Piancó” (MELLO, 2014, p. 81). Famílias, como as dos coronéis Manuel Joaquim Rafael e Francisco José Torres, comandavam significativas porções de terras sertanejas no Estado paraibano, ou figuras como o famoso coronel José Pereira Lima que, por volta de 1905, com cerca de 21 anos, tornou-se o grande chefe político do Sertão Paraibano exercendo significativa influência por quase três décadas.

A década de 1930 protagoniza os desentendimentos entre as elites políticas do País. O acordo que mantinha em vigor o funcionamento da república do café com leite, mecanismo que assegurava o revezamento no poder de apenas dois entes da federação (São Paulo, maior produtor de café do País, e Minas Gerais, maior produtor de leite e, acima de tudo, Estado da federação que possuía uma significativa fatia de votos da população brasileira), encontrava-se desfeito pelo desejo do presidente Washington Luís de lançar Júlio Prestes à presidência do Brasil, quando, segundo o acordo, cabia a Minas Gerais agora indicar o próximo presidente.

Na Paraíba, o governador João Pessoa, nessa época chamado de presidente, em acordo com seu tio, Eptácio Pessoa, nega-se a apoiar a candidatura de Prestes e passa a apoiar a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas. O governo de João Pessoa desenvolve vários conflitos com os coronéis, especialmente com o mais famoso deles, o coronel José Pereira Lima, que, liderando outros coronéis do sertão, permanece fiel a Washington Luís e contra a candidatura de Vargas.

As desavenças entre João Pessoa e os coronéis do sertão tinham a ver com interesses que envolviam lideranças de toda a Paraíba. O fato é que “o grupo ligado ao presidente João Pessoa representava as oligarquias canavieiras litorâneas, enquanto

as oligarquias algodojeiras sertanejas estavam sob o comando do coronel José Pereira” (SEABRA, 2014, p. 61). Houve vários conflitos, a Revolta de Princesa<sup>5</sup> serve muito bem para dar-nos uma ideia do poder político e da influência dos coronéis do sertão.

### 3.2 A situação econômico-social

A economia do Sertão nas décadas de 1930-1940 consistia na produção do algodão e nos produtos da pecuária. De fato, a economia sertaneja firmou suas bases em torno da criação de gado, pois, só a partir do século XIX, o algodão adquire alguma importância para o Sertão. O cultivo do algodão já colocou a Paraíba em posição privilegiada no que se refere aos Estados algodojeiros do Norte, entretanto, “nas fases de decadência da indústria algodojeira, a pecuária domina a lavoura. Há campos descobertos que sustentam grandes rebanhos” (ALMEIDA, 1994, p. 583). O boi era o maior símbolo de riqueza do Sertão, o sertanejo retira do gado e da terra todo o seu sustento.

Quando a crise na indústria açucareira se agravou por vários fatores, como, por exemplo, a concorrência do açúcar produzido pelos holandeses nos Andes e a exploração aurífera, a construção e manutenção dos engenhos tornaram-se cada vez mais inviáveis do ponto de vista econômico. Nesse contexto, a criação de gado foi o estímulo mais importante para a realidade sertaneja com sua vasta extensão de terras a serem ocupadas com imensas pastagens ainda virgens. Povoar o Sertão de gado era de fato um bom negócio, visto ser uma atividade que gerava ótimos lucros com poucas despesas, já que:

A ocupação pela pecuária gozava de certas facilidades, pois com pouca gente e edificações rústicas se montava uma fazenda de gado: o vaqueiro e algumas fábricas, pequenas casas de habitação, cobertas de palha, e currais toscos, de caiçara ou pau-a-pique e na frente o chamado pátio: campo de onde se arrancavam os arbustos e só o pasto crescia à vontade (BRUNO, 1967, p. 97).

O sertanejo, de fato, desenvolveu todo um estilo de vida a partir do seu trato e da vivência com o boi, estilo esse que será denominado, mais tarde, como civilização

---

<sup>5</sup> A Revolta de Princesa foi um movimento liderado pelo coronel José Pereira Lima e que, contando com a adesão de vários outros coronéis do Sertão Paraibano, foi originado no Município de Princesa, atual Princesa Isabel-PB nos idos de 1930. O movimento era um ato de oposição ao governo estadual de João Pessoa que, ao iniciar uma reforma político-administrativa, beneficiava as elites litorâneas em detrimento dos coronéis do interior do Estado, a quem impôs indesejáveis tributos em suas transações comerciais com outros Estados, especialmente o vizinho Pernambuco.

do couro, ou idade do couro. A razão para tal nomenclatura, explica o historiador Ernani Silva Bruno, é que: “De couro eram feitas às vezes as portas das edificações. O leite aplicado ao chão rude. A maca de guardar a roupa. O mocó para carregar a comida... o gibão, as botas, as alpercatas, o chapéu, o cinturão, o suspensório do vaqueiro” (1967, p. 98). Pode-se dizer que, realmente, o sonho de muita gente no Sertão era, algum dia, merecer o título de vaqueiro. O gado, de várias espécies, fornecia carne seca, queijo, manteiga e leite. Da terra, com exceção aos tempos de seca, se colhe o necessário para o seu sustento. Tudo isso afirmamos, pelo fato de sermos informados que:

A alimentação do sertanejo consistia principalmente de carne, fosse assada com farofa, fosse cozida com pirão. Até qualhada se comia com carne. Entre os pratos mais suculentos estava a panelada, o picado, a buchada, a rabada com pirão. Feijão com toucinho era prato trivial. Havia ainda cuscus de milho, o munguzá, o angu de caroço. A farinha entrava em tudo, no feijão, na qualhada, no pirão de leite, no mel de engenho (ALMEIDA, 1997, p. 156).

Mas isso só era uma realidade plena para os proprietários da terra, nem sempre era assim para aqueles que trabalhavam nela. A situação do sertanejo empregado pelos donos da terra não era das melhores. O tratamento fornecido ao homem do Sertão, nesse contexto, era simplesmente humilhante. Ele era entregue de corpo e alma ao latifúndio, tanto produtores de cana-de-açúcar como de algodão. Seu dever e destino era o trabalho exaustivo para enriquecimento cada vez maior dos donos da terra. Em troca, seu pagamento consistia em ser abrigado em barracões e no recebimento de cereais e roupas.

Suas dívidas com o senhor da terra aumentavam sempre por causa da moradia e da comida que recebia. Todo o esforço era empreendido com o propósito de evitar que o trabalhador tivesse acesso a qualquer valor monetário, cujo intuito era apenas: “obscurecer nelle qualquer noção de utilidade do valor monetário para feze-lo paradoxalmente auxiliar de maneira mais servil e desinteressada à formação do capitalismo rural” (VIDAL, 1933, p.10).

Some-se, a essa insuportável realidade, o fato de que o Sertão era a região mais constantemente afetada por longos períodos de secas que traziam vários prejuízos e sofrimentos ao homem do campo. Mesmo as tentativas de sanar problemas como esse eram, muitas vezes, feitas em detrimento do interesse e benefício do sertanejo. Isso pode ser devidamente comprovado observando-se que:

No conjunto, as obras contra as secas cumpriam a finalidade de reter a população sertaneja junto às propriedades que delas careciam. Sem isso, essa mão-de-obra se dispersaria, elevando custos de produção, o que desagradava às oligarquias. O problema central do Nordeste não é a falta d'água, mas sua estrutura fundiária que permaneceu intocável (MELLO, 2014, p. 166).

Os problemas e as aflições trazidos pelas secas sempre causaram temor ao sertanejo que, oferecendo suas preces por socorro divino, nunca desiste de esperar pelas chuvas, recusando-se a deixar sua terra mesmo diante das mais angustiantes desolações causadas pela falta de água. As sofridas marcas dessa região são carregadas na própria estrutura do homem do Sertão. Sendo assim, José Américo de Almeida diz que “a cor avermelhada do sertanejo é atribuída à ação mais forte dos raios solares. Essa tonalidade epidérmica é, contudo, mais comum na zona compreendida do Sabugi a Patos” (1994, p. 525).

Ao pensarmos nos sofrimentos e desafios enfrentados pelo sertanejo, nas mais variadas áreas, para se estabelecer e sobreviver em sua terra, não se pode chegar a outra conclusão, senão, o eloquente diagnóstico do grande escritor Euclides da Cunha: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte” (2010, p. 138). De fato, as dificuldades na comunicação impuseram, durante muito tempo ao homem do Sertão, um significativo isolamento em face de outras culturas e realidades, ao mesmo tempo em que proporcionou uma admirável preservação de seus próprios costumes e tradições.

Distante dos grandes centros, o sertanejo ama a sua terra e apegar-se a ela. Sem poder contar com a proteção do Estado, ao sertanejo não se oferece outra alternativa, senão, desenvolver, por si mesmo, as condições necessárias de coragem e valentia pessoal para sua própria proteção e de sua família, em uma terra onde imperam a violência e a crueldade. Deve ficar estabelecido que, muita coisa relacionada ao *éthos* sertanejo se explica nesse contexto de sofrimento, opressão e abandono. Essa é uma das razões pelas quais Horácio de Almeida afirma que: “Dessa gente tradicionalista, que tão alto soube manter o matiz heróico dos desbravadores, saíram os coronéis políticos, os mandões todo-poderosos da terra, os messias sertanejos, os cantadores de viola, os cangaceiros de fama” (1997, p. 55).

### 3.3 A situação religiosa

O aspecto religioso sempre foi um elemento fundamental na formação da sociedade sertaneja na Paraíba. Ali, desde os tempos mais remotos, o estabelecimento das fazendas quase nunca se dava sem a necessária presença das capelas, para garantir-lhes a legitimidade da posse da terra. Dessa forma, não é exagero afirmar que:

A religião também se tornou um dos pilares da sociedade sertaneja, reunida em torno da capela e de seus santos padroeiros, ainda hoje festejados como acontece com Santo Antônio, no mês de junho em Piancó, Nossa Senhora da Guia, no mês de setembro em Patos e Nossa Senhora do Rosário, também todos os anos em outubro em Pombal. Não raro, como em Santa Luzia, esses oragos ensejavam cruzeiros onde se celebram promessas a devoções na parte mais alta da povoação. Isso acontece porque, por toda parte, o terço do missionário seguiu o trabuco do conquistador (MELLO, 2014, p. 79).

A religião não pode ser desassociada do cotidiano do homem do Sertão, nas décadas de 1930 e 1940, uma vez que a fé permeava tudo. As festas religiosas marcavam, significativamente, a dinâmica sociedade sertaneja. Evidentemente, a Religião majoritária nesse período era a Católica, que predominava em todo o campo religioso brasileiro. O catolicismo romano, na região do Sertão, possuía um caráter quase obrigatório, a ponto de ser praticamente impossível viver e ser integrado na sociedade sem declarar pertença à religião majoritária, até pouco tempo, religião oficial do Estado. Nesse sentido, pode-se dizer que:

Eram todos católicos, de um catolicismo difuso nas ideias teológicas, quanto ao céu, inferno e purgatório. A fé religiosa, quando não descambava para o fanatismo, bem patente na memória de um Frei Damião (...) tornava-se árida como o clima da terra. O sertanejo só olhava para o céu para ver se vinha chuva. Mas se pronunciava o nome de Deus descobria-se respeitosamente, tirando o chapéu (ALMEIDA, 1997, p. 155).

A religião Católica era vivenciada em todos os cenários da vida do sertanejo, estava presente por ocasião do seu nascimento, desenvolvimento, casamento e morte. A religião perpassava todo o ciclo de vida dos indivíduos, fazendo parte não só de sua formação, como também da formação da própria sociedade como um todo. Cada vila ou pequenas cidades eram formadas ao redor dos templos que, com seus ministros, marcavam significativamente a vida do povo.

O censo do IBGE, na década de 1940, revela-nos que, nesse período, os números favoráveis à religião Católica, do ponto de vista da adesão, são praticamente absolutos. Em 1940, nada menos que 95,0% da população brasileira declara pertencer a Igreja Católica, enquanto, em todo o território brasileiro, 2,6% se reconhecem como participantes das igrejas evangélicas naquele período. As informações obtidas pela coleta dos dados do censo em 1940 revelam que, no Estado da Paraíba, os católicos romanos representavam expressivos 99,1% da população, enquanto os evangélicos representavam 0,7% em toda a extensão do território paraibano (IBGE, 2007, p. 47-52).

Não é difícil imaginar a situação de protestantes no Sertão Paraibano, nas décadas de 1930 e 1940, pois os conflitos com a religião predominante seriam inevitáveis. O protestantismo congregacionista chega em Catolé do Rocha, no Sertão Paraibano, por volta de 1926, quando não havia atividades protestantes na região. Os desafios de inserção do protestantismo, através da vertente congregacionista, serão examinados mais adiante, porém, a essa altura, já se pode imaginar a resistência que essa nova realidade confessional experimentará no campo religioso do Sertão Paraibano. Se em todo o Estado, conforme nos informa o censo de 1940, os católicos representavam mais de 99% da população, em contraposição aos protestantes com 0,7%, imaginemos qual era a realidade a ser enfrentada por protestantes congregacionais quando da realização de suas atividades no Sertão. Avaliaremos, a seguir, os choques vivenciados por esses dois agentes no campo religioso brasileiro, os católicos romanos e os protestantes congregacionistas.

### **3.4 Embates ideológico-religiosos entre católicos e congregacionais**

Os conflitos religiosos vivenciados entre católicos e protestantes no Brasil são inegáveis e de fácil verificação. Há uma vasta documentação em jornais, nos mais diferentes períodos das divergências, bem como muitos artigos publicados por ambos os lados. Os casos de intolerância religiosa estão espalhados pelas páginas da história de nosso país, fazendo-se, portanto, necessário visitá-las, para que desenvolvamos, com elas, a capacidade de convivência e aprendizado com o diferente; a fim de que respeitemos e defendamos a alteridade, como instrumento de amadurecimento e aperfeiçoamento não apenas de nossa experiência religiosa, mas também de nossa práxis social-cultural e de nossa própria humanidade.

Debates mais acirrados na imprensa, entre católicos e protestantes no Brasil, remontam a meados do século XIX, com a chegada do Dr. Robert Reid Kalley. O uso contínuo da imprensa foi um recurso frequentemente utilizado pelo pioneiro das missões protestantes do século XIX, em nosso país. Kalley se apropriou regularmente da imprensa para publicar artigos com propósitos tanto de divulgar suas ideias como também para defender-se, em seus conflitos, com a religião oficial do Estado. Essa prática foi seguida de perto por outros missionários estrangeiros e, de igual modo, por ministros do protestantismo brasileiro. Havia espaço para todas as confissões. Setores da imprensa se dividiam no apoio à causa católica, de um lado, e à protestante, por outro.

Na região Nordeste, temos fortes conflitos protagonizados pela possível instalação do trabalho congregacional em Pernambuco. Quando, em meados de 1873, Manuel José da Silva Viana, que era um membro e diácono da Igreja Fluminense e colaborador do trabalho de Kalley, inicia o processo de abertura de uma pequena congregação no solo recifense, há um grande alvoroço, quando reações da Igreja foram acompanhadas pelo Estado que, no mês de março, proibiu as atividades religiosas promovidas por Viana. Logo, a imprensa reagiu, o jornal “O Liberal” publicou um artigo no qual lemos a seguinte declaração:

Em nosso n.º 11 de 23 do mês passado, trouxemos para o domínio público o inqualificável atentado, praticado pelo Sr. Subdelegado do 1º Distrito de S. José, impedindo ilegal e arbitrariamente as práticas religiosas que, em sua casa, fazia o Sr. Manuel José da Silva Viana. Apesar de exercer o Sr. Viana um direito que a nossa Constituição confere a todo estrangeiro, foi êle contestado por uma agente de Autoridade, que contava com o apoio do seu superior, o Sr. Dr. Chefe de Polícia, que entendeu dever sancionar tudo o quanto fizera seu arbitrário subdelegado. Entretanto sempre esperávamos que, repellido pelo Sr. Queiroz Barros, encontrasse o Sr. Viana apôio e garantia na preconizada independência e enciclopédica ilustração do Dr. Lucena, primeiro Magistrado da Província... Mas S. Exa. Pela sua decisão, arrasta-nos para um terrível dilema..., e assim, vendo-se na contingência de responder à petição que lhe fora dirigida pelo Sr. Viana, decidiu nos seguintes termos memoráveis- “Pode o suplicante, EM SUA CASA, DE PORTAS FECHADAS, exercer as práticas de suas crenças religiosas “CONTANTO QUE NÃO ADMITA A ELAS PESSOAS ESTRANHAS A SUA FAMÍLIA”. “Mas, será isso o que dispõe a 2ª parte do art. 5º. Da Constituição?” (apud ROCHA, 2017, p. 23).

O Dr. Kalley também experimentou muito desse clima acirrado com apedrejamentos sofridos, inclusive, por ocasião de sua vinda a Pernambuco, nesse período para organizar administrativamente o trabalho congregacional. Aqui também, a

imprensa trabalhou pela cobertura dos fatos ocorridos por ocasião da inauguração da Igreja Evangélica Pernambucana, em 1873. Ao falar sobre as repercussões dos conflitos envolvendo o Dr. Kalley, Rocha escreve acerca de um artigo publicado sobre o título de “É MUITO SÉRIO!” que: “deu notícia do ataque sofrido à Casa de Oração e, cita o que o “Jornal do Recife publicou no dia 27 sobre o apedrejamento” (2017, p. 53).

Houve, ao que parece, algum apoio de jornais no Recife à causa congregacional, em que muitos setores da imprensa criticaram o tratamento hostil dispensado ao médico inglês. Parece que a repercussão foi tal que, em consequência disso, Kalley recebe, da parte das autoridades policiais locais, a garantia de que poderia realizar seus atos religiosos sem sofrer perturbação por parte de seus opositores, e a promessa foi cumprida. Por outro lado, como não poderia deixar de ser, houve também artigos publicados pela imprensa que eram contrários à presença do missionário congregacional em Pernambuco, bem como à organização de sua igreja. O Jornal dos jesuítas, “A União”, publicou sua opinião sobre a proteção que os protestantes receberam das autoridades policiais, nos seguintes termos:

No domingo, 26, presentes os Srs. Dr. Chefe de Polícia, o Subdelegado e todos ou quase todos os inspetores da freguesia de S. José- principiou a *milonga* do novo templo de azulejo, na rua Augusta. “*Houve missa*”, houve explicação de textos da Bíblia, cantaram salmos *lamentações*, terminando a *comédia*, ao meio-dia. “Houve guarda de honra para que não fosse perturbado o “Deus da Paz, nome por que é conhecido ali o pastor evangélico. Os devotos, munidos de suas Bíblias de diversos quilates, ouviam, *como evangélicos, doutrinas que os conduzirão ao Céu, justificados somente pela fé e, talvez, com tripas e tudo; porque, já neste mundo do meu Deus, eles se acham justificados de qualquer mazela que, por acaso, possam ter.* A tarde, voltaram pelas quatro horas e aí estiveram até às 6 e tanto. Ainda houve “guarda de honra”, mas a distância respeitosa, na calçada da “Igreja dos Mártires”. Não compareceu o Chefe de Polícia. “No templo, não se cospe”- condição *sine qua non...* Bem feito! “Os dias dessa nova escola de profanação são, segundo nos informam: domingos, das 10 ao meio-dia e das 4 às 6 da tarde; quartas quintas e, sextas, das 7 da noite em diante...” (apud ROCHA, 2017, p. 53-54).

Foi também, por volta de 1879, que o Frei Celestino Pedavolle escreve vários artigos em jornais do Recife sob o pseudônimo “neófito”. Posteriormente, reúne esses artigos e publica um opúsculo intitulado “perguntas respeitadas dirigidas ao senhor Ministro da igreja evangélica nesta província por um neófito da mesma igreja”. Esse texto foi direcionado ao missionário presbiteriano John Rockwell Smith, que chegara à capital pernambucana, há alguns anos, com o propósito de implantar ali o

presbiterianismo. Posteriormente, a identidade do frei foi descoberta e o missionário protestante respondeu com um pequeno texto intitulado “O neófito desmentido” (SYLVESTRE, 2014, p. 39-40).

Durante o ano de 1902, o Frei Celestino organizou a chamada liga contra os protestantes, de tal modo que, entre suas muitas atividades estão as queimas de Bíblias que ocorreram tanto no Recife como em Caruaru (SYLVESTRE, 2014, p. 40). Por volta de 23 de abril de 1935, é agendado um debate entre católicos e protestantes na cidade de Campina Grande, na Paraíba. Os debatedores seriam o Frei Damião de Bozzano e o ministro protestante Synésio Lyra, Pastor da Igreja Congregacional. O periódico “Norte Christão”, usado pelos protestantes congregacionalistas, a partir de 1926, para divulgar suas ideias e fazer frente à oposição aos católicos, relata, em vários números, muitos casos de desafios para debates entre pastores e padres pelo Nordeste. O mais famoso desses debates foi o travado pelo Frei Damião e o Pastor Synésio Lyra, em Campina Grande<sup>6</sup>. O episódio ficou tão famoso na Paraíba que virou tema da literatura de cordel, como se vê na produção do cordelista Manuel Fernandes Lopes, em “NOVA DISCUSSÃO RELIGIOSA DO SÁBIO MISSIONÁRIO CAPUCHINO FREI DAMIÃO DE BOZZANO E O PASTOR EVANGÉLICO SINÉZIO LIRA”:

Vinde oh! Musa sacrossanta  
 Como és harmoniosa  
 Vinde ajudar a minha idéia  
 Na poesia amorosa  
 Ver se assim escrevo uma  
 Discussão religiosa

O nosso já é conhecido  
 Frei Damião de Bozzano  
 Indo a Campina Grande  
 Pregar o rito romano  
 Encontrou Sinézio Lira  
 Um grande pastor profano

Esse tal Sinézio Lira  
 Julgou que podia ir  
 Provocou frei Damião  
 Pra com ele discutir  
 Sem pensar no grande abismo  
 Que se obrigava a cair

---

<sup>6</sup> Há um pequeno opúsculo sob o título de “Controvérsias Religiosas” onde o autor, o próprio Synésio Lyra, reúne os textos que envolveram essa controvérsia entre ele e o Frei Damião. Os discursos do Frei e do Pastor estão preservados nessa obra.

Frei Damião quando pregoa  
O santo cristianismo  
Com bases fundamentais  
Dentro do catolicismo  
É sempre chicoteando  
Quem usa o protestantismo

Sinézio Lira coitado  
Cego do entendimento  
Pensa quem sabe ler  
Tem todo o conhecimento  
Mas a sagrada escritura  
É pra quem Deus deu talento

O Dr. Chefe de polícia  
Sabendo que ia haver  
A 23 de abril  
De 7 ao correr  
A essa tal controvérsia  
Também quis comparecer

Dr. Hortencio de Souza  
Pedi a frei Damião  
Pra discutir duas horas  
Naquela reunião  
O frade aceitou o pedido  
Começou a discussão

S.L. Frade eu não acredito  
Nessa transfiguração  
Que Jesus se represente  
Em um pedaço de pão  
Para alguém recebê-lo  
Na hora da comunhão

F.D. Então o sr. me diga  
Que sua crença é escura  
Faz vergonha até dizer  
Que cultiva a escritura  
Se não compreende nada  
Dos mistérios da natura

S.L. O Frade está enganado  
Eu também sou consciente  
Conheço que Jesus Cristo  
Na hóstia não é lá presente  
Que uma hóstia tão pequena  
Não cabe o Onipresente

F.D. Eu sei que o sr. não pode  
Conhecer a obra Divina  
Como entra de uma vez  
O céu, a terra à campina?  
Na retina do nosso olho  
Sendo ela tão pequenina

S.L. Vou fazer uma pergunta  
 Que o sr. cai no abismo  
 Vou lhe provar que está  
 Errado o catolicismo  
 Se o sr. responder essa  
 Eu deixo o protestantismo

F.D. Faça lá sua pergunta  
 Já que é ignorante  
 Que se eu não responder  
 Com perfeito atenuante  
 Garanto que amanhã  
 Irei ser um protestante

S.L. Cristo vendo que ficava  
 De seus discípulos ausente  
 Diz: fazei isso em memória  
 De mim e provavelmente  
 Sr. Frade ninguém faz  
 Memória do que está presente

F.D. Eu bem sei que o sr.  
 Conhecer é impossível  
 Vou lhe provar que Jesus  
 Na hóstia está infalível  
 Faz se a memória porque  
 Para nós é invisível

F.D. Senhor Lira dê licença  
 Que vou passar-te a lição  
 Se não leu o evangelho  
 Leia com atenção  
 Deus disse: estarei convosco  
 Até a consumação

Mais uma esplêndida vitória  
 Alcançou a nossa igreja  
 Rebatendo uma peleja  
 Irá ficar na vitória  
 Nunca perdeu sua glória  
 Havendo quem se retire

Ergue a frente que admira  
 Imortal na humanidade  
 Repreendeu a verdade  
 O Sr. Sinézio Lira

(apud SYLVESTRE, 2014, p. 106-107).

Evidentemente, sendo o cordelista de confissão católica, constrói, com toda a liberdade que a licença poética lhe assegura, uma versão favorável a frei Damião no debate. Já, os protestantes apresentam os registros escritos dos discursos para demonstrar a vitória do Pr. Synésio Lyra no confronto. Na disputa pelo campo religioso brasileiro, os embates ideológicos eram os mais agressivos possíveis, e isso de ambos os lados. Artigos e livros eram publicados para que as ideias de cada partido fossem

divulgadas e defendidas, e as percepções opostas fossem atacadas e desconstruídas. A intolerância religiosa destilava da pena desses contendores. Para se ter uma ideia, ao ser publicado o livro “Em Defesa da Fé”, da autoria de frei Damião, o frei Otaviano de Terrinca faz a recomendação da obra nos seguintes termos:

Lendo o presente trabalho temos a impressão de ver realmente a bondosa e austera figura do grande capuchino e ouvir o tom profético de suas candentes apóstrofes aos pecadores, amancebados, adúlteros, protestantes, espíritas, acenando-lhes com voz vibrante a consequência inevitável de suas vidas transviadas: O inferno (BOZZANO, 1958, p. 5).

Note-se a visão dispensada aos protestantes e espíritas, que são relacionados a termos, como pecadores, amancebados e adúlteros, cuja herança não poderia ser outra que não o inferno. A obra é construída para ensinar a doutrina católica e combater a heresia protestante. Evidentemente, os protestantes farão o mesmo percurso com suas publicações e produções literárias, de maneira que a polarização catolicismo/protestantismo seguiria sendo alimentada através das décadas seguintes, sempre em detrimento da tolerância e do respeito ao diferente.

Com o crescente avanço da ala protestante no campo religioso brasileiro, cresce também sua capacidade, cada vez mais bem-sucedida, de resistência, organização e avanço, em face a todo poderio presente no capital religioso pertencente à tradição católica-romana. E não é de se estranhar, já que “toda seita que alcança êxito tende a tornar-se Igreja, depositária e guardião de uma ortodoxia, identificada com suas hierarquias e seus dogmas, e por essa razão, fadada a suscitar uma nova reforma” (BOURDIEU, 2015, p. 60).

“Norte Christão” é o nome do periódico utilizado por protestantes congregacionais, a partir de 1926, com o propósito de divulgar as atividades das igrejas congregacionais espalhadas por toda a região Nordeste. Esse periódico era usado também para disseminar as ideias protestantes, oferecer trabalho de catequese às igrejas e polemizar com o clero romano. Por esse jornal mensal, também eram efetuadas denúncias de supostos abusos e intolerância por parte do clero católico com relação aos protestantes. Um exemplo disso é a edição de novembro de 1927, onde o recém-ordenado pastor, Anísio Lira, denuncia que, por volta de 6 a 13 de novembro do referido ano, houve no município de Timbaúba, na Mata Norte de Pernambuco, um grande movimento religioso encabeçado pelo bispo de Nazaré, movimento denominado de “Santas Missões”.

Segundo o jornal, os protestantes, que eram um grupo minoritário, foram alvos do “romanismo intolerante”. Diversas acusações feitas por católicos aos protestantes são denunciadas pelo periódico, por exemplo, acusações de que os protestantes faziam uso de Bíblias falsificadas, ou que eram inimigos da virgem santa. De acordo com o “Norte Christão”, nessa edição, o bispo teria chegado a afirmar que “ladrão, viciado e protestantes são sinonimos” (NORTE CRISTÃO, 1927, p. 3).

Na edição de dezembro de 1927, o “Norte Christão” traz um artigo com várias críticas à doutrina da transubstanciação ensinada pela Igreja Romana e, por diversas edições, haveria polêmica sobre esse dogma tão caro ao universo católico. A cada nova edição desse periódico protestante, havia ataques afiados à tradição católica e suas doutrinas. Em janeiro de 1928, o pastor Synésio Lyra decide, em um artigo, criticar duramente a doutrina da infalibilidade papal. Segundo Lyra:

Dentre todos os dogmas absurdos fabricados na oficina romana, o da infalibilidade dos papas é o mais absurdo, o mais monstruoso. Declarar um pecador ser mutável e finito- Infalível é uma insensatez, é um atentado viú contra a soberania divina e o bom senso. A tendência criminosa dos bispos de Roma de ter domínio sobre a igreja e autoridade suprema sobre os seus collegios de ministros, tornando Roma o centro donde deviam emanar todos os decretos e leis para todas as demais igrejas, começou, propriamente, do IV século em diante... o celeberrimo fructo adúlterino veio a luz no meio dos mais veementes protestos contra o seu advento por parte de uma plêiade de bispos de toda a parte como veremos (NORTE CRISTÃO, 1928a, p. 1).

O “Norte Christão” também era utilizado para convocar protestantes a atos de resistência contra o que era visto por eles como intolerância e desrespeito às crenças da fé evangélica. Havia da parte dos protestantes congregacionalistas clara disposição para o enfrentamento do oponente católico-romano. Em uma edição datada de maio de 1928, encontramos um artigo sob o título de “Reação versus reação”, onde os leitores são convocados para reagirem aos insultos promovidos pelo clero romano à sua confissão de fé religiosa. A audaciosa convocação se expressa nos seguintes termos:

A reação do romanismo contra os evangélicos ou protestantes é formidável e intensa, ora pelo púlpito, ora pelo catecismo, ora pelo que elle chama de “Sagrado tribunal da Penitência”, ora pelas palestras e ora ainda pela imprensa... é preciso que haja da parte dos evangélicos uma contra reação na altura, sem para isso usarmos as armas desleais com que nossos antagonistas ferir-nos consistentemente (NORTE CRISTÃO, 1928c, p. 1).

Não se pode imaginar um protestantismo acuado, vitimizado e sem estratégias definidas de atuação nas disputas religiosas. Havia confrontos boca a boca nos

debates, havia produção de literatura, como livros, folhetos e uso abundante da imprensa. Através de seus próprios periódicos, como no caso do “Norte Christão”, as igrejas congregacionais se comunicavam com relativa velocidade e eficiência, e assuntos dos lugares mais afastados no interior do Nordeste eram conhecidos das igrejas na capital pernambucana, como também o contrário.

É oportuno registrar que os protestantes não eram apenas atacados, pois também atacavam, tratando-se de conflitos nos quais não há vertente que não padeça do mal da intolerância. Setores na Igreja Romana logo perceberam as reais ameaças que esses opositores representavam no campo religioso brasileiro. Os protestantes representavam uma minoria eficiente, do ponto de vista do combate; possuíam líderes bem instruídos; usavam bem os meios de comunicação; construía igrejas, escolas; e, aos poucos, se apoderavam de espaços cada vez mais significativos na sociedade brasileira. De fato, representavam um mal que deveria ser combatido com toda veemência. Talvez tenha sido com tudo isso, e muito mais em mente, que o Arcebispo Dom Sebastião Leme, em 1928, publicou nos jornais da época seu conselho de que:

Todos os revmos sacerdotes que, em seus sermões, práticas doutrinaiis e cathecismos, no púlpito e no separado tribunal da penitência, em suas palestras e por todos os modos que o seu zelo suscitar chamem a atenção dos fieis para a obrigação, que todos tem, de combater as seitas condenadas, não tomar parte nas suas reuniões, sessões, ou conferências ou práticas religiosas. Não cooperem para a sua existência e propaganda, nem nas ceremonias de culto, festas ou quaisquer funções por elas promovidas... não concorram com suas esmolas para que os protestantes adquiram suas próprias casas e edifiquem igrejas, nem erijam escolas e colégios com o fim capcioso de infiltrarem em nosso povo o espírito das seitas a pretexto de ministrar-lhes instrução e preparo para as lutas da vida (NORTE CHRISTÃO, 1928c, p. 1).

O artigo segue criticando o Arcebispo, dentre outras coisas, pelo fato de que em um país com cerca de 80% de analfabetos em sua população, seja, ainda assim, possível a um líder religioso apresentar qualquer resistência ao estabelecimento de escolas, instrumentos tão benéficos para a nação, pelo simples fato de as mesmas terem sido estabelecidas por grupos com orientações religiosas diferentes das suas. Na verdade, o líder católico estava calculando com a devida precisão o impacto que esses empreendimentos protestantes representariam para a tradição católica no Brasil. Aqui pode-se refletir sobre o alto potencial de ameaças que o protestantismo impunha às percepções das lideranças católicas, às vésperas da década de 1930.

Por outro lado, o movimento protestante está atento e atualizado com tudo o que sucede no universo católico, a fim de que possa extrair disso o máximo proveito possível. Em junho de 1928, temos notícia de uma disputa entre Dom Augusto Alvaro, Arcebispo Primaz da Bahia e o poder judiciário daquele Estado. Segundo informações publicadas pelo Diário da Manhã, do dia 29 de junho de 1928, um desentendimento entre o Arcebispo e os frades da Ordem de São Domingos sobre a administração dos bens da Ordem, custou a excomunhão daqueles frades pronunciada pelo Arcebispo da Bahia. A disputa se deu pelo fato de que, como a Ordem possuía o status de pessoa jurídica, desde o período da monarquia, era-lhe facultado o direito de administrar seus bens, coisa que desagradava Dom Augusto Alvaro. Exposta a público a disputa, o periódico protestante logo sai em defesa da Ordem de São Domingos, afirmando que:

Há muitos annos vem a “Ordem” sendo espoliada pelo clero espertalhão da Bahia, locupletando-se daquilo que de direito e por lei pertence aos frades dominicanos, de modo que, Dom Augusto, como chefe da igreja, na Bahia, era bem aquinhoado nessa rendosa transação. Prejudicada nos seus direitos, a Ordem tratou de defender seus interesses diplomaticamente. O Sr. Arcebispo é que não estava para isso. Repreendeu a Ordem, ameaçando-a de maior castigo (NORTE CRISTÃO, 1928d, p. 1).

Evidentemente, a defesa não representava qualquer simpatia pela Ordem de São Domingos, o registro do episódio trazia consigo outro propósito, o de denunciar a poderosa influência que a Igreja Romana ainda desfrutava no Brasil e, cobrar das autoridades civis brasileiras o devido confronto para com a sua grande rival. Quando o poder judiciário pediu ao Arcebispo da Bahia informações sobre o caso, a fim de que pudesse julgar o processo que foi movido pela Ordem de São Domingos, Dom Augusto se negou a cooperar, alegando que desconhecia a competência do judiciário brasileiro para interferir nos negócios da Igreja, precipitando, dessa forma, uma crise entre o poder judiciário da Bahia e a Igreja. Diante de tal situação, os protestantes veem, na ocasião, preciosa oportunidade de incitar a opinião pública, como também das autoridades da nação contra a Igreja e, sem desperdiçar o momento, dispara que:

É lamentável e muito lamentável se o poder judiciário se curvar ao eclesiástico o que é bem provável. Infelizmente isso é o que verificamos diariamente. A constituição é desrespeitada pelo clero romano sem serimoniosamente (sic), as barbas das autoridades, sem, todavia, os infractores serem chamados a responsabilidade. Esta tolerância criminosa, por parte dos poderes constituídos é um atentado contra as consciências livres desse Paiz e uma tristíssima revelação da mentalidade de nossos homens públicos que deveriam ser os

lídimos representantes do povo e defensores de nosso pacto fundamental (NORTE CRISTÃO, 1928d, p. 1).

Na realidade, como se pode observar, o “Norte Christão” nunca deixava de munir seus leitores protestantes com informações que julgavam importantes para ajudá-los a combater o inimigo católico. Por isso, estava sempre pronto para lembrar a seus leitores que figuras como os jesuítas eram “os mais ferozes e irreconciliáveis inimigos de Deus, da civilização, da luz e do bem” (NORTE CRISTÃO, 1928e, p. 3). Como vem ficando claro, os protestantes souberam bem fazer uso da imprensa. Tanto os jornais liberais abriram espaço para suas publicações como também houve a formação e utilização de vários periódicos criados por protestantes.

Para se ter uma ideia, temos informações de que, por volta de 1928, havia periódicos protestantes espalhados por todo o país, a exemplo de: O Cristão, esse é o mais antigo periódico protestante editado por congregacionais e ainda hoje em circulação; havia o Norte Evangélico; Jornal Baptista, no Rio; O Baptista de Curitiba; Tribuna Cristã de Santos-SP; Semana Evangélica, Estandarte e Expositor Cristão de São Paulo; A Fé, O Puritano do Rio; O Atalaia de Florianópolis; O Christão Paulista de São Paulo; O Monitor de Manáos; O Laurel de Areia, na Paraíba; O Correio Doutrinal, no Recife (NORTE CRISTÃO, 1928f, p. 2)

As disputas travadas através da imprensa eram sem tréguas, tanto para os católicos como também para os protestantes. O clero católico e os que lhe apoiavam julgavam que era seu dever proteger tanto a Igreja como a nação da malévola influência dos filhos de Calvino. Já os protestantes defendiam-se e atacavam como podiam, por meio da imprensa liberal, de seus próprios veículos de comunicação ou quando ocupavam os púlpitos de suas igrejas. Sentiam que estavam lutando pela verdade evangélica e, de igual modo, que estavam batalhando para que as trevas da ignorância, que haviam tomado a nação por séculos de domínio da Igreja Romana, fossem dissipadas. E, nesse contexto, para usar uma linguagem sartreana, o outro é o inferno de cada um. Por volta do ano de 1928, os protestantes congregacionalistas se queixavam que era:

(...) raro abrir-se um jornal e não encontrar-se um artigo ou aviso clerical contra a propaganda evangélica, sendo visado de preferência os missionários americanos. A tecla absona dos emissários de Roma é sempre a mesma. Que os missionários protestantes são agentes políticos do governo americano, coadjuvados por brasileiros traidores, no sentido de se apoderar do Brasil,

afirmam, inescrupulosamente por toda parte (NORTE CRISTÃO, 1928g, p. 2).

Curiosamente, os protestantes faziam exatamente a mesma coisa. Os católicos romanos, nesse período, tornaram-se onipresentes em tudo o que os protestantes escreviam. Para se ter uma ideia, desde a fundação de o “Norte Christão”, em 1926 até o último artigo citado nesse capítulo, em setembro de 1928, não existe um único número no qual a Igreja Católica e suas doutrinas não sejam citadas e combatidas. Esse clima dominará os acontecimentos das décadas de 1930-1940, que correspondem ao tempo dessa pesquisa.

Já podemos imaginar o clima hostil que governaria a atmosfera religiosa no Sertão da Paraíba, nesse recorte temporal. Todo esse contexto de embates ideológico-religiosos representa o pano de fundo para compreendermos os conflitos que se processarão no Sertão Paraibano, uma vez que não surgem do nada. Havia, por décadas, embates entre católicos e protestantes espalhados por toda a nação brasileira e que se estendiam e penetravam no inconsciente coletivo da população, fazendo-a enxergar católicos e protestantes de acordo com os estereótipos que cada um construiu sobre o outro. Com tudo isso em mente, estaremos prontos agora para visualizar os acontecimentos que se sucederam em Catolé do Rocha, Brejo dos Santos e Cajazeirinhas, durante o período que é definido por essa pesquisa.

#### 4 CONGREGACIONAIS E CATÓLICOS NO SERTÃO PARAIBANO

A cidade de Catolé do Rocha, no Sertão da Paraíba, possui uma área correspondente a 552,1 Km<sup>2</sup> e uma população absoluta de 28.759 habitantes, conforme dados do último censo demográfico de 2010. Catolé do Rocha é hoje uma das cidades-polo mais importantes do Sertão Paraibano, que vem sofrendo um significativo processo de industrialização.

Em 2013, foi lançado o livro “Catolé do Rocha em muitas lentes”. A obra é uma coletânea que conta com a participação de pelo menos 20 autores, com 445 páginas, sendo, sem dúvida, uma significativa contribuição para quem deseja alcançar uma melhor compreensão da cidade em seus aspectos históricos, geográficos, culturais, econômicos, educacionais, etc. Conforme previamente anunciado, o propósito do livro foi apresentar Catolé do Rocha, de maneira que pudessem ser percebidas “todas as suas pluralidades e contradições: potencialidades e deficiências; traços de solidariedade e egoísmo; de tolerância e ódio; realizações e frustrações; de prosperidade e pobreza; de civilidade e atraso” (MELO, 2013, p. 9).

O que nos chama a atenção é que, ao longo de quase 450 páginas de uma excelente obra sobre a história de Catolé do Rocha, não haja espaço para discutir o processo de inserção do protestantismo no Alto Sertão da Paraíba, em meados da década de 1920, nem os graves conflitos religiosos daí decorrentes, a partir da década de 1930, que culminou com a destruição de vários templos protestantes na região e um Processo Criminal com mais de 50 personagens envolvidos.

Em Catolé do Rocha e suas redondezas, registra-se, nesse recorte temporal, um dos conflitos mais violentos da história do protestantismo no Brasil. Isso nos mostra o quanto essa expressão da religiosidade, de parte significativa da população brasileira, o protestantismo, ainda precisa ser estudada por acadêmicos, historiadores e cientistas da religião. É quase inacreditável que a inserção do protestantismo no Alto Sertão Paraibano esteja prestes a completar um século de existência e, mesmo assim, esse fenômeno, que trouxe várias consequências para a sociedade sertaneja da época, e até hoje, não conte com uma obra de cunho acadêmico para narrar e interpretar os acontecimentos envolvidos nessa história. É, de fato, um silêncio ensurdecedor!

O nome “Catolé” é de origem indígena, vem da língua tupi “*katu're*”, termo utilizado para uma espécie de palmeira que brotava na região Norte do Brasil, cujos

frutos comestíveis, são conhecidos como “Côco-Catolé”. O termo “Rocha” vem de seu fundador, Francisco da Rocha Oliveira. A área onde está situada hoje a cidade de Catolé do Rocha foi colonizada em fins do século XVII, de maneira que, antes da cidade ser fundada, toda aquela região já havia sido ocupada, dando origem aos grandes latifúndios e “fazendo emergir uma estrutura fundiária, concentradora e excludente. Além do mais, desenvolvendo a atividade criatória, adotando o sistema de pecuária extensiva” (MEDEIROS apud MELO, 2013, p. 19). Havia outros colonizadores e muitas fazendas de gado, antes da chegada de Francisco da Rocha Oliveira, mas a esse último foi dada a honra de fundador da cidade, o que fez com que aquela região passasse a ser identificada como o “Catolé dos Rocha”. Dessa forma:

Catolé, enquanto nome de palmeira, representado o meio natural e, do Rocha, cognome de seu fundador, representante da sociedade que, através das relações entre seres humanos e destes com a natureza, produziu e continua produzindo um espaço geográfico, imprimindo na paisagem as marcas de sua atuação e organização social (MEDEIROS apud MELO, 2013, p. 20).

A organização política da cidade de Catolé do Rocha tem seu início em 26 de maio de 1835, com o processo de desmembramento das terras pertencentes ao município de Pombal. O que antes era um povoado, foi elevado à categoria de Vila Federal de Catolé do Rocha e, em 30 de setembro do mesmo ano, passou a ser a sede do município (MEDEIROS apud MELO, 2013, p. 20).

O fato que marca a origem de Catolé do Rocha é a doação de terras para a construção de sua primeira Igreja consagrada ao culto de Nossa Senhora dos Remédios, cujas fotos pode-se ver abaixo:

**Figura 2:** Primeira Igreja de Catolé do Rocha, de 1773.

Fonte: Melo (2013, p. 94).



1ª igreja de Catolé do Rocha – invocação a N. S. dos Remédios – 1773.  
Em 1875 foi entregue ao culto de Nossa Senhora do Rosário,  
demolida no ano de 1937, para alargamento da rua Deputado Américo Maia  
(foto tirada pelo padre Américo Sérgio Maia – 1936)

**Figura 3:** Nova igreja matriz, ainda sem a torre, de 1875.

Fonte: Melo (2013, p. 107).



Nossa Matriz, a segunda igreja, sob invocação de Nossa Senhora dos Remédios  
inaugurada em 1875, ainda sem a torre  
(Acervo particular de Jean Vieira)

**Figura 4: Atual Igreja Matriz.**  
Fonte: Melo (2013, p. 109).



Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios – 2006  
(fotografada por Natércia Suassuna Dutra)

Somos informados que:

O terreno para a sua construção já havia sido doado em 02 de fevereiro de 1773 e registrado no cartório de Pombal em 08 de fevereiro do mesmo ano, na casa do capitão-mor Francisco de Oliveira Ledo, de acordo com a escritura do livro de notas, as folhas 22, de uma gleba de terra do sítio Catolé, doada a Nossa Senhora dos Remédios (LIMA apud MELO, 2013, p. 87).

#### **4.1 A inserção do protestantismo no Sertão Paraibano**

A chegada do protestantismo no Sertão da Paraíba ocorre por meio dos esforços evangelísticos do missionário congregacional Harry G. Briault. Abaixo, segue a figura do missionário protestante e de sua esposa D. Frida:

**Figura 5:** *Pastor H. Briault e esposa.*  
**Fonte:** Sylvestre (2004, p. 121).



Em setembro de 1926, um jovem chamado Sebastião de Aquino, que deixara Catolé do Rocha para residir em Campina Grande, termina por abraçar a fé protestante depois de ouvir as pregações que o Rev. Briault realizava do púlpito da Igreja Congregacional, na referida cidade onde servia como seu Ministro, desde 1922. O jovem Sebastião, do alto da empolgação de sua nova fé, decide que deveria compartilhar com seus patrícios algo de sua nova experiência religiosa. Seus esforços começam por seus familiares que residiam no Sítio Cajueiro, povoado que dista cerca de 6 km da cidade de Catolé do Rocha.

**Figura 6:** *Atual Igreja Congregacional do Sítio do Cajueiro, construída próxima ao local da destruída, em 1932.*

**Fonte:** Sylvestre (2004, p. 145).



A escritora Maria Guedes de Figueiredo informa que

SEBASTIÃO foi acolhido por sua irmã FRANCISCA DE AQUINO, casada com FRANCISCO PEREIRA DA SILVA, mais conhecido por CHICO BARBEIRO, a qual concedeu sua residência para que SEBASTIÃO realizasse os primeiros trabalhos de evangelização (2016, p. 15).

Logo, começou a ficar clara a necessidade de alguém que fosse bem mais versado nos princípios da doutrina protestante e, com a anuência dos outros interessados, Sebastião enviou uma mensagem por telegrama ao Missionário Congregacional para que viajasse, com toda a urgência, ao Sertão Paraibano. O fato é que:

O missionário inglês recebeu o convite com muita alegria e preparou-se para enfrentar a viagem de mais de 300 quilômetros de estradas desertas e em péssimas condições. Foram dois longos dias de jornada acompanhado de sua esposa, D. Frieda. Saiu de Campina Grande no dia 06 de setembro de 1926 e chegando dia 08 se dirigiu imediatamente ao Sítio Cajueiro que se tornou berço das missões sertanejas no Estado da Paraíba (FERREIRA e SANTANA FILHO, 2016, p. 115).

Essa primeira viagem missionária às terras sertanejas na Paraíba durou cerca de 15 dias. Quinze pessoas abraçaram o protestantismo e muitas outras ficaram interessadas e desejando ouvir mais acerca da nova fé. Foi no dia 09 de setembro de 1926 que se realizou o primeiro culto protestante em terras do Alto Sertão da Paraíba. O ato religioso ocorreu no Sítio Cajueiro perante um grande auditório, onde muitas pessoas passaram a crer na mensagem do Missionário Congregacional (FIQUEIREDO, 2016, p. 16).

Ao fazer do Sítio Cajueiro sua base de apoio, Rev. Harry Briault, nesse período, levou sua mensagem a várias outras comunidades, como as de Maniçoba, Trapiá, Rancho do Povo, Brejo dos Cavalos, Boqueirão, Bom Nome e Catolé do Rocha, retornando muitas outras vezes para consolidar o protestantismo em toda aquela região (CÉSAR, 1983, p. 70).

A congregação do Sítio do Cajueiro espalhou a mensagem do protestantismo por toda a região. O trabalho de propaganda religiosa no Sertão Paraibano era, em extremo, difícil e desgastante, já que a missão era cumprida experimentando-se variadas doses de consideráveis sofrimentos. Os registros históricos, daquelas décadas, informam-nos que “o labor do Rev. BRIAULT, naquele período foi intenso, andava a pé por estradas precárias como também em lombos de animais em horas

quentes, sob o sol escaldante, sofreu fome e enfrentou sede, mas onde foi chamado se fez presente” (FIGUEIREDO, 2016, p. 17).

Parece-nos que a chegada do protestantismo naquelas terras sertanejas não trouxe, no primeiro momento, maiores dificuldades ou resistências. Um documento escrito por José Dorotéia Dutra para o periódico “Norte Christão” nos fornece a informação que, no dia 31 de dezembro de 1927, os protestantes decidiram realizar um culto por ocasião da virada do ano. Ocorre que, como não possuíam ainda lugar próprio para realização de seus serviços de culto, solicitaram ajuda da prefeitura para resolver o problema. Segundo o documento, foi relatado que:

Como não temos ainda casa própria para o trabalho do Senhor naquela florescente Villa, precisamos ocupar o salão principal do Conselho Municipal que bondosamente nos foi cedido pelo Sr. Antonio Suassuna digno prefeito do Município... Antes de Começarmos, já notava-se número avançado de pessoas interessadas que, no recinto aguardavam o momento aprazado... compareceram a festa mais de duzentas pessoas, sendo na maioria catholicos romanos (NORTE CHRISTÃO, 1928b, p. 4).

É bastante significativo notar a capacidade de mobilização e atração que esses primeiros protestantes exerceram em Catolé do Rocha e redondezas. Ao chegarem esses primeiros crentes na região, em fins de 1926, em seu primeiro ano de atividade, já haviam conseguido favores da prefeitura municipal e um auditório de mais de 200 pessoas para participarem de seus atos de culto, sendo a maioria de católicos romanos (NORTE CHRISTÃO, 1928b). Havia alguma insatisfação por parte de alguns católicos com o estabelecimento do protestantismo na região, mas, até então, esse descontentamento não possuía poder de repressão.

O responsável pela Matriz de Nossa Senhora dos Remédios era, a esse tempo, o Padre Luiz Gomes Vieira que era “vigário de Catolé do Rocha, homem bom e moderado, amigo do povo Evangélico, não concorda com nenhum tipo de perseguição” (FIGUEIREDO, 2016, p. 19). Abaixo, segue figura do Padre Luiz Gomes Vieira:

**Figura 7:** Pe. Luiz Gomes Vieira.

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha ([2004], p. 06).



O Padre Luiz Vieira, conhecido por sua tolerância e moderação, era elogiado por protestantes e censurado pelos católicos de ânimos mais exaltados. Vieira serviu como Vigário de Catolé do Rocha, entre os anos de 1923 a 1928, de maneira que, nos primeiros anos da inserção do protestantismo em Catolé do Rocha, os congregacionais desfrutaram de relativa paz, sem qualquer confronto oficial com figuras do clero romano. Tanto foi assim que, em 1929, o primeiro templo congregacional foi construído no Sertão Paraibano. A obra teve lugar no Sítio Cajueiro, onde tudo começou. Os congregacionais receberam uma doação feita pela senhora Maria Aquino e, então, imediatamente passaram a edificar seu lugar de adoração.

Nesse contexto favorável, as notícias sempre eram no sentido de que “o trabalho em Catolé do Rocha vai bem, tendo ultimamente se convertido diversas pessoas e outras estão examinando a palavra de Deus com grande interesse” (NORTE CRISTÃO, 1928b, p. 4). Ainda em agosto de 1930, o pioneiro nas missões sertanejas no Estado da Paraíba, o missionário protestante Harry Briault, informa em seu relatório duzentas pessoas presentes” (NORTE CRISTÃO, 1930, p. 4). Segue-se, então que, que “o trabalho vai muito animado sob a direção do evangelista Symphonio Costa. Em Cajueiro e Brejo dos Cavalos tivemos reuniões com duzentas pessoas presentes”

(NORTE CRISTÃO, 1930, p. 4). Segue-se, então que, até essa data, o protestantismo avançava na região sem maiores dificuldades, o trabalho missionário ficou aos cuidados do evangelista Sinfrônio Costa que, durante cerca de 8 anos, serviu naquele campo protestante (FIGUEIREDO, 2016, p. 17).

Mas os tempos de tolerância e liberdade para a propagação do protestantismo estavam com os dias contados. Com a saída do Padre Luiz Gomes Vieira, veio uma sucessão de vigários fortemente contrários à fé evangélica e, então, os conflitos passaram a ser inevitáveis. A região sempre esteve intrinsecamente ligada ao catolicismo. A história da cidade se misturava com a história da Igreja, tanto é assim que a cidade tem, como marco de seus inícios, a doação de um terreno para a construção de uma Igreja ao culto de Nossa Senhora dos Remédios, Padroeira de Catolé do Rocha.

Assim sendo, o catolicismo, conforme mentalidade da época, era a real natureza e identidade daquele povo, uma vez que ser catoleense era ser católico apostólico romano. O protestantismo era considerado um corpo estranho, um intruso, um desvio e abandono da verdadeira fé e identidade. Nesse contexto, o protestantismo tem que lutar para provar e estabelecer sua relevância, justificar a necessidade de sua existência e a pertinência de seu culto e doutrina, coisa em absoluto desnecessária à Igreja estabelecida.

Por outro lado, a Igreja Católica se impunha como a instituição que possuía, com toda a legitimidade, o monopólio da produção, manutenção e distribuição dos bens de salvação, para usar a linguagem de Bourdieu. Esse comportamento é resultado de seu pensamento acerca de si mesma, como uma estrutura legitimamente institucionalizada. Por isso, todos os seus ministros eclesiásticos, com suas ações, diferentemente do protestantismo, “ficam dispensados de conquistar ou confirmar a todo momento sua autoridade, e protegidos das consequências do fracasso de sua ação religiosa” (BOURDIEU, 2015, p. 59).

Em tal situação, a sobrevivência do protestantismo esteve debaixo de severa ameaça, obrigando-o a buscar as mais diferentes formas de reação, a fim de assegurar sua permanência. Mas a Igreja Católica, que era, até então, detentora de um capital religioso, que possuía o poder de determinar “a natureza, a forma e a força das estratégias que estas instâncias podem colocar a serviço da satisfação de seus interesses religiosos” (BOURDIEU, 2015, p. 57), certamente estaria pronta e disposta, através de seu clero, para oferecer, aos esforços protestantes, toda a resistência que

fosse necessária, a fim de que pudesse ser salvaguardado o seu monopólio no que se refere à produção, manutenção e distribuição dos bens de natureza religiosa.

A trama dos conflitos no Sertão Paraibano envolveu várias geografias e diversos personagens. Estão envolvidas autoridades policiais, políticos locais, estaduais, federais e, também, magistrados. Temos a participação das massas de ambas as confissões religiosas. Do lado protestante, temos os seguintes líderes que tiveram alguma participação nos conflitos do Sertão, desde a chegada do protestantismo em 1926 até 1945: o Rev. Harry Briault, responsável pela introdução do protestantismo no Sertão Paraibano; o evangelista Sinfrônio Costa, que cooperou intensamente na evangelização do campo sertanejo entre os congregacionais, por cerca de 8 anos; o Rev. Júlio Leitão de Melo, que também travou tensos debates com o Padre Otaviano.

Assumiram também a liderança do trabalho protestante, no Sertão da Paraíba, especialmente a partir do pastorado da Igreja Congregacional de Catolé do Rocha, os seguintes pastores: Horáce M. Murfin de 1932 a 1937; Josué Alves de Oliveira, apenas no ano de 1937; Lidônio Fragoso de Almeida, que assume o pastorado da Igreja Congregacional de Catolé do Rocha, em 1938. Foi sob o pastorado do Rev. Lidônio Almeida que os conflitos explodiram em toda a sua agressividade, nos anos de 1938-1939. Após esses anos de conflitos, assume a liderança da Igreja Congregacional, em 1941, o Rev. Antônio Francisco Neto, em um pastorado que durou mais de quatro décadas.

As Igrejas Congregacionais envolvidas na história da inserção do protestantismo no Sertão Paraibano, bem como em toda sua luta por sobrevivência e estabelecimento, foram: a) a Igreja Congregacional Central de Campina Grande, que foi a base de operações para as missões protestantes no Sertão da Paraíba, sob o ministério do Rev. Harry Briault; b) a Igreja Congregacional do Sítio Cajueiro, cerca de 6 km da cidade de Catolé do Rocha, onde tudo começou, sendo o primeiro templo protestante do Sertão erguido, como também o primeiro a ser destruído; c) a Igreja Congregacional de Brejo dos Cavalos, hoje Brejo dos Santos, que viu seu templo ser demolido por duas vezes, a primeira em 1938 e a segunda em 1939; d) a Igreja Congregacional de Cajazeirinhas, que também teve seu templo demolido em 1938; e) a Igreja Congregacional de Catolé do Rocha, que, com o tempo assume naturalmente a liderança do protestantismo na região sendo também o ponto de referência dos conflitos; f) a Igreja Congregacional de Patos, fundada, na década de 1930, pelo missionário Harry Briault, com o propósito de poder dedicar-se mais às missões

sertanejas. Foi esta Igreja que entrou com um processo para denunciar os casos de intolerância religiosa contra os Congregacionais em Catolé do Rocha e região, nos anos de 1938-1939.

Do lado católico romano, foi sete o número de padres que assumiram a Matriz de Catolé do Rocha, durante a chegada do protestantismo na região, passando por todos os conflitos e indo até o ano de 1945. Estes são: o Padre Luiz Gomes Vieira, de 1923 a 1928; o Monsenhor Constantino Vieira da Costa, de 1929 a 1932; o Padre Manoel Otaviano, que vai do período de 1932 a 1934; o Padre Francisco Lopes, de 1934 a 1936; o Padre Belisário Dantas, que fica na paróquia entre os meses de fevereiro a dezembro de 1936; o Padre Joaquim de Assis, que foi o protagonista principal do período mais crítico dos conflitos com os protestantes, em 1938 e 1939, e seu paroquiado durou de 1936 a 1942; o Padre Américo Maia, de 1942 a 1945. Portanto, é nesse contexto que se processam os conflitos religiosos entre congregacionais e católicos romanos, durante a década de 1930, que serão analisados a seguir.

#### **4.2 A primeira fase dos conflitos**

Para fins de melhor compreensão por parte do leitor, o período dos conflitos será apresentado de maneira a ser subdividido em três partes, que serão denominadas “fases dos conflitos”. O que marca cada uma dessas fases é a forte liderança de três padres que combatem, veementemente, a chegada e a permanência dos congregacionais na região. Outros párocos estão envolvidos nos conflitos, mas são o Monsenhor Constantino Vieira da Costa, o Padre Manoel Otaviano de Moura Lima e o Padre Joaquim de Assis Ferreira que, em seus respectivos ministérios, travaram os maiores embates com os protestantes no Sertão Paraibano, dos anos de 1930 e 1940.

A primeira fase dos conflitos religiosos, no Alto Sertão Paraibano, processa-se antes que se completem os cinco primeiros anos da implantação do protestantismo e, portanto, no início de sua chegada. Já por volta de 1930, quando o cenário político nacional, bem como do Estado e da cidade de Catolé do Rocha, sofria significativas alterações, surgiram governos que não nutriam uma disposição favorável à causa do protestantismo. A partir de então, ventos de intolerância e de perseguição religiosa começaram a soprar sobre a cidade e região, onde, há pouco, o congregacionalismo se estabelecera para divulgação de suas crenças.

Com tanta efervescência no cenário político nacional e local, veio uma onda de insatisfação, por parte de alguns fiéis católicos, por causa da postura pacífica e tolerante do Padre Luiz Gomes Vieira, no que diz respeito à presença e ao avanço do protestantismo naquela região do Sertão Paraibano. É provável que isso tenha levado o bispo de Cajazeiras, Dom Moisés Coelho, a atender os apelos de vários fiéis e nomear outro responsável para a Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, o Monsenhor Constantino Vieira Costa. Na verdade, corria a informação entre os primeiros protestantes domiciliados em Catolé do Rocha, em 1929, que “o monsenhor foi para Catolé mediante pedido feito ao bispo de Cajazeiras por pessoas influentes do lugar” (SYLVESTRE, 2014, p. 137).

O monsenhor chega a Catolé do Rocha, em 10 de fevereiro de 1929, para ali permanecer até o dia 6 de abril de 1932, conforme informações do Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, em Catolé do Rocha, do ano de 1935 a 1955<sup>7</sup> (LIVRO DE TOMBO, fl. 37). Com a sua chegada, o Padre Constantino inaugura a primeira fase dos conflitos religiosos entre católicos e protestantes no Sertão da Paraíba. Antes de sua posse como vigário da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, os protestantes não contavam com nenhuma resistência institucionalizada por parte da Igreja. De fato, o Monsenhor Constantino inicia seu trabalho pastoral dando ciência a seus paroquianos que: “Aos protestantes, nós católicos, não damos morada, não compramos, não vendemos coisa alguma, nem permitimos a eles o fornecimento de água” (FIGUEREDO, 2016, p. 23).

Como anunciado, a oposição ao protestantismo, na figura do Monsenhor Constantino, era oferecida de diferentes maneiras, desde insultos, ameaças, boicotes no comércio até a negação de água, um bem comum a todos e necessário para a própria subsistência humana. Houve até denúncia de tentativa de envenenamento dos

---

<sup>7</sup> O LIVRO DE TOMBO (É assim que será referenciado esse documento no corpo desse trabalho) da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios em Catolé do Rocha, a que fazemos referência, é datado de 1935-1955. Contudo, possui informações desde 1895. Ao que nos parece, o Livro de Tombo da Matriz de Catolé do Rocha, o mais antigo daquela Paróquia e que registra assuntos que remontam a fins do século XIX, sofreu bastante, não recebendo os devidos cuidados. É o Padre Francisco Lopes, administrador da Paróquia, entre os anos de 1934-1936, que, em sua chegada, procura organizar melhor esse importante documento da Igreja. No termo de abertura do Livro, que foi preservado em parte por seus esforços, ele nos oferece as seguintes informações: “Declaro que por orientação do excmo. Sr. Bispo Diocesano D. João da Matta Amaral fiz transcrever para elle tudo o que encontrei escrito em um livro de tombo horrivelmente estragado que encontrei na Parochia”. Na verdade, o Padre Otaviano, responsável pela Paróquia de 1932 a 1934, já havia feito a mesma reclamação sobre o estado lamentável dos registros da Paróquia, segundo nos revela: “O livro de tombo que encontrei foi este em péssimo estado” (LIVRO DE TOMBO, fl. 38).

protestantes em Catolé. A negação de água para a população protestante de Catolé do Rocha foi, em extremo, chocante, conforme registra o jornalista Josué Sylvestre (2014, p. 137). Há tristes relatos de choro entre mulheres e crianças no dia daquela proibição. Na verdade, o intento durou apenas um dia, no final do qual as famílias protestantes foram socorridas em sua sede. Segundo registros, somos informados que:

Essa recomendação absurda, desumana e principalmente anticristã foi iniciativa do monsenhor Constantino, no final da década de 1920. Os demais proprietários de açude ou outros reservatórios deixaram de vender ou fornecer água aos “bodes”, mas Hercílio Maia, homem respeitado, independente e corajoso, prosseguiu sozinho no propósito de não deixar de matar a sede dos crentes até que a tempestade passou (SYLVESTRE, 2014, p. 137).

Em 1931, o periódico protestante, “Norte Christão”, faz várias denúncias contra aquilo que considera serem posturas intolerantes por parte do Monsenhor Constantino, que proclamava o fim dos protestantes e a necessidade de retorno à Igreja para que pudessem se achar em melhor situação. A informação era que o monsenhor trabalhava para expulsar da cidade famílias protestantes de Catolé do Rocha e região. O senhor José Dorotéia Dutra, comerciante protestante que foi alvo de intolerância religiosa em várias cidades do Sertão Paraibano, fato que lhe rendeu o título de “crente mais perseguido da Paraíba”, alerta que seu comércio não havia fechado as portas pelo fato de possuir parentes católicos romanos. Assim sendo, o comerciante sertanejo questionava, em 1931:

Que plano S. revma. Tem em mente para interromper o nosso commercio? Será incendiando a nossa casa? Será nos matando? Será nos expulsando do Município? Ou será privando o povo de fazer negócio comosco? Qual destes o plano da preferencia de S. revema, o quando pretende exetuta-lo (NORTE CHRISTÃO, 1931, p. 4).

A luta dos comerciantes protestantes era de fato grande, naquela época, em Catolé do Rocha e região. Apelavam de todas as formas para as autoridades, expressavam uma aguda consciência acerca de seus direitos, como cidadãos pagadores de seus impostos aos governos Federal, Estadual e Municipal. Contudo, os conflitos eram bem maiores e mais robustos do que sua capacidade de articulação e de protestos. Mesmo assim, não desistiam em sua resistência e clamavam por providências, chegando, inclusive, a ousar pedir a condenação de seus desafetos. Em tom de denúncia, José Dorotéia Dutra dispara:

Diante de tais procedimentos e ameaças de S. revma. Monsenhor Constantino, protestamos, e apelamos para a autoridade da lei representada nos dirigentes do Estado e do Município. Fica aqui o nosso appello pois somos brasileiros, estamos num regimen de liberdade ampla, respeitamos a lei e os governos, pagamos os direitos cobrados pela União, Estado e Município. Portanto, esperamos, confiamos, o amparo da lei a nosso favor e o castigo aos seus insubmissos, que são criminosos (NORTE CRISTÃO, 1931, p. 4).

O comércio de protestantes começou a sofrer insustentáveis abalos com os ataques de padres, que orientavam seus paroquianos a não comprarem nada em tais estabelecimentos. A partir de então, os protestantes começaram a ter dificuldades não só em vender, mas também em comprar, inclusive gêneros alimentícios de primeira necessidade. Essa era a orientação para a população católica, sob pena de anátema! Deve-se dizer, entretanto, que nem todos os católicos acatavam tais recomendações, havia os que se rebelavam contra elas, aberta ou ocultamente, fato que tornava a sobrevivência um pouco mais suportável para os protestantes.

Mesmo assim, “no início da década de 1930, fustigado por perseguições e discriminações, José Dorotéia Dutra resolveu mudar-se para Catolé do Rocha. Lá se integrou à congregação da Igreja Congregacional, que se transforma em Igreja em fevereiro de 1934” (SYLVESTRE, 2014, p. 115). Contudo, em breve, o senhor Dorotéia também teria que deixar Catolé do Rocha rumando, com outros comerciantes protestantes da região, para o Estado do Ceará, em razão dos conflitos e de boicotes ao comércio dos crentes que ali teria lugar.

Ao fim do período de três anos em que o Monsenhor Constantino esteve à frente da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, houve certa desavença entre ele e seus paroquianos que passaram a solicitar ao bispo de Cajazeiras, D. Moisés Coelho, outro vigário para a Matriz de Catolé do Rocha, sob a argumentação de que o monsenhor não acabara com o protestantismo, que continuava abertamente com suas atividades apesar de todo o conflito. De fato, o pedido foi atendido pelo bispo, como registra o Monsenhor Constantino em seu termo de regresso registrado no Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios: “Saibam todos que a presente declaração lerem, que por ordem especial do meu superior, D. Moyses Coelho, bispo de Cajazeiras, que deixei a regência dessa freguesia que ocupei na qualidade de Parocho, desde o dia 10 de fevereiro de 1929 até aos 6 de abril de 1932” (LIVRO DE TOMBO, fl. 37).

Assim sendo, com a saída do Monsenhor Constantino Vieira da Costa da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, encerra-se a primeira fase dos conflitos entre Congregacionais e Católicos naquela freguesia. Os protestantes respiravam aliviados com a saída do vigário, mas outro ciclo de conflitos teve lugar na cidade de Catolé do Rocha e em toda aquela região, como se verá na abordagem da próxima fase dos conflitos.

### 4.3 A segunda fase dos conflitos

A segunda fase dos conflitos religiosos entre protestantes e católicos, no Alto Sertão Paraibano, inicia-se com a chegada do Padre Manoel Otaviano de Moura Lima, que assume a gestão da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em 17 de abril de 1932, para nela permanecer até 24 de fevereiro de 1934, conforme os registros do Livro de Tombo da Paróquia (LIVRO DE TOMBO, fls. 38-39). Abaixo, segue figura do Padre:

**Figura 8:** *Pe. Manoel Otaviano de Moura Lima.*  
**Fonte:** Sylvestre (2004, p. 128).



Homem de significativa cultura e refinada elegância, o Padre havia sido deputado no passado, sendo bem treinado na arte da argumentação. A chegada do Padre Otaviano caracterizou-se por um período de aprofundamento dos conflitos. Desde o princípio de sua atividade paroquial, o novo vigário de Catolé do Rocha deixou claro qual seria seu papel em face daquela ameaça no campo religioso cultivado pela Igreja Romana. Isso fica bem evidente quando, em 1932, ao tomar posse da Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, na cidade de Catolé do Rocha, o Padre Manoel

Otaviano de Moura Lima lança-se ao seu trabalho paroquial de corpo e alma, entregando sua vida e destino antes de tudo ao:

Divino coração de Jesus, e em segundo lugar a virgem dos remédios padroeira desta Paróquia, para que me dê luzes e forças na santa cruzada que vou incetar contra os terríveis inimigos de nossa fé - os protestantes – em cujo meio existem alguns focos perniciosos (LIVRO DE TOMBO, fl. 38).

Esses “terríveis inimigos da fé”, os protestantes congregacionais, haviam se espelhado por toda aquela freguesia e era preciso empreender uma “santa cruzada” contra os mesmos. As pequenas comunidades protestantes existentes no Sertão eram vistas como “focos perniciosos”, cuja necessidade de resistência e combate eram evidentes e urgentes. A violência da linguagem revela a natureza dos conflitos que estavam prestes a serem deflagrados nas terras sertanejas da Paraíba, naquela década de 1930. O Sertão estava longe de desfrutar tempos de tolerância e liberdade religiosa bem como o tão necessário respeito à alteridade, condição *sine qua non*, para a pacífica convivência entre as diferentes expressões da religiosidade humana. Foi em 1932 que o periódico “Norte Christão” publicou notícias sobre os confrontos que ocorreram entre o Padre Otaviano e o missionário protestante, o Rev. Harry G. Briault. Segundo o documento, datado de setembro de 1932:

O pastor protestante Sr. G. Briault, chegando aquela vila no desempenho de sua missão, foi agredido pelo referido Padre, que capitaneando um numeroso grupo de pessoas, perturbou o culto que se celebrava no templo evangélico... não fora a ação serena e enérgica do tenente delegado de polícia, o Sr. Briault teria sido vítima de intolerância... No dia seguinte a esses fatos, ainda se valendo de pessoas pouco atiladas, procurou o Padre Otaviano agredir o ministro protestante quando este se retirava para Patos, sendo obstado nos seus intuitos criminosos pela ação eficiente da polícia local (NORTE CHRISTÃO, 1932, p. 1).

Segundo descreve o periódico, eram muitas as formas de oposição feitas à comunidade evangélica, e destaque-se aqui a participação das massas, já que o Padre Otaviano encabeçava a liderança de “um numeroso grupo de pessoas” para oferecer resistência aos ritos religiosos realizados pelos protestantes. O uso das massas foi grandemente explorado nesses conflitos, como se verificará mais adiante. Por hora, deve-se observar o começo de sua utilização e como isso vai avançando até que se possa perceber participações mais e mais agressivas no auge dos conflitos sertanejos.

Ainda em 1932, na gestão do novo vigário de Catolé do Rocha, o templo da Igreja Congregacional de Cajueiro, primeiro templo congregacional do Sertão Paraibano, foi destruído por aquele sacerdote católico. Por meio de uma ação na justiça, o “Padre Otaviano conseguiu desalojar os crentes e demoliu o prédio” (FIGUEREDO, 2016, p. 18). Parece que, quando o terreno foi doado aos protestantes, para realização de seus cultos, não contou com os devidos procedimentos legais, como registro em cartório, o que lhes trouxe problemas no futuro. Na verdade, o jornal “O Christão”, órgão oficial da União Evangélica Congregacional do Brasil e de Portugal, em 1939, e hoje, órgão oficial da União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil, o periódico protestante mais antigo no País e que ainda está em circulação, informa que:

Infelizmente, em 1932, o Padre, por intermédio de um amigo, comprou uma parte do terreno onde se achava construído o templo e, por meio de uma ação legal, conseguiu desalojar os crentes e demolir o prédio. Isso se verificou em um tempo de fome e miséria (O CHRISTÃO, 1939b, p. 236).

Quando deixou a Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, em 24 de fevereiro de 1934, o Padre Otaviano, ao avaliar sua trajetória de luta contra o Protestantismo congregacionalista, ao lembrar desse fato, registra o seguinte no Livro de Tombo da Paróquia: “lutei contra o protestantismo tenazmente. Cheguei a dominar a perigosa seita propriamente. Em acção judicial tomei-lhe uma igreja no lugar cajueiro, que foi vendido” (LIVRO DE TOMBO, fl. 39).

Em agosto de 1932, o ministro congregacional Harry G. Briault protagonizou outra série de fortes conflitos com o Padre Otaviano. O missionário protestante relata que, estando na cidade de Catolé do Rocha, para realização dos serviços religiosos de sua competência, o Padre Otaviano demonstrou grave insatisfação, incitando o povo que, ao anoitecer, trouxe insultos, pedradas na casa em que estava hospedado para desfrutar de suas atividades de culto e várias demonstrações de intolerância religiosa. Ao temer o agravamento da situação a qual todos estavam expostos, o pastor protestante decidiu escrever para as autoridades locais pedindo proteção e providências, o que, de fato, fez nos seguintes termos:

Na qualidade de Pastor da Igreja Evangélica desta Vila, achando-me desde ontem em visita aos crentes, não queria incomodá-lo. Entretanto sou forçado por circunstancias imprevisíveis a recorrer a sua autoridade para garantir a minha pessoa e a de meus companheiros, pois, desde essa noite que sofremos insultos, ameaças, caindo pedras sobre a casa em que estamos

hospedados. Também necessitamos dirigir alguns cultos e, confiantes na fidelidade de sua autoridade, pedimos as garantias da lei asseguradoras da liberdade de culto e de consciência. Responda-nos se podemos confiar na manutenção da ordem e segurança individual (NORTE CRISTÃO, 1932, p. 2).

Aqui, podem-se notar os penosos esforços nos quais estava envolvido o protestantismo, na batalha pelo direito de exercer sua liberdade de culto e de crença. Os protestantes, em sua luta, sempre estavam apelando para as autoridades locais e estaduais, com base no conhecimento que tinham da Constituição brasileira que, em tese, lhes garantia real liberdade de culto. Não se conformavam com aquilo que entendiam ser tentativa de monopólio por parte da Igreja Católica, por isso, lutavam para garantir seus direitos, no sentido de cultuar livremente, segundo suas consciências. Nesse caso de Catolé do Rocha, que envolveu o Missionário protestante Harry Briault, a resposta das autoridades locais não tardou em aparecer, antes veio nos seguintes termos:

Em poder de vossa carta de hoje, esta delegacia não vos faltará com as garantias exigidas, dando-vos ampla liberdade para pregar onde mais conveniente achardes, mandando a polícia agir contra os perturbadores de vossa crença (NORTE CRISTÃO, 1932, p. 2).

Dessa maneira, para tratar desse episódio, foram providenciados soldados de polícia para garantir a ordem durante os cultos protestantes. O documento descreve o inconformismo do Padre Otaviano com a proteção policial aos crentes naquela ocasião. Informações são dadas no sentido de que o padre partiu para o confronto, quando foi necessário ao Suplente de Delegado, Sr. Dantas, resisti-lo e repreendê-lo. Na ocasião, outra autoridade que aconselhou o recuo do Padre foi o Juiz de Direito, Dr. Felipe Medeiros, sendo sucedido na mesma solicitação pelo próprio Delegado da cidade (NORTE CRISTÃO, 1932, p. 2).

Segundo os relatos preservados, as três autoridades locais orientaram, peremptoriamente, o Padre Otaviano, no sentido de que cessasse com os insultos aos protestantes como também para que não continuasse a inflamar os ânimos do povo. Essa intervenção, a favor da causa protestante, aborreceu em muito o Padre Otaviano, pois não era comum um posicionamento tão firme e coeso das autoridades contra um representante da Igreja.

É interessante observar que, quando o Padre Otaviano registra o histórico de suas lutas contra o protestantismo na cidade de Catolé do Rocha e região, revela suas impressões e interpretações sobre o comportamento da população e o posicionamento das autoridades em face de suas ações com relação aos congregacionais. Em seus registros, o vigário chega a afirmar que:

Em tudo tive apoio do povo, lutando, porem, com a má vontade das autoridades locais – juiz, prefeito, delegado- que protegem os protestantes. Aponto-os como os únicos responsáveis pelo resto de protestante que aqui fica, e que parece aumentar com a minha retirada (LIVRO DE TOMBO, fl. 39).

Nota-se a importância da participação do povo católico no combate à presença protestante. De fato, o que tornava o posicionamento dos sacerdotes católicos tão poderoso era, em boa medida, exatamente o apoio popular. Essa leitura foi feita pelo Padre Otaviano, desde os primeiros dias de seu ministério em Catolé do Rocha, pois “ao chegar à cidade, reuniu seus paroquianos e proclamou que estava ali para acabar para sempre, o Protestantismo em toda região catoleense, precisando da mobilização e apoio de todos os fiéis” (FIGUEREDO, 2016, p. 25-26), e foi exatamente o que fez. Por isso, o encontramos, em 1934, oferecendo suas últimas recomendações a seu próximo substituto na Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios e o que ele recomendava era exatamente o que havia feito durante todo o período em que foi vigário da Matriz. Suas orientações foram no sentido de que:

O vigário que me substituir não dê tréguas aos protestantes, inimigos de nossa fé, e de nossa pátria, tangidos pelo braço corrupto do estrangeiro, do norte-americano, contra os destinos do Brasil. Rese muito com o povo e movimente o povo ponha-o em ação contra o perverso estrangeiro, aliciando inocente contra a sua nacionalidade e o seu próprio paiz, roubando-lhe a fé. Vou para outro pasto que Deus me confiou e ali talvez seja mais rude meu combate contra o protestantismo. Deixando nesta data essa freguesia, faço votos a N. Senhor pelo triunfo do meu substituto conduzindo o seu rebanho ao verdadeiro aprisco de nossa Sta. Igreja (LIVRO DE TOMBO, fl. 39).

Essa convocação das massas, do povo foi um recurso vastamente utilizado pelos Padres no Sertão Paraibano na luta contra o inimigo protestante. Além disso, deve-se notar que o inimigo não era apenas protestante, era também o “corrupto estrangeiro”, numa clara menção ao Missionário Briault e a outros protestantes ingleses e americanos que atuavam no Brasil. Ressalte-se, além disso, o desgosto do Padre Otaviano com as principais autoridades do município, que, naquele momento,

não o acompanharam nem o apoiaram, pelo contrário, saíram em defesa das comunidades evangélicas. No fim de seu período a frente da Matriz de Catolé do Rocha, ele acusa essas autoridades de serem responsáveis pela permanência do protestantismo na região e registra suas impressões de que sua saída da cidade serviria apenas para fortalecer a presença protestante, que, em todo tempo e com todas as suas forças sempre buscou eliminar.

As impressões deixadas pelos procedimentos adotados na administração do Padre Otaviano foram tão fortes que, dois anos após as suas orientações, o Padre Francisco Lopes, seu substituto, registra como buscou seguir, rigorosamente, as orientações de seu antecessor. Nos registros do Padre Lopes consta a seguinte declaração: “Preguei varias vezes contra o protestantismo e estabeleci seria campanha por meio de particulares, conseguindo a conversão de algumas famílias que trouxeram seus filhos para batizar, alguns já eram idade de 9 e 10 anos” (LIVRO DE TOMBO, fl. 41). Foi grande e intensa a luta dos Padres católicos para que fosse preservado o seu rebanho da invasão protestante, que chegara às terras sertanejas naquele período. Todos os esforços necessários foram empreendidos para que o povo do Sertão fosse mantido em segurança no seio da Igreja.

#### **4.4 A terceira fase dos conflitos**

A terceira fase dos conflitos entre católicos romanos e protestantes no Sertão Paraibano é a mais difícil de todas. De fato, essa fase pode ser descrita como uma das mais violentas, se não a mais agressiva da história do protestantismo no Brasil. Foi o período do conflito que durou mais tempo e teve consequências mais desastrosas para a sobrevivência do protestantismo sertanejo na Paraíba. Essa fase dos embates religiosos, no município de Catolé do Rocha, foi inaugurada quando:

no dia 24 de dezembro de 1936, em substituição ao revmo. Pe. Belisário Dantas, assume o cargo de vigário dessa paróquia o revmo. Pe. Joaquim de Assis Ferreira. A sua permanência aqui foi de cinco anos e seis meses em uma fecunda e brilhante administração (LIVRO DE TOMBO, fl. 43).

Responsável pelo pastorado da Igreja Protestante de Catolé do Rocha, estava o Rev. Horáce M. Murfin, que permaneceu respondendo pela Igreja Congregacional de Catolé e por todo campo protestante da região, de 1932 a 1937. Com sua saída,

assumiria a liderança do campo sertanejo o jovem Josué Alves de Oliveira, que presta os seguintes esclarecimentos:

Nesse tempo eu estava deixando o seminário, recém-formado, e fui atender ao chamado macedônico do missionário e da Igreja de Catolé, desconhecendo inteiramente o plano que haviam traçado para mim. Viajei, às pressas, até Campina Grande em ônibus e, de lá para Catolé, peguei a boléia de um caminhão, pois não havia outro meio de transporte. Mais ou menos às 9 horas da noite, eu cheguei em Catolé do Rocha e procurei o Missionário (1987, p. 97).

O jovem aspirante ao ministério protestante permaneceu apenas sete meses na cidade. Com precária saúde, não suportou o contexto do Sertão e foi servir numa Igreja Congregacional, em Belo Jardim-PE. Josué A. de Oliveira será substituído por um jovem, natural da terra, Lidônio Almeida. As atas da Igreja Congregacional de Catolé do Rocha nos dão conta de que, em agosto de 1937, a Igreja decidiu-se por convidar o seminarista Lidônio Fragoso de Almeida para o seu pastorado (Ata da 6ª sessão extraordinária da Igreja Congregacional de Catolé do Rocha-PB, em 04 de agosto de 1937). Em 1937, Lidônio Almeida ainda era um seminarista saindo do seminário, e seria ordenado ao ministério protestante na própria Igreja Congregacional de Catolé, de acordo com uma solicitação feita à reitoria do Seminário de Patos-PB, conforme se observa na ata supracitada.

Em fevereiro de 1938, o Rev. Lidônio Almeida já se encontra assinando as atas como pastor da Igreja (Ata da 14ª sessão ordinária da Igreja Congregacional de Catolé do Rocha-PB, em 20 de fevereiro de 1938). Em menos de um ano de pastorado, nos campos do Sertão, explodem os primeiros conflitos em forma de debates públicos entre o Pastor protestante e o Padre Católico. A informação é de que “o Rev. LIDÔNIO teve uma controvérsia com o Padre ASSIS: o assunto escolhido pelos dois era a IDOLATRIA. O debate teve duração de duas horas, porém, Rev. LIDÔNIO não se saiu bem, possivelmente por falta de experiência” (FIGUEIREDO, 2016, p. 29).

**Figura 9:** Igreja Evangélica Congregacional de Catolé do Rocha, PB.  
**Fonte:** Figueiredo (2016, p. 104).



A derrota amargada no debate público deixou o pastor protestante em desagradável situação, com seu ministério abalado na Igreja e na comunidade catoleense. Inconformado com seu insucesso, o Rev. Lidônio decidiu promover uma semana de conferência na Igreja, que estava situada, e ainda está, na principal praça da cidade, bem próximo à Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios e à residência do Vigário da Matriz, Pe. Joaquim de Assis Ferreira. Como preletor da conferência, foi convidado o Rev. Josué Alves de Oliveira, a essa altura, considerado como bom polemista da causa evangélica.

Os temas a serem abordados eram: “A IDOLATRIA PAGÃ; A IDOLATRIA ROMANA; A IDOLATRIA SIMULADA; A IDOLATRIA À LUZ DA BÍBLIA. E, no domingo, seria um tema evangelístico” (OLIVEIRA, 1987, p. 103). Toda a programação soou, em extremo, agressiva para os católicos e contribuiu para acirrar ainda mais os ânimos que já estavam elevados. Rumores de que confrontos poderiam estourar, fizeram a liderança da Igreja Congregacional suspender a conferência do sábado e, em seu lugar, agendar um ensaio de hinos para o culto público do domingo, mas, a essa altura, o mal tornara-se irremediável e, anos depois, o polemista protestante registrou o que aconteceu naquela noite de sábado, em 18 de junho de 1938:

De repente, quando estávamos ensaiando, ouviu-se a gritaria de uma multidão enfurecida que invadia o templo! A primeira ação deles foi desligar a chave da luz. Aí, começou o quebra-quebra! Eles entraram armados de facão, martelo, foice, barras de ferro, pé-de-cabra e, especialmente, molas de automóvel. Quebraram tudo o que havia no templo: o púlpito, a mesa, o órgão, os bancos, as cadeiras, o relógio de parede, as portas, as janelas, enfim, tudo o que encontraram e puderam destruir! Corria um boato na cidade, que eles tinham tramado matar-me. Na tarde daquele dia, o prefeito mandou chamar-me e eu fui a sua residência, assessorado pelo presbítero José Dorotéia, comerciante de projeção na Cidade e bem relacionado com a política da situação. O prefeito prepotente, de família sanguinária, a serviço do Padre perseguidor, declarou-me frontalmente que não me daria garantias de vida, e deu-me 24 horas para deixar a cidade!! (OLIVEIRA, 1987, p. 104).

O Rev. Josué segue contando sua saga, descrevendo como teve que fugir, naquela noite, buscando refúgio nos matagais para preservar sua vida, no momento em que o prédio da Igreja era destroçado e, enquanto isso, os crentes eram espancados e expulsos de dentro do templo. Passou a noite em choque temendo por sua vida, enquanto aguardava uma forma de sair ileso daquela situação, o que ocorreu algumas horas mais tarde.

O pastor protestante, auxiliado por amigos, foi conduzido até a cidade de Campina Grande para seu inacreditável alívio. A massa enfurecida deixou Catolé e foi em direção ao sítio Cajazeirinhas, que dista 12 Km da sede do município, e onde havia um templo congregacional, em fase de acabamento de sua recente construção. O templo foi completamente destruído naquela noite, sem que os protestantes nada pudessem fazer. Suas paredes foram derrubadas, o telhado destruído, as linhas de madeira foram cortadas e os bancos e móveis de dentro da igreja destroçados.

Ao deixar Cajazeirinhas, a massa se dirigiu a Brejo dos Cavalos (hoje, Brejo dos Santos), na época, um lugarejo a 9 km da cidade de Catolé, onde havia uma dinâmica Congregação protestante, cujo templo foi construído, quando nem capela católica havia ainda no lugar. Naquela noite, houve gritos enfurecidos que causaram profundo pavor, enquanto o templo era posto abaixo e destruídos seus móveis, telhado, as linhas de madeira cortadas, sendo o sábado, dia 18 do mês de junho de 1938. De fato, essa narrativa e as que ainda virão, ensinam que, se existe algo na massa que nos salta aos olhos é, sem dúvida, sua ânsia por destruição. Verdadeiramente, a massa destrói. Nessa realidade:

A massa destrói preferencialmente edifícios e objetos. Como frequentemente se trata de coisas quebradiças- como vidraças, espelhos, vasos, quadros,

louça-, inclinamo-nos a acreditar que é justamente esse caráter quebradiço dos objetos que estimula as massas à destruição (CANETTI, 2019, p. 17).

E foi exatamente o que sucedeu, os protestantes em Brejo dos Cavalos, agora sem templo, passaram a se reunir nos matagais, temendo represálias dos católicos. Após algum tempo, reuniram-se nas casas e, por fim, decidiram reconstruir o templo para a continuidade de seus ofícios religiosos. Esses acontecimentos chocaram as comunidades protestantes, que passaram a se organizar para fazerem denúncias às autoridades bem como a fazerem longos relatos em seus periódicos, buscando dá publicidade ao que estava acontecendo no Sertão Paraibano. Em junho de 1939, encontra-se o registro de que:

Em junho do ano findo, há um ano, portanto, três templos evangélicos, no Município de Catolé do Rocha, inclusive o da Cidade, foram reduzidos a montões de escombros, as vistas complacentes das autoridades policiais que, tendo sido avisadas antes de ser praticada tamanha selvageria, não tomaram as devidas providências... vários crentes foram surrados e outros ameaçados de espancamentos, caso depusessem na pantomima de inquerito que foi aberto pelas autoridades locais, algumas delas, cúmplices com os predadores (O CRISTÃO, 1939a, p. 126).

Os atos de violência se processam com a conivência das autoridades locais. Havia uma espécie de acordo velado entre as autoridades políticas, policiais e eclesiásticas. A frente desses conflitos estava o Padre Joaquim de Assis, cuja missão era de forte oposição ao protestantismo, de maneira que, seu posicionamento é uma comprovação de que “quando as relações de forças são favoráveis à Igreja, a consolidação dessa depende de sua supressão do profeta (ou seita) por meio da violência física ou simbólica (excomunhão)” (BOURDIEU, 2015, p. 62). E essa violência física foi levada às últimas consequências. Os protestantes ficaram desarticulados em Catolé do Rocha e redondezas, sem liberdade para praticarem sua religião. O templo da sede do município estava interditado com seus pertences em ruína e todos os outros templos protestantes destruídos, de tal modo que o do Sítio Cajueiro já havia sido destruído antes, agora o de Cajazeirinhas e o de Brejo dos Cavalos também amargaram o mesmo destino.

Agora, os protestantes, que há muito haviam se tornado *personae non gratae*, eram ainda mais indesejados. O Rev. Lidônio Almeida já não podia mais permanecer na cidade, pois, mesmo sendo filho da terra, achava-se agora ameaçado de morte e teve que abandonar Catolé dirigindo-se a João Pessoa, capital do Estado (O

CHRISTÃO, 1939a, p. 126). Com a perseguição e a conseqüente retirada do reverendo Lidônio Almeida da região sertaneja em conflito, houve preocupação da Igreja de Brejo dos Cavalos com a situação de seu Ministro. Mesmo com toda dificuldade enfrentada, “foi sugerido pelo presidente da sessão que deviasse ofertar o Rev. Lidonio Almeida em João Pessoa foi proposto ofertar-lhe com 800000 tendo sido apoiado foi aprovado por unanimidade de votos” (Ata da 20ª sessão da Igreja Congregacional de Brejo dos Cavalos-PB, em 14 de agosto de 1938).

Em conseqüência dos conflitos, o trabalho protestante ficou praticamente arrasado, não havia mais templos, seus pastores não estavam presentes, nem mesmo o missionário inglês, Rev. Harry Briault, pioneiro das missões protestantes no Sertão, podia transitar com segurança naquelas terras. O resultado foi um significativo êxodo das famílias protestantes para as terras circunvizinhas, especialmente Rio Grande do Norte e Ceará. O Livro de Atas da Igreja Congregacional de Catolé do Rocha possui uma lacuna em seus registros de cerca de quatro anos. Não há registro algum entre as atas de 01 de maio de 1938 e 07 de junho de 1942, exatamente durante o crítico período dos conflitos. A Igreja ficou, nesse espaço de tempo, sem seus registros históricos, como também sem suas atividades regulares. A razão para esse silêncio das atas são as perseguições empreendidas contra os congregacionais, que provocou o êxodo de muitos, bem como a total desarticulação dos cultos e práticas das comunidades protestantes naquela região sertaneja. Essa realidade pode ser sentida na ata do dia 07 de junho de 1942, onde registra-se a informação de que:

as sessões da Igreja estavam suspensas desde junho de 1938, em virtude da brutal e diabólica perseguição religiosa que deu lugar o êxodo de grande parte da família evangélica deste município que, com tristeza viu os seus templos danificados e derribados pelas mãos criminosas dos filhos de roma e -penso-pela força de seu trabalho de propagação evangelística (Ata nº 18 da sessão ordinária da Igreja Congregacional de Catolé do Rocha-PB, em 07 de junho de 1942).

Passados os primeiros meses dos conflitos, a Igreja de Brejo dos Cavalos decide reconstruir o templo em ruínas. Embora boa parte dos crentes de Catolé tivesse deixado a cidade, na verdade a maioria deles, os protestantes de Brejo dos Cavalos ainda permaneciam em seu torrão. Dessa forma, decidiram reerguer seu lugar de adoração. Ocorre que essa atitude acabou por gerar mais uma onda de perseguição antes mesmo que se completasse um ano da destruição dos templos protestantes do município. A reconstrução do Templo em Brejo dos Cavalos deu lugar a uma trama

que rendeu um processo criminal com mais de 50 pessoas envolvidas e algumas condenações e indenizações. Na noite do dia 31 de maio de 1939, outra vez a massa de Católicos romanos investe na destruição do templo evangélico de Brejo dos Cavalos.

Conforme se depreende nos autos do Processo Criminal, que tramitou na vara criminal da Comarca de João Pessoa-PB, tombado sobre o número 989, composto de um lado pela parte autora, Igreja Evangélica Congregacional da cidade de Patos-PB, representada pelo seu advogado, Horacio Almeida, e do outro, pela parte acusada, Elisiário Luiz da Costa e outros, há o provável envolvimento do Padre Joaquim de Assis nos atentados de 31 de maio de 1939, já que era o responsável pela paróquia durante o período dos conflitos que ocorreram entre os anos de 1938-1939. Ao que nos parece, havia certo inconformismo com o avanço do protestantismo na região sertaneja, o que não tardou em se manifestar através de atos de significativa intolerância religiosa, pois, conforme informado pelo caderno processual:

No lugar Brejo dos Cavalos, do município de Catolé do Rocha, deste Estado da Paraíba, a Igreja Evangelica Congregacional fez levantar uma Capela para o culto dos protestantes da redondeza ali domiciliados. Isso bastou para que os católicos se mostrassem assanhados e, com calculado intuito constuissem na vizinhança uma outra Capela para os seus fiéis. O objetivo dos católicos, a cuja frente estava o padre da freguesia, não era o de desenvolver o culto da sua religião, mas o de esmagar o protestantismo, como uma seita que merecesse ser combatida a ferro e fogo. A medida que os protestantes conquistavam um novo prosélito, a intolerancia, dos catolicos crescia de vulto. Cumulou pelo inominavel atentado de que dá noticia o inquerito policial oferecido por certidão. A massa ignara dos católicos, trabalhada por elementos de prestigio da sociedade de Catolé do Rocha, não trepidou em investir contra a pequena Igreja Evangelica, derrubando-a pela violência, num ato de intolerancia quasi selvagem. O fato ocorreu na noite de 31 de maio do corrente ano de 1939, após a realização de uma novena na capela catolica de Brejo dos Cavalos. A realização da novena foi mais um pretexto para a reunião dos catolicos e concerto de plano macabro. Engrolada a ladaíinha, os catolicos dirigiram-se em massa para o templo protestante e ali numa fúria insana deram execução á obra demolitoria (PROCESSO, fls. 10-11).

Conforme pode-se perceber, uma novena<sup>8</sup> foi agendada na capela católica para a noite da quarta-feira, dia 31 de maio de 1939, para que, após a reunião, houvesse o deslocamento de um grupo de religiosos católicos em direção ao templo congregacional, com o firme propósito de destruí-lo mais uma vez. É importante

---

<sup>8</sup> Uma novena é um conjunto de diversas orações realizadas em particular ou em grupo, ao longo de nove dias. É uma prática de espiritualidade geralmente direcionada a Deus, Santíssima Trindade, a Maria ou aos santos, dependendo das intenções.

também perceber que havia elementos de prestígios por traz da ação das massas que eram manobradas de acordo com interesses de tais elementos. Figuras que representavam as lideranças políticas, policiais e eclesiásticas do município de Catolé do Rocha estavam sendo expostas por esses conflitos, mesmo que pretendessem o anonimato. Os desdobramentos e resultados dos conflitos saíram do controle e, com o andamento das investigações e do Processo Criminal, os principais representantes da cidade de Catolé do Rocha passaram a correr riscos reais de exposições indesejadas em toda aquela situação, como fica evidente no depoimento às autoridades policiais, cujos registros revelaram que:

Um dos implicados afirma e tudo autoriza a crer que aquele trôço de católicos agiu por insinuação e influencia da gente graduada de Catolé do Rocha. A uma tamanha obra não podia deixar de estar ciente o padre da freguesia, o reverendo vigário Joaquim de Assis, que em intolerância religiosa mostra-se um bom discípulo de Loiola. E não foi esta a primeira vez que a causa protestante sofreu violências em Catolé do Rocha. Os católicos dali são veseiros nessas práticas criminosas, pois têm como certo a impunidade. Em 1938, no dia 18 de junho, houve uma serie de depredações. Desta vez, quase todas as Igrejas protestantes do município ruíram por terra. As violências começaram pela séde do município, na cidade mesma de Catolé do Rocha, bem nas barbas do delegado de policia, do prefeito municipal e do padre da freguesia. Assim foi que os católicos, animados pela atitude complacente das autoridades municipais, começaram as depredações na cidade e terminaram nas Congregações do Municipio. Depredaram o templo de Catolé do Rocha e derrubaram os de Brejo de Cavalos e Cajazeiras, tudo do município. Logo a seguir, agrediram com insultos pessoais e violencias físicas o missionário protestante – George Briault... À frente dessas arruaças estava o mui católico João Luiz Batista, digno secretario da Prefeitura de Catolé do Rocha (PROCESSO, fls. 12-13).

Como se pode notar, as autoridades da cidade de Catolé do Rocha, política, policial e eclesiástica, estavam todas dando cobertura para os atos de intolerância religiosa dos quais foram vítimas os protestantes. Não havia na região, a quem os Congregacionais pudessem recorrer para obter proteção, nem mesmo garantias de vida. Diante de tão graves conflitos, os protestantes só podiam apelar para as autoridades de outras instâncias, o que fizeram através do Rev. Nemesio Almeida, presidente da Confederação Evangélica do Brasil, que encaminhou com urgência telegrama ao Interventor da Paraíba, nesses termos:

Exmo. Sr. Argemiro de Figueiredo, digno Interventor Federal na Paraíba, João Pessoa, Paraíba. Saudações. Notícias hoje chagadas esta capital informam continuarem interior Paraíba perseguições religiosas contra evangélicos espancados impiedosamente Brejo dos Cavalos, Município de Catolé do

Rocha pt Rogamos a Vossa Excelência nome evangélicos do Brasil providências imediatas garantia vidas e livre exercícios cultos. Agradecemos a fineza Vossa Excelência comunicarmos providências tomadas para nosso governo. (a) Nemesio de Almeida, Presidente (O CRISTÃO, 1939a, p. 126).

Em pouco tempo, os protestantes estavam em comunicação com as autoridades do país, inclusive o Presidente da República. Por fim, o Interventor Federal na Paraíba foi acionado com solicitação, a fim de que tomasse as devidas providências com relação ao que estava ocorrendo no Sertão Paraibano. E de fato, não tardou muito e a resposta do Interventor chegou aos protestantes, nos seguintes termos:

Presidente Nemesio de Almeida, Presidente Confederação Evangélica do Brasil. Av. Erasmo Braga, 12 Rio. Acusando recebimento vosso telegrama tenho prazer informar-vos estão sendo tomadas rigorosas providências afim seja mantida no Estado mais completa liberdade de exercício cultos. Saudações. Argemiro de Figueiredo, Interventor Federal (O CRISTÃO, 1939a, p. 126).

Agora os fatos ocorridos no Alto Sertão da Paraíba, passaram a ganhar dimensões públicas e significativa divulgação pela imprensa protestante. A destruição do templo Congregacional em Brejo dos Cavalos, na noite daquela quarta feira, 31 de maio de 1939, se deu em um contexto de extrema violência e não poderia ficar sem as devidas providências. Foi, de fato, uma noite aterrorizadora, com mulheres e crianças saindo de casa no meio da noite, com medo e buscando refugiarem-se nos matagais. Crianças se perderam de seus pais na escuridão da noite só sendo encontradas ao amanhecer do dia. Os vários depoimentos dados à polícia, à época, nos dão alguma noção de como foi aquela noite. O senhor Francisco José Biserra, perguntado sobre o que sabia acerca dos fatos que envolveram aquela noite, disse: “terminada a novena o pessoal inventaram uma serenata, em direção da igreja Evangelica, o povo, começaram adepredar, uns derribando tijolos outros, procurando derribar o tecto, e outros davam tiros de pistola e rifle” (PROCESSO, fls.28-29).

Conforme se depreende dos relatos, entre 50 e 60 pessoas se dirigiram à Igreja Evangélica naquela noite e deram início à destruição completa. Paredes foram derrubadas, as linhas de madeiras foram cortadas, os bancos destruídos bem como todos os móveis que havia dentro do templo. O grupo dirigiu-se ao templo protestante, armados de picaretas, enxadas, machados, alavancas e espingardas para a efetivação de seu propósito. Buracos eram feitos nos pedaços de paredes que ainda estavam de pé e nomes dos protestantes eram postos ali simbolizando suas covas. Na ocasião, o

chefe de uma grande família, todos membros da Igreja de Brejo dos Cavalos, o senhor José Alves da Silva, com 66 anos de idade, sendo acordado por sua esposa, e temendo que algum dos seus filhos que moravam próximo à Igreja, estivessem sendo espancados, resolveu ir até o local, mas “ao chegar foi logo agarrado por um negro que lhe derribou, tendo outros de faca em punho procurando mata-lo, o que não conseguiram porque elle depoente sahi rolando pelo chão procurando fugir tendo conseguindo depois de receber diversas cacetadas” (PROCESSO, fl. 19). O Sr. José Alves da Silva veio a falecer dias depois por não suportar os ferimentos que lhe foram impostos pelos espancamentos daquela noite, tornando-se, dessa maneira, uma espécie de mártir para os protestantes do Sertão Paraibano.

*Figura 10: Sr. José Alves e esposa.*  
**Fonte:** Sylvestre (2004, p. 284).



As informações que temos arroladas, no caderno processual, nos dão conta da total falta de interesse das autoridades policiais locais em apurarem devidamente a verdade dos fatos, pois promoveram uma investigação altamente negligente. A denúncia feita é no sentido de que:

A policia avriu inquerito, mas isso fez só para constar. Nenhum interesse havia em apurar a verdade, mesmo porque saltava aos olhos que figuras representativas da cidade de Catolé do Rocha podiam ser descobertas como incitadores do atentado religioso. Foram presos uns 50 dos implicados, dos quais apenas 42 prestaram depoimentos. A autoridade que presidiu o inquerito não os interrogou devidamente, antes deixou que cada um contasse a sua história como bem entendesse (PROCESSO, fl. 11).

A negligência intencional da polícia local foi tal que somos informados sobre o fato de que, o inquérito policial dos acontecimentos, que sucederam-se em junho de 1938, se perdeu. Na verdade, foi a própria polícia quem deu fim ao inquérito, o

entendimento era que não era interessante prosseguir com as investigações, dado o fato de que, havia várias figuras de destaque por trás dos lamentáveis conflitos, sendo apenas preservado o inquérito de 1939. Pode-se chegar a essa conclusão pelo fato:

De todos esses fatos ocorridos em 1938 houve um inquerito policial, que depois de concluído levou fim. Por milagre não desapareceu também o inquerito do atentado havido em 31 de maio deste ano. Em se tratando de um crime contra a ordem social, era dever a autoridade competente remeter o inquerito a esse Egregio Tribunal. Mas, disso não cuidava a policia por não convir aos inferiores interesses da policica municipal do alto sertão da Paraíba. A policia deu sumiço ao inquerito dos deploráveis acontecimentos de 1938 e não remeteu ao destino competente o instaurado em 1939, o qual vae todo por certidão em anexo. Como se vê, a Igreja do logarejo de Brejo dos Cavalos foi demolida duas vezes por mãos criminosas. Em 1938 foi posta abaixo quasi totalmente. Reconstruida, pouco tempo depois foi novamente demolida. É um fato que enodôa os nossos fóros de civilizados e reclama da Justiça Publica providencias moralizadoras (PROCESSO, fls. 13-14).

Esse contexto produzia, nas diversas famílias protestantes, a total sensação de abandono por parte do Estado, pois eram de fato, pessoas mantidas à margem da sociedade, excluídas do convívio social. O protestante tornou-se um pária, sem se importar se ele pertencia ou não àquelas terras, por direito de nascimento. É importante atentar para a natureza do sentimento, que dominava o inconsciente coletivo protestante após os acontecimentos do ano de 1939. E não era meramente uma percepção subjetiva de sua situação, era o contexto histórico concreto vivenciado por eles. A informação era que:

Ainda hoje os protestantes de Catolé do Rocha se sentem ameaçados, sem garantia da policia e impedidos de livremente exercer o culto de sua religião. As igrejas continuam depredadas, os pastores corridos do município e os crentes sem liberdade de reunião. Debalde têm apelado para a autoridade policial, e para as outras influencias da terra. O prefeito e o chefe politico local já disseram aos pastores evangelicos que não era prudente recomeçarem o culto religioso, mesmo porque êles, autoridades locais, não deixariam de estar com a maioria para ficar com a causa dos protestantes. É essa a situação de liberdade existente em Catolé do Rocha para afronta da Constituição Federal e descredito das leis do país (PROCESSO, fl. 14).

Toda essa situação forçaria os crentes a começarem a pensar na real possibilidade de deixarem sua terra natal. E foi o que começou a acontecer. Muitos dos crentes de Catolé do Rocha já tinham deixado o município, os cultos evangélicos já não eram realizados lá. Agora, muitas famílias protestantes de Brejo dos Cavalos, também se preparam para deixar seu torrão. O êxodo dos crentes ali foi significativo,

várias famílias e comerciantes de projeção mudaram-se, principalmente, para o Estado do Ceará, escolhendo os municípios de Boa Viagem, Cedro e outros. Os conflitos deixaram um rastro de destruição no trabalho Congregacional que levaria anos para a sua recuperação. Para se ter apenas uma ideia da real situação, em seus relatórios registrados no livro de tombo, no ano de 1943, o Padre Américo Maia informa que “o Protestantismo sofreu considerável baixa nos seus arraiais com a pregação constante do vigário, ficando reduzido o número de seus adeptos” (LIVRO DE TOMBO, fl. 45).

**Figura 11:** Pe. Américo Maia.

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha, ([2004], p. 06).



De fato, no início do ministério do Rev. Antônio Francisco Neto, em 1941, e que durou mais de quatro décadas em Catolé do Rocha, foi em extremo difícil, pois “os crentes tinham fugido quase todos para os estados vizinhos. Em Catolé do Rocha só existiam dois ou três crentes e assim mesmo com medo de participar dos trabalhos. Então, o Pastor começou o trabalho com os sogros, sua esposa e cunhada” (FIGUEREDO, 2016, p. 40).

Mas foi em meados da década de 1940 que o cenário político experimentou uma reviravolta, que, por fim, serviu também para apaziguar os ânimos naquela sofrida região sertaneja. O Presidente da República, Getúlio D. Vargas, destituiu o Interventor Federal da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, para, em seu lugar, nomear o Dr. Rui Carneiro como novo Interventor Federal. Desde a Constituição de 1937, os prefeitos eram nomeados pelos interventores e durou até 1946, quando o regime democrático

foi restabelecido (MARIZ, 1980, p. 39). Uma das ações mais enérgicas do novo mandatário do Estado da Paraíba foi destituir o prefeito de Catolé do Rocha, Eugênio Luiz de Oliveira e nomear em seu lugar, Emídio de Souza. O novo prefeito se confessava adventista do sétimo dia, houve vários protestos e articulações de lideranças católicas, porém o nome foi mantido. Com a troca de políticos, as perseguições aos protestantes foram arrefecendo. O trabalho protestante em Catolé, a partir de 1941, com o pastorado do Rev. Francisco Neto, tenta recomeçar.

As atividades da Igreja de Brejo dos Cavalos também retornou aos poucos. À semelhança da Igreja de Catolé, a Congregação de Brejo dos Cavalos passou igualmente cerca de três anos sem a realização de suas assembleias por causa dos conflitos, como bem se pode notar pela lacuna de seu primeiro livro de ata. Durante o ano de 1942, as assembleias da comunidade congregacional eram realizadas, conforme os registros das atas, em salão particular da residência do Sr. Joaquim Alves, membro da Igreja e, posteriormente, ordenado Diácono. A razão de se reunirem nesse salão particular era o fato de que, mais de três anos após a sua derrubada, o templo protestante ainda estava em ruínas. Contudo, conforme registrado nas atas da Igreja, em assembleia extraordinária, os protestantes congregacionais se reuniram para:

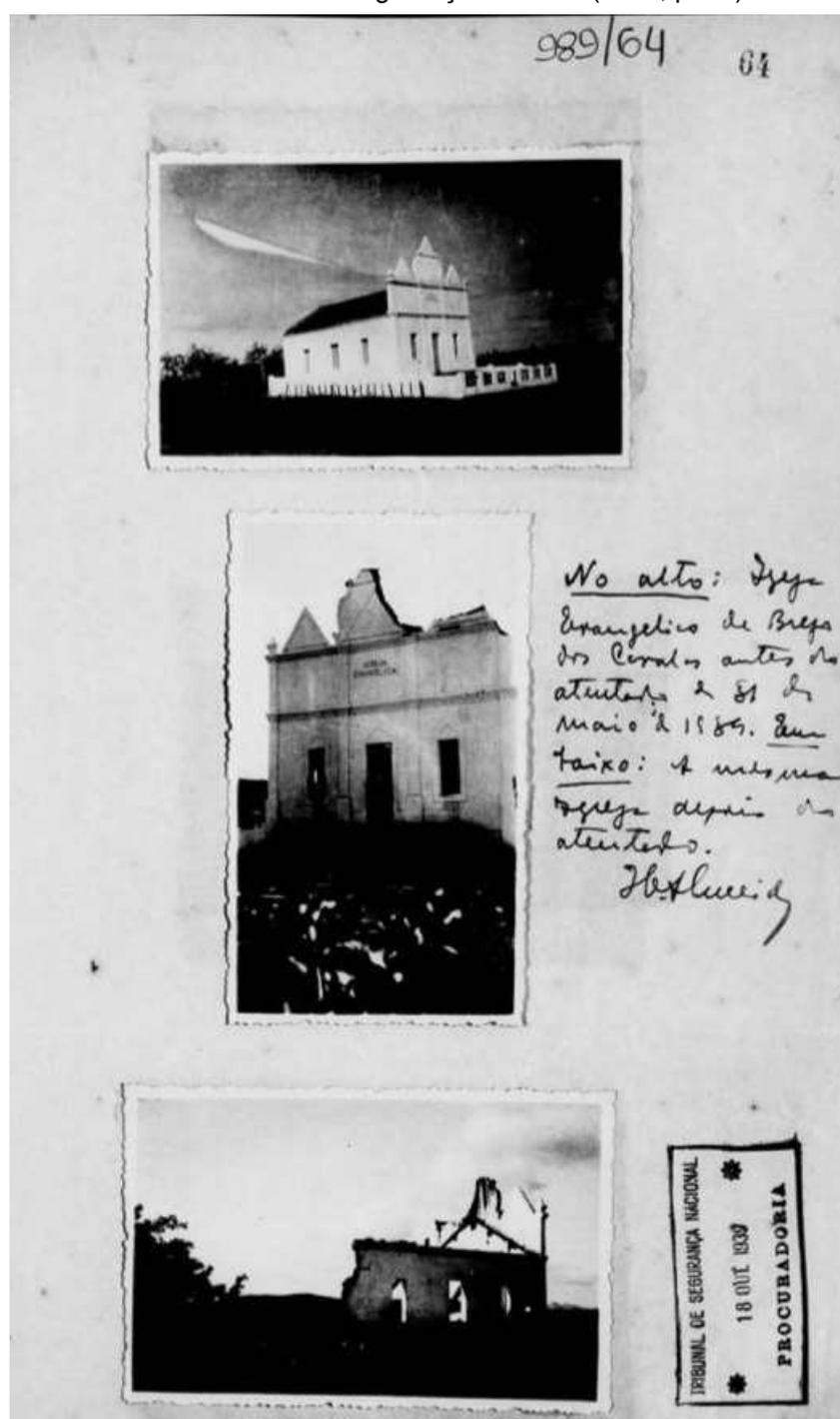
Tratar do caso da reconstrução da Igreja. havendo na caixa da reconstrução a quantia de um conto de reis... Resolvemos reconstruir a Igreja. tendo-se feito um orçamento para as despesas atingiu a importância 15000,00 por isto resolveu a Igreja em sessão tomar emprestado a congregação de cajazeiras do caixa de reconstrução a importância de 5000,00 a qual avia oferecido por empréstimo na pessoa do seu representante, o Reverendo Antonio Neto (Ata da sessão extraordinária da Igreja Congregacional de Brejo dos Cavalos-PB, em 27 de outubro de 1942).

Era hora de reconstruir o templo e retomarem as atividades missionárias da Igreja. Algumas famílias começam a retornar de seu exílio, o trabalho protestante em Brejo dos Cavalos agora começa a ganhar força, e com o tempo, o número de crentes foi crescendo mais e mais. O templo foi reconstruído mais uma vez, ficou pequeno e teve que ser ampliado com todos os crentes envolvidos nessa obra. Estavam lutando pela ampliação da pequena igreja todos, homens, mulheres e crianças (CARNEIRO, 2006, p. 50-51). Na verdade, cada um estava dando sua contribuição para a construção não apenas de um templo de tijolos e pedras, mas para a construção de esperanças outrora arruinadas, identidades destruídas e dignidades que foram

massacradas. O templo foi reconstruído e ampliado, como também o de Catolé e de Cajazeirinhas, e permanecem ainda hoje no mesmo lugar. Todos como uma espécie de testemunho para proclamar que a resistência e perseverança se ergueram vitoriosas contra os ventos de intolerância que algum dia sopraram, mas não prevaleceram por aquelas bandas.

**Figura 12:** Ruínas das igrejas citadas no Processo Criminal.

**Fonte:** Tribunal de Segurança Nacional (1939, p. 64).



## 5 REFLEXÕES CONCLUSIVAS

Conflitos vivenciados no contexto religioso não são uma novidade nas páginas da história. Essa não foi a primeira, nem se tratará da última vez em que uma pesquisa acadêmica se propõe a tratar sobre os embates ocorridos entre as diferentes expressões da religiosidade humana. Entendemos que existem muitos benefícios em aprender com as lições extraídas da cuidadosa observação dos acontecimentos que tiveram lugar no Sertão Paraibano, durante a década de 1930. São esses acontecimentos, com todos os seus desdobramentos, que buscamos analisar nas páginas desse trabalho de pesquisa.

As lutas de natureza religiosa, com as quais os congregacionais estiveram envolvidos ao longo de sua trajetória, não se resumem ao que ocorreu na região sertaneja do Estado da Paraíba, nos anos de 1930. O congregacionalismo enfrentou vários embates religiosos, tanto em terras sertanejas, como também em outras partes do Brasil. Na verdade, a gênese e o desenvolvimento do congregacionalismo, datados desde fins do século XVI e início do século XVII, não se deram sem o experimentar dos mais intensos e variados tipos de conflitos religiosos de que se tem registro nas páginas da história do protestantismo inglês. Portanto, embates de natureza religiosa não são uma novidade para o protestantismo de natureza congregacionalista, como também não são uma novidade para nenhuma expressão da religiosidade humana.

Nosso interesse pelas disputas religiosas, que tiveram ocasião no Sertão Paraibano, entre congregacionais e católicos romanos foi, exatamente, pelo fato de termos percebido que esses conflitos, suas causas e conseqüências ainda não tinham sido devidamente analisados e historiados, a fim de que pudéssemos ter uma adequada compreensão deles. Tal procedimento seria, sem sombras de dúvida, fundamental tanto para somar com a história religiosa brasileira, como também para contribuir com o resgate da tradição congregacional do protestantismo no Brasil.

Pesquisadores do fenômeno religioso recebem, dentre outras incumbências, o chamado para descrever e explicar, de maneira crítica, os acontecimentos ligados às mais diferentes expressões da religiosidade que encontram espaço na comunidade dos homens. O propósito disso é que tenhamos melhor compreensão desses fenômenos, o que, conseqüentemente, nos proporcionará uma melhor compreensão da cultura e do contexto nos quais estamos inseridos.

Dessa forma, o presente trabalho objetivou proporcionar uma compreensão mais adequada da trajetória do congregacionalismo no Nordeste do Brasil, discutindo os importantes acontecimentos da década de 1930, no Sertão Paraibano, para uma mais adequada compreensão do percurso feito pelo protestantismo, primeiramente congregacionista, nessa região das terras brasileiras.

Sendo a inserção da fé e prática protestantes no Sertão Paraibano uma ação empreendida, primeiramente, por missionários congregacionais, era de se esperar que o pioneirismo dessa história tivesse seus atos registrados para o testemunho histórico e o devido conhecimento das futuras gerações, especialmente de protestantes congregacionistas. Esse é um dos caminhos pelos quais os mais diferentes grupos religiosos preservam e se apropriam de sua identidade. Isso deve ser afirmado sempre, já que, como vimos, a história é o fio da identidade coletiva, assim como a memória é o fio da identidade individual. Nesse sentido “é muito difícil, se não impossível, funcionar na sociedade se não sabemos quem somos e como chegamos onde estamos” (LINDBERG, 2001, p. 14).

Conforme acompanhamos ao longo do segundo capítulo desse trabalho, o congregacionalismo possui uma rica tradição histórica, teológica e eclesiológica dentro do arcabouço maior da reforma protestante, que ocorreu no século XVI. Assim, como buscou-se demonstrar, deve ficar claro para o leitor, que o século XVI não produziu uma reforma protestante, porém várias reformas, e o congregacionalismo está inserido em um desses movimentos de reforma, a reforma inglesa. Qualquer estudioso que nutrir algum interesse pela história do congregacionalismo terá que, inevitavelmente, visitar as páginas da história do puritanismo inglês e toda a sua trama, desde meados do século XVI até as primeiras décadas do século XVII, para compreender algo de suas origens, formação e desenvolvimento. Essa, portanto, foi a razão pela qual julgamos importante e necessário fazer o percurso da reforma nas terras inglesas do século XVI.

Como bem verificamos, não foi apenas em terras inglesas que o congregacionalismo lutou por sobrevivência. Desde os primeiros momentos em solo brasileiro, foram muitos os caminhos e variados os desafios que precisaram ser encarados pelos missionários congregacionistas. O Dr. Robert Reid Kalley e sua dinâmica esposa, Sarah Polton Kalley, tiveram que trilhar uma senda, em absoluto espinhosa, para consolidarem sua obra missionária no Brasil imperial.

A essa altura, fomos lembrados das mais diferentes formas estratégicas utilizadas pelo missionário escocês. Essas estratégias vão desde o uso de seus conhecimentos e habilidades como médico e farmacêutico, que beneficiaram tanto ricos quanto pobres no Rio de Janeiro, até suas articulações com grandes nomes do cenário político-brasileiro da segunda metade do século XIX. Essas figuras da liderança política brasileira iam desde senadores até o imperador do Brasil, o próprio Dom Pedro II. Essa atuação produziu benefícios permanentes para cristãos protestantes no Brasil, tais como o direito de ter cerimônia de casamento com reconhecido valor civil perante às autoridades através da instrumentalidade de ministros protestantes, dentre outros. Dessa maneira, vários espaços começaram a ser preenchidos no campo religioso brasileiro, através da presença e do trabalho do Dr. Robert Kalley e sua esposa Sarah.

Evidentemente, essa presença não poderia ser ignorada por parte das autoridades católicas do país, que passaram a enxergar o missionário congregacional como uma ameaça no campo religioso, dominado, até então, pela Igreja estabelecida. As reações foram imediatas, pois, como bem se sabe, “quando as relações de forças são favoráveis à igreja, a consolidação dessa depende de sua supressão do profeta (ou seita) por meio de violência física ou simbólica” (BOURDIEU, 2015, p. 62). Foi exatamente nesse contexto de considerável hostilidade que o congregacionalismo deu início a sua trajetória no Brasil oitocentista, começando pela região Sudeste, mais especificamente no Rio de Janeiro, para então, chegar ao Nordeste e, por fim, espalhar-se por todo o país.

Forçoso nos foi entender a natureza do Sertão Paraibano, pois os conflitos que buscamos analisar ocorreram naquela região. Esse trabalho de pesquisa não estaria adequado se negligenciasse uma necessária contextualização para o leitor, no que se refere a questões em torno da história do Sertão do Estado da Paraíba. Dessa forma, em nossa abordagem, procuramos oferecer uma visão panorâmica do Sertão Paraibano, desde o período das invasões, passando rapidamente pelos tempos de sua completa ocupação, até que chegamos ao período dos conflitos que ocorreram entre os congregacionais e os católicos na década de 1930, o que nos proporcionou uma visão geral sobre a região pesquisada.

Durante a construção do terceiro capítulo, procuramos privilegiar olhares voltados para a cultura sertaneja, como também, sobre os aspectos econômicos, políticos, sociais e religiosos. Fizemos por entendermos que, os referidos fatores, são

elementos fundamentais no processo de reconstrução, para uma compreensão mais adequada do contexto que produziu os embates que procuramos analisar durante nosso trabalho de pesquisa. A nossa caminhada não pôde prescindir, sob hipótese alguma, da realidade do Sertão, nem muito menos de como era a vida daqueles que ocupavam esse espaço geográfico e que tem sido objetos de nossa investigação. Por isso, fez-se necessária certa abordagem do tempo, da geografia, cultura e dos demais aspectos daquela região paraibana.

Compreender como funcionava a vida e os costumes do povo sertanejo e como eram a cultura e o contexto nesses recortes geográfico e temporal nos forneceram as condições necessárias para iniciarmos a devida análise dos conflitos de Catolé do Rocha e região. Como bem observamos, os conflitos não surgem de uma hora para a outra, não se tratavam de atos desconexos ou aleatórios. É preciso entender que o Sertão Paraibano é, em si mesmo, uma região que manteve tradicionalmente um histórico de conflitos em muitas áreas e, portanto, a religiosa será apenas mais uma a tornar-se palco de desentendimentos entre diferentes interesses e expressões da religiosidade brasileira.

De acordo com nossa compreensão, não seria em nada adequado para a presente pesquisa, lançar-nos a tal empreendimento, sem fornecer ao leitor pelo menos uma visão minimamente generalizada da discutida situação sertaneja, o que nos esforçamos por fazer durante a abordagem do terceiro capítulo do trabalho que agora apresentamos.

Em nosso quarto capítulo, procuramos examinar diretamente os conflitos ocorridos na região de Catolé do Rocha e adjacências. Os conflitos que tiveram lugar em Catolé do Rocha, antiga Brejo dos Cavalos, Cajazeirinhas e no Sítio do Cajueiro, foram os focos dos embates analisados por essa pesquisa. Como tivemos oportunidade de observar, os conflitos entre católicos e congregacionais foram, sobretudo, intensos, trazendo graves consequências para as regiões envolvidas e uma significativa carga de sofrimentos para os religiosos protestantes que, à época, foram espoliados do direito de praticar seu culto e sua religião, de acordo com os ditames de sua própria consciência.

Não apenas debates teóricos e públicos tiveram ocasião nas terras sertanejas do Estado da Paraíba, durante o período da década de 1930. Houve também, como bem pudemos observar, confrontos de natureza física, violências corporais, como no caso do ocorrido com o senhor José Alves da Silva, um crente congregacional com

aproximadamente 65 anos de idade e que era membro da Igreja Congregacional de Brejo dos Cavalos. José Alves Silva, chefe de uma numerosa família, todos pertencentes à Igreja Congregacional, quando tomou conhecimento da destruição do templo protestante, na noite de 31 de maio de 1939, dirigindo-se ao local na tentativa de impedir o ato, foi duramente surrado, como consta no inquérito policial que analisamos.

Os atos de violência daquela noite levaram o referido protestante a falecer alguns dias após os ataques, em consequência de não ter suportado os ferimentos. Familiares desse cristão congregacional morto, devido aos conflitos do ano de 1939, ainda permanecem na Igreja de Brejo dos Cavalos (hoje Brejo dos Santos). Na verdade, eu tive oportunidade de conversar com seu bisneto, que hoje serve como ministro da Igreja, o Rev. Edinaldo Alves da Silva, que, há 27 anos, é pastor da Igreja Congregacional de Brejo dos Santos.

Durante essa pesquisa, esperamos ter deixado claro que o protestantismo era, na perspectiva católica, uma real ameaça no campo religioso e, até então, uma exclusiva dominação da religião católica. Nossa pesquisa procurou demonstrar que os protestantes congregacionalistas não eram figuras meramente passivas nos conflitos religiosos da década de 1930. Esses congregacionais eram protagonistas na disputa pelo espaço religioso, com atuações fortes o suficiente para incomodar de maneira significativa a religião dominante no cenário brasileiro, a Católica.

Em nossas investigações, verificamos que os congregacionais não eram apenas alvos de ataques, ou meramente se defendiam deles, mas, com frequência, atacavam peremptoriamente a religião romana e seus respectivos representantes. Para se ter apenas uma ideia, os jornais protestantes que analisamos com edições nas décadas de 1920 e 1930, em todos os seus números, reservaram espaço cativo para combater posturas e doutrinas da Igreja Católica.

Na verdade, como já tivemos oportunidade de acompanhar, os embates que culminaram com a destruição dos templos congregacionais, em 1938, começaram com uma série de conferências teológicas. Diante disso, a Igreja Congregacional de Catolé do Rocha procurou denunciar o que considerava natureza idólatra da religião católica apostólica romana, de maneira que atos de intolerância e de desrespeito à alteridade poderiam ser facilmente percebidos de todos os lados.

É preciso afirmar, entretanto, que, como a religião católica, naquele momento, possuía mais condições para “lançar mão do capital religioso na concorrência pelo

monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso” (BOURDIEU, 2015, p. 57), seus atos contra os congregacionais, naquele período, se revestiram de uma maior visibilidade.

Essa constatação, contudo, não deve nos levar à conclusão de que os congregacionais foram meramente passivos em todo esse processo que envolveu os conflitos de natureza religiosa, no Sertão Paraibano da década de 1930. Pelo contrário, agiram e reagiram através de vários mecanismos que estavam a sua disposição, como jornais; artigos; debates públicos travados com os padres em várias regiões; pregações de seus púlpitos em suas igrejas e de todas as formas que estivessem ao seu alcance no período dos embates; de maneira que, vários exemplos, ao longo da exposição dessa pesquisa, podem perfeitamente demonstrar ao leitor a veracidade do que ora afirmamos. Esperamos, portanto, poder ter deixado suficientemente claro essas proposições ao longo de nossa produção. Caso o leitor julgue que o referido propósito foi alcançado, estaremos imensamente satisfeitos.

O presente trabalho é produto da utilização de material bibliográfico e documental. Formaram as bases para a nossa escrita tanto livros, como também documentos chamados primários (Atas, Livro de Tombo, Processo Criminal e jornais da época), todos manuseados com o propósito de reconstruir o passado dos conflitos sertanejos da década de 1930.

É preciso dizer que os documentos se completam, de maneira que o que falta em um é, muitas vezes, esclarecido pela leitura dos outros. Cabe a cada pesquisador trabalhar de maneira que possa permitir que os documentos a sua disposição falem, a fim de explicar o que sabem sobre o período e os fatos ora pesquisados. Logo, foi o que tentamos fazer e esperamos ansiosamente ter conseguido. Contudo, apenas o leitor sentenciará se conseguimos êxito nesse empreendimento ou não.

Evidentemente, não foi possível explorar os referidos documentos de maneira a esgotar completa e plenamente seus conteúdos, nem era essa a nossa pretensão. Dessa forma, buscamos apenas as informações que nos ajudariam a compreender os conflitos travados entre os católicos e os congregacionais, na cidade de Catolé do Rocha e região, durante os anos da década de 1930.

Assim sendo, há muito ainda para ser pesquisado sobre temas envolvendo o congregacionalismo. Nenhuma pesquisa esgota, plena ou completamente, todos os potenciais de informação do objeto pesquisado. Haverá sempre outro olhar ou outras interpretações a serem oferecidas, as abordagens serão tantas quantos forem os

pesquisadores envolvidos no processo. É preciso, por exemplo, perceber a importância de se estudar a natureza do Congregacionalismo, que foi inserido no Brasil pelos esforços missionários do Dr. Robert Reid Kalley.

Ainda falta verificar, com mais cuidadosa atenção, os pontos de continuidade e descontinuidade entre o modelo inglês e o brasileiro. Seria uma grande contribuição, para uma compreensão mais responsável dessa importante parcela do protestantismo histórico, a decisão de, antes de se fazerem grossas afirmações com relação a uma completa continuidade ou uma absoluta descontinuidade entre o modelo europeu e o brasileiro, empreender-se uma rigorosa análise dos distanciamentos e aproximações destas duas tradições. Um esforço mais sério e cuidadoso, nesse sentido, certamente surpreenderia muitos pesquisadores, ao tempo em que enriqueceria, sem dúvida alguma, a tradição do protestantismo de natureza congregacionalista.

O jornal "Norte Cristão" ainda merece um trabalho de pesquisa dedicado. Há, naquele periódico, muitas informações sobre os protestantes congregacionais que não têm sido trabalhadas, entre as edições que vão de 1926 a 1935. Esse vasto conteúdo fornece, para o pesquisador interessado por esse campo de pesquisa, tanto informações sobre as igrejas congregacionais, como também estão registrados ali o tipo de visão que aqueles protestantes tinham da religião católica e os embates travados, a partir da escrita de vários artigos que atacavam a Igreja Romana.

Uma incômoda dificuldade encontrada por nós, durante a pesquisa, foi a prejudicial desorganização das igrejas congregacionais, no que se refere à preservação de suas fontes históricas. Há pouca ou nenhuma preocupação com a existência histórica entre as igrejas congregacionais. Livros de Atas se perdem, antigos periódicos desaparecem, acontecimentos importantes deixam de ser registrados. Tudo isso tem prejudicado o resgate histórico de uma das principais tradições do protestantismo, surgida no século XVI e com mais de 160 anos de atuação no campo religioso brasileiro.

No que se refere à tradição congregacional no Brasil, não se tem um centro documental com dados e documentos que fiquem à livre disposição para o trabalho de pesquisadores. Os documentos estão espalhados pelas igrejas, em arquivos e bibliotecas particulares que fazem com que o pesquisador dependa, muitas vezes, da sorte ou boa vontade de quem detém relevantes documentos e que, na maioria das vezes, não possuem a mínima noção de sua importância para a preservação identitária e histórica dessas comunidades religiosas.

Mesmo o congregacionalismo possuindo várias confederações de igrejas espalhadas por todo o Brasil, não se tem ainda um arquivo que seja de interesse comum, onde pesquisadores possam recorrer para realizar seu trabalho de investigação histórica. Essa é uma constatação que nos leva a lamentar, profundamente, já que tal situação se verifica com evidente prejuízo para a reconstrução da história da tradição congregacional no Brasil. Esperamos, sinceramente, que futuras gerações entre os congregacionais despertem para que tenham todo o cuidado em não apenas resgatar, mas também em preservar os registros da história, da vida e das práticas religiosas de suas comunidades.

Tal procedimento é imprescindível, a fim de que se preserve entre os congregacionais, não apenas a história, mas, acima de tudo, a própria identidade desta importante tradição oriunda da reforma protestante do século XVI. Se com esse trabalho tivermos contribuído para, pelo menos, despertar o menor dos desejos, nesse sentido, teremos alcançado o êxito esperado em nossos esforços.

## REFERÊNCIAS

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

#### Fontes primárias

#### Periódicos protestantes

NORTE CRISTÃO. Recife, setembro de 1932, anno VII, número 9. p. 1.

\_\_\_\_\_. Recife, março de 1931, anno VI, número II. p. 4.

\_\_\_\_\_. Recife, setembro de 1930, anno V, número IX. p. 4.

\_\_\_\_\_. Recife, setembro de 1928 (g), anno III, número 9. p. 2.

\_\_\_\_\_. Recife, agosto de 1928 (f), anno III, número, 8. p. 2.

\_\_\_\_\_. Recife, julho de 1928 (e), anno III, número, 7. p. 3.

\_\_\_\_\_. Recife, junho de 1928 (d), anno III, número 6. p. 1.

\_\_\_\_\_. Recife, maio de 1928 (c), anno III, número 5. p. 1.

\_\_\_\_\_. Recife, março de 1928 (b), anno III, número 3. p. 4.

\_\_\_\_\_. Recife, janeiro de 1928 (a), anno III, número 1. p. 1.

\_\_\_\_\_. Recife, novembro de 1927, anno II, número 11. p. 3.

O CRISTÃO. Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1939 (b), ano XLVIII, nº 20. p. 236.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1939 (a), ano XLVIII, nº 11. p. 126.

#### Livros de Atas das Igrejas Congregacionais do Sertão Paraibano

Ata da 6ª sessão extraordinária da Igreja Congregacional de Catolé do Rocha-PB, em 04 de agosto de 1937.

Ata da 14ª sessão ordinária da Igreja Congregacional de Catolé do Rocha-PB, em 20 de fevereiro de 1938.

Ata da Nº 18 sessão ordinária da Igreja Congregacional de Catolé do Rocha-PB, em 07 de junho de 1942.

Ata da 20ª sessão ordinária da Igreja Congregacional de Brejo dos Cavalos-PB, em 14 de agosto de 1938.

Ata da sessão extraordinária da Igreja Congregacional de Brejo dos Cavalos-PB, em 27 de outubro de 1942.

### **Livro de tomo da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios**

LIVRO DE TOMBO de número 1 da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios do ano de 1935 a 1955 da Cidade de Catolé do Rocha-PB.

### **Processo Criminal**

TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL, Procuradoria. **Processo n. 989**, 18 de outubro 1939. (Processo Criminal que tramitou na vara criminal da comarca de João Pessoa-PB, tombado sobre o número 989 com a notação (C8.0.APL.467 Tribunal de Segurança Nacional) no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

### **Livros e Artigos**

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba** – Tomo II. Conselho Estadual de Cultura. João Pessoa-PB: UFPB Editora Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_. **História da Paraíba** – Tomo I. 2. ed. João Pessoa-PB: Editora Universitária UFPB, 1978.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 4. ed. Brasília-DF: Edição conjunta Senado Federal/Fundação Casa José Américo, 1994.

ARAÚJO, Vicente Ferrer de Barros Wanderley. **Seitas Protestantes em Pernambuco**. Subsídios históricos com um estudo sobre o calvinismo em Pernambuco. Recife-PE: Typographia do Jornal do Recife, 1906.

BEEKE, Joel R.; PEDERSON, Randall J. **Paixão pela Pureza**: Conheça os Puritanos. São Paulo: PES, 2010.

BERCÉ, Yves-Marie; MOLINIER, Alain; PÉRONNET, Michel. **El siglo XVII: de la Contrarreforma a las Luces**. Traducción de Isabel BONET. Madrid: Ed. Akal, 1991 (original francês, **Le XVIIe siècle**, 1620-1740. Paris: Hachette, 1984).

BETTENSON, Henry. **Documentos da Igreja Cristã**. São Paulo: Aste, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

- \_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** Tradução de Denice Barbaba Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BOZZANO, Frei. Damião. **Em Defesa da Fé.** 4. ed. Recife: EDIÇÕES UNIÃO GRAFICA S.A. 1958.
- BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil Geral e Regional Nordeste.** São Paulo: Editora Cultrix, 1967. Vol. II.
- CAIRNS, Earlee. **O Cristianismo Através dos Séculos – Uma História da Igreja Cristã.** 3. ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.
- CANETTI, Elias. **Massa e Poder.** São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 2019.
- CARDOSO, Douglas Nassif. **Sarah Kalley: Missionária pioneira da evangelização do Brasil.** São Bernardo do Campo: Editora do Autor, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Práticas Pastorais do Pioneiro da Evangelização no Brasil.** São Bernardo do Campo: Editora do Autor, 2002.
- CÉSAR, Salustiano Pereira. **O Congregacionalismo no Brasil: Fatos e feitos históricos.** Rio de Janeiro, Editora OMEB. 1983.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: Campanha de Canudos.** São Paulo: Editora Abril S.A., 2010. Vol. I.
- EVERY-CLAYTON, Joyce Elizabeth Winifred. A Inserção do Protestantismo no Nordeste. In: BRANDÃO, Sylvana. **História das Religiões no Brasil.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004. Vol. III.
- \_\_\_\_\_. **Um Grão de Mostarda...** Documentando os inícios da igreja Evangélica Pernambucana. Igreja Evangélica Pernambucana, Recife – PE, 1998.
- \_\_\_\_\_. UM DISCURSO MISSIONÁRIO NO SEGUNDO IMPÉRIO: ROBERT REID KALLEY Ensaio a partir do Estudo da Vida e Obra de Robert Reid Kalley no Brasil entre 1855 e 1876. Recife: Tese (Doutorado em Teologia) Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, 1995.
- \_\_\_\_\_; ARAÚJO, Marcos Robson Quaresma de. **Caruaru 100 anos de Luz.** Igreja Evangélica Congregacional de Caruaru. 1898-1998. História do primeiro centenário. Caruaru-PE. Editora Artberg, 1998.
- FERREIRA, J. M.; SANTANA FILHO, M.B. **Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil. Origens, Histórias e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Edigráfica, 2016.
- FIGUEIREDO, M. G. **Catolé do Rocha, Berço da Evangelização no Alto Sertão da Paraíba.** Cajazeiras-PB: Editora e Gráfica Real, 2016.
- FORSYTH, William B. **Jornada no Império: vida e obra de Dr. Kalley no Brasil.** São Paulo: Fiel, 2006.

- GOMES, Laurentino. **1808**: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil Ltda., 2007.
- GONZALEZ, Justo L. **Uma história do pensamento cristão**: Da Reforma Protestante ao século 20. São Paulo: Cultura Cristã, 2004. Vol. 3.
- HAHN, Carl Joseph. **História do Culto Protestante no Brasil**. São Paulo: Aste, 2011.
- HULSE, Erroll. **Quem foram os Puritanos? ...e o que eles ensinaram?** São Paulo: PES, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Tendências demográficas**: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos de 1940 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.
- KLEIN, Carlos Jeremias. **Manual de História da Igreja**. São Paulo: Fonte Editorial, 2007.
- LATOURETTE, Kenneth Scott. **Uma história do Cristianismo**: volume II: 1500 a.D. a 1975 a.D. Tradução Heber Campos. São Paulo: Hagnos, 2006.
- LÉONARD, Émile-Guillaume. **O Protestantismo Brasileiro**: Estudo de Eclesiologia e de História Social. Tradução de Lineu de Camargo Scützer. 2. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP/ASTE, 1981.
- LINDBERG, Carter. **As Reformas na Europa**. São Leopoldo: Sinodal, 2001.
- LINDSAY, T. M. **A Reforma**. Lisboa: Livraria Evangélica, 1912.
- LLOYD-JONES, D. M. **Os Puritanos – Suas Origens e Seus Sucessores**. São Paulo: PES. 1993.
- MARIZ, C. **Notícia Histórica de Catolé do Rocha**. Mossoró: Coleção Mossoroense, Volume CXXII, 1980.
- MCGRATH, Alister. **A Revolução Protestante**: Uma provocante história do protestantismo contada desde o século 16 até os dias de hoje. Brasília: Ed. Palavra, 2012.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**. 13. ed. João Pessoa: Editora A União, 2014.
- MELO, A. L. **Catolé do Rocha em muitas lentes**. João Pessoa: UFPB/BC, 2013.
- MELO, Júlio Leitão de. **De Roma para Cristo ou da morte para a vida**: autobiografia. Rio de Janeiro: B. de Souza, 1960.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O Celeste Porvir: A Inserção do Protestantismo no Brasil**. São Bernardo do Campo: Editora IMS-Edims, 1995.

\_\_\_\_\_; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

NOLL, Mark A. **Momentos Decisivos na História do Cristianismo**. São Paulo. Cultura Cristã, 2000.

OLIVEIRA, Josué Alves. **Vocação e Projeção**. Santos-SP: A Tribuna de Santos-Jornal e Editora Ltda, 1987.

PORTO FILHO, Manuel da Silveira. **Congregacionalismo Brasileiro: Fundamentos históricos e doutrinários**. 2. ed. Rio de Janeiro: DERP/UIBCB. 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA. **Revista** publicada pela Prefeitura em comemoração aos 169 anos de emancipação política de Catolé do Rocha, edição histórica. Catolé do Rocha, [2004], p. 06.

RÉMOND, René. **História dos Estados Unidos**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ROCHA, João Gomes da. **Lembranças do Passado**. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2013a. Vol. I.

\_\_\_\_\_. **Lembranças do Passado**. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2013b. Vol. II.

\_\_\_\_\_. **Lembranças do Passado**. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2015. Vol. III.

\_\_\_\_\_. **Lembranças do Passado**. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2017. Vol. IV.

SANTOS, Lyndon de Araújo. **Os mascates da fé: histórias dos evangélicos no Brasil (1855 a 1900)**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

\_\_\_\_\_; LIMA, Sérgio Prates. **Robert Reid Kalley: Um missionário-diplomata na gênese do protestantismo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2012.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 2004.

SEABRA, Giovanni. **Paraíba**. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

SILVA, Elizete da; SANTOS, Lyndon de Araújo; ALMEIDA, Vasni de (Orgs). **Fiel é a Palavra: Leituras Históricas dos Evangélicos Protestantes no Brasil**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

SILVA JÚNIOR, Eiel Rafael da. **Andarilhos no Sertão: A Chegada e a Instalação do Protestantismo em Boa Viagem (CE)**. Fortaleza: Premius, 2015.

SYLVESTRE, Josué. **Fatos e personagens de perseguições a evangélicos: Antes que as Marcas se Apaguem**. 2. ed. Curitiba: Mensagem, 2004.

TESTA, Michael P. **O apóstolo da Madeira (Dr. Robert Reid Kalley)**: edição comemorativa do 125. aniversário da chegada de Kalley à ilha da Madeira. Tradução de Manuel de Sousa Campos. Lisboa: Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, 1963.

VIDAL, Adhemar. **1930: História da Revolução na Parahyba**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1980. (Coleção Temas Brasileiros).

WALKER, W. **História da Igreja Cristã**. 3. ed. São Paulo: Aste, 2006.

WALTON, William. **A Letter, Addressed to the Right Honourable Earl Grey, &c.&c.&c: On the State of Our Political & Commercial Relations with Portugal**. London: Published by Jonh Richardson; Effingham Wilson, Royal Exchange and John Booth, 1831 [*fac símile*, digitalizado, da Biblioteca da Universidade de Oxford].

### **Publicação online**

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Nordeste**: resultados. Curitiba, s.d. Disponível em: <[www.geografia.seed.pr.gov.br](http://www.geografia.seed.pr.gov.br)>. Acesso em: 27 ago. 2018.

## APÊNDICES

### Explicação sobre os mapas, abaixo, dos conflitos religiosos no Sertão Paraibano (1930-1940): o da microrregião e, na página sucessiva, do Estado da Paraíba.

Os mapas foram organizados de modo que pudessem oferecer ao leitor uma visão panorâmica da região dos conflitos. Através das informações contidas nos mapas, pode-se ter acesso ao percurso feito pelo protestantismo, de onde saiu para chegar ao Sertão; na Diocese de Cajazeiras, responsável pelo envio dos párocos para a região dos embates e, também, pode-se verificar a localização das comunidades congregacionais, bem como a função que cada uma dessas comunidades desempenhou durante todo o período dos atritos de natureza religiosa com a Igreja Católica, principal expressão da religiosidade sertaneja à época.





### Quadro cronológico dos eventos e lideranças envolvidas

<b>LIDERANÇAS CATÓLICAS E CONGREGACIONAIS ENVOLVIDAS NOS CONFLITOS DO SERTÃO PARAIBANO DURANTE OS ANOS DE 1930-1940</b>					
<b>PADRES</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>BISPO DIOCESANO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>PASTORES</b>	<b>PERÍODO</b>
<b>Luiz Gomes Vieira</b>	1923-1928	<b>Dom Moisés Sizenando Coelho</b>	1914-1932	<b>Harry Briault</b> Responsável pela introdução do protestantismo no Sertão Paraibano	1926
<b>Constantino Vieira da Costa</b>	1929-1932	<b>Dom Moisés Sizenando Coelho</b>	1914-1932	<b>Evangelista Sifrônio Costa.</b> Serviu nas várias regiões do campo sertanejo	1926-1934
<b>Manoel Otaviano de Moura Lima</b>	1932-1934	<b>Dom João da Matha de Andrade Amaral</b>	1934-1941	<b>Horácio M. Murfin</b>	1932-1937
<b>Francisco Lopes</b>	1934-1936	<b>Dom Henrique Gelain</b>	1944-1948	<b>José Alves de Oliveira</b>	1937
<b>Joaquim de Assis Ferreira</b>	1936-1942			<b>Lindônio Fragoso de Almeida</b>	1938-1939
<b>Américo Maia</b>	1942-1945			<b>Antônio Francisco Neto</b>	1941-1985

## ANEXOS

Imagens das principais páginas do Processo do Tribunal de Segurança Nacional, de 1939 e 1940, e do Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

COORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS ESCRITOS  
SEÇÃO DE DOCUMENTOS DO JUDICIÁRIO E DO EXTRAJUDICIAL

## TERMO DE DESCOSTURA E RECASTURA

NOTAÇÃO: C8.0.APL.467

FUNDO/COLEÇÃO: TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL

SÉRIE/SUBSÉRIE: APELAÇÃO

CONTEÚDO: Apelante(s): Ex-officio e Elizario Luís da Costa e outros.  
Apelado(s): Agapito de Sousa e outros e Ministério Público.

DATA: 27/01/1940.

N. FOLHAS/PÁGINAS: 151.

OBS: Fl. 64 e 65: 03 fotografias em cada.  
Fl. 66: 02 fotografias.

DESCOSTURA      ATESTANTE(S)      RECASTURA      ATESTANTE(S)

EM: 28/06/2004.

EM:

*Luiziana Gomes da Araveno*  
Luiziana Gomes da Araveno  
Supervisora do Serviço de Documentos  
do Judiciário e do Extra-Judicial - CODES/AN

EM:

EM:

*Mauro Lerner Markowski*  
Mauro Lerner Markowski  
Coordenador da Coordenação de  
Documentos Escritos

989/3

3



JUSTIÇA ESPECIAL  
TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL

PROCURADORIA

RIO DE JANEIRO, D.F.

PROCESSO Nº - 989

Classificação do delicto.

O Representante do Ministerio Publico, no uso das attribuições conferidas pelo art.3º do decreto 474 de 8-6-1938, e baseado no inquerito policial, ora junto por certidão e já ratificado, classifica nas penas do grão minimo do art.3º inciso 16 da Lei 431 de 18-5-1938, combinado com o art.327 da Consolidação das Leis Penaes, o crime commetido pelos seguintes accusados : José Appolonio, qualif. á fls.6; Elisiario Luiz da Costa, qualif. á fls.7; Agapito de Souza, qualif. á fls.8; Manoel Baptista Queiroz, qualif. á fls.9; José Fernandes Filho, qualif. á fls.10; Bary Targino da Silva, qualif. á fls.10; Francisco Severo, qualif. á fls.11; Osorio Joaquim de Freitas, qualif. á fls.12; Francisco José Bezerra, qualif. á fls. 13; José Campos, qualif. á fls. 14; Ananias Severiano da Silva, qualif. á fls.16; Francisco Bento, qualif. á fls.15; Gregorio Severiano da Silva, qualif. á fls.15; Albino Quinquiliano, qualif. á fls.17; Antonio Joaquim de Oliveira, qualif. á fls.18; Ercilio Claudino de Souza, qualif. á fls.19; Manoel Alfredo da Silva, qualif. á fls.19; Manoel Janucio de Souza, qualif. á fls.20; Antonio Fernandes de Freitas, qualif. á fls.21; Heleno de Freitas, qualif. á fls.22; Aristides Pinheiro, qualif. á fls.22; Manoel Gomes de Andrade, qualif. á fls.23; João Alves, qualif. á fls.24; Guilhermino José dos Santos, qualif. á fls.25; Arnaud Marcellino da Silva, qualif. á fls.26; Francisco Alfredo da Silva, qualif. á fls.27; Severino Argemiro, qualif. á fls.28; José Gomes, qualif. á fls.29; Francisco de Freitas, qualif. á fls.29; José Xavier, qualif. á fls.30; José Alves Bar-

989/4

4



JUSTIÇA ESPECIAL  
TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL

PROCURADORIA

RIO DE JANEIRO, D.F.

reto, qualif. á fls.31; Francisco Miguel Bento, qualif. á fls.32; Francisco Bento Filho, qualif. á fls.33; José Alves de Souza, qualificado á fls.34; José Antonio da Silva, qualif. á fls.35; Francisco Gomes, qualif. á fls.36; Francisco Dantas, qualif. á fls.36; Ignacio Segerino, qualif. á fls.37; Paulo Quintiliano de Oliveira, qualif. á fls.38; José Conrado, qualif. á fls.39; Francisco Gomes dos Santos, qualif. á fls.40- Zacharias Alves Saldanha, qualif. á fls. 41; - e nas penas do gráo minimo do art. 32 inciso 16 da lei 431 de 18-5-1938, o crime committido pelo accusado, Aprigio de tal ou Aprigio Grande, de compleição robusta, brasileiro, de profissão ignorada, residente no logar Panaty do Municipio de Alexandria, Est. do Rio Grande do Norte, qualificado indirectamente á fls. 46.

O Facto delictuoso :

No transcorrer da noite de 31 de Maio para 1º de Junho do anno proximo passado, os accusados que se achavam reunidos no recinto de uma igreja catholica, na localidade denominada "Bregdo dos Cavallos" no Estado da Parahiba, incitados por uma intolerancia religiosa, executaram um plano já maduramente urdido de destruir o templo protestante, sito na mesma localidade. Assim, após á novena, intencionalmente marcada para aquella noite, como ponto de concentração e reunião dos accusados, dirigiram-se todos ao templo protestante, armados de picaretas, ~~exxadas~~, machados, alavancas e espingardas, (fls.42 e fls.). Em lá chegando puzeram mãos á obra, dando inicio ao ataque, destruindo e depredando a séde religiosa, de modo vandalico, consoante as photographias de fls.

989/5

5

JUSTIÇA ESPECIAL  
TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL

PROCURADORIA

RIO DE JANEIRO, D.F.

Simultaneamente, outro grupo de fanaticos, chefiado por Aprigio de tal ou Aprigio Grande, aterrorisava e atacava qualquer adepto da seita protestante que pretendesse oppôr resistencia á demolição do edificio, consoante se verifica da aggressão soffrida por José Alves da Silva, que na occasião pretendia reagir contra o assalto (depoimento dos informantes de fls. 4 e 5, e testemunhas de fls. 43, 45 e 46.

De tudo exposto, requer que se prosiga nos demais termos do processo para afinal ser julgada procedente a presente classificação.

Rio de Janeiro, 5 de Janeiro de 1940

Eduardo Jara.  
Procurador Adjuncto.

## LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

Termo de abertura e declara-  
ções.

Servirá este livro para  
nelle serem registradas todas as  
Disposições feitas Diocesanias e  
e movimentos da Parochia como  
livros de Tombo da mesma, e decla-  
ro que por autorisação do Sr. Moço.  
Sr. Bispo Diocesano D. João da Matta  
Amaral fiz transcrever para elle  
tudo que encontrei escripto em um  
livro de Tombo horrivelmente estro-  
gado que encontrei na Parochia.

Vai por mim rubricado com a  
rubrica P. Poloprez do meu uso.

Para constar fiz este termo que  
assigno. In fide Parochi

Bea Fofé do Rocha, no de julho de 1935.

P. Francisco Lopez, Vigario.



deante satisfazer deo em diante a quantia  
de 20 mil reis 10000.

Todas que costumam ser concedidas gratuita-  
mente sem perduram, todavia, o caracter de gra-  
tuidade, contribuição para as despesas de sustentação  
desta Secretaria, com a mesma quantia de 20000.  
Epante a estes, digo, as que além das antes, devem se-  
parar multa e baixa-pia, estas confirmadas, com de-  
ta, a pagar 2 e 2½ por cento, sobre o prometido  
allegado. Outros antes e emulmentos ha neste  
Secretaria, e Camera Ecclesiastica, cuja taxa in-  
tima a ser a mesma da Diocesa de Ope-  
das, ali que surge nova Tabella appro-  
vada pela Autoridade Diocesana vinda difinida  
vamente estabelecida.

Secretaria do Bispado da Parahyba, 4 de  
Julho de 1895

Carta do Excmo e Honm. Sr. Bispo Diocesano firmada,  
(16) de Julho de 1895, dirigida aos Vigarios  
de quem pormoventemente exige a Cathedra de  
ommentis mes reis (50000) para ocorrer com as des-  
pesas imperocindivas a Igreja Cathedral. 16 de Julho  
de 1895.

Carta  
N.º 2

Excmo e Honm. Sr. Bispo Diocesano manda multiplicar  
em Honm. Vigarios e Sacerdotes, que têm para del-  
mas em sua Diocesa, para sua inteira obser-  
vancia, que S. Padre Pio XIII benignamente commen-  
teu no mesmo Excmo e Honm. Sr. e poder dispor  
gratis pelo tempo de 7 annos todos os Parochos e  
outros curas d'almas de seu Bispado da obri-  
gação de celebrarem missas gratuitas nos dias festivos em

ficando como ca. p. 1.ª de 1801, 27 de Agosto de 1824, 22 de Janeiro de 1848, 25  
 de Setembro de 1849, e Constit. Pontificia, do Pio IX de 3  
 de Maio de 1858, revertendo as rendas de estas mis-  
 sas em favor do Seminário Episcopal, pelo que ca. or. do  
Decreto da S. Congregação dos Eminentíssimos Cardeais da  
Egreja Romana interpretes do Concilio Tridentino, de  
1.º de Novembro do anno passado, S. Excm.ª Fern.ª ordena  
plena execução dos facultados em sua Diocese, obreva  
de a restituição do Decreto, que em virtude infra tra-  
z cruze por sua integridade a applicação de 3 missas, por um  
qual anno haja de ser pro todo o povo subtrahido  
de qualquer estipendio. Entre em vigor 6.º de Maio proximo  
do deste Decreto. L.º de 1.º de Maio de 1895, manda assim aos  
Padres Parochos e curas dasmes que não porem receber  
rendas por estas missas que agora devem celebrar em  
favor do Seminário ficando entendido igualmente obrigados  
por justiça a celebrarem, segundo o costume de Bisp. Dioc-  
sano, que das esportulas das missas que para o Seminário  
se permittem, reservam 2.º e 3.º annos correspondente, para que se  
devem celebrar na Diocese Episcopal de Curitiba,  
11 de Janeiro de 1896. Segundo de Secretario do Propado. P.º  
no.º José Thomaz Gomes da Silva  
Santissimo Pado.

O Bispo da Diocese de Curitiba, no Brasil, humil-  
 demente pede a V. Excm.ª a favor de dispensar os pa-  
 rochos e sacerdotes de sua Diocese que tem para d'almas  
 da obrigação de aplicar a missa pro populo no dias festivos su-  
 previdos, revertendo as respectivas esportulas em favor do  
 Seminário Diocesano. E Deus & c.

27 de Novembro de 1895.

A S. Congregação dos Eminentíssimos Cardeais da Santa Igreja

